

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



DO RECONHECIMENTO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS:
EM ESPECIAL, DA FALTA DE OBRIGATORIEDADE, SUSPENSÃO OU
ANULAÇÃO DE UMA DECISÃO ARBITRAL NO ESTADO EM QUE FOI
PROFERIDA ENQUANTO FUNDAMENTO DE RECUSA DE
RECONHECIMENTO

CATARINA SOFIA ALMEIDA BARATA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO DA EMPRESA

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



DO RECONHECIMENTO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS:
EM ESPECIAL, DA FALTA DE OBRIGATORIEDADE, SUSPENSÃO OU
ANULAÇÃO DE UMA DECISÃO ARBITRAL NO ESTADO EM QUE FOI
PROFERIDA ENQUANTO FUNDAMENTO DE RECUSA DE
RECONHECIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA PELA
MESTRANDA CATARINA SOFIA ALMEIDA
BARATA E SUBMETIDA À FACULDADE DE
DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE NO MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA
JURÍDICA, NA ESPECIALIDADE DE DIREITO DA
EMPRESA, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA
DOUTORA ELSA DIAS OLIVEIRA

2018

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Elsa Dias Oliveira, pelo profissionalismo, disponibilidade e amabilidade com que orientou a presente dissertação;

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por ter sido a minha casa nos últimos anos e por ter incalculavelmente contribuído para o meu crescimento pessoal;

Ao Dr. António Vieira da Silva, à Dra. Ana Maria Pais, à Dra. Ana Sofia Baptista, à Dra. Maria Ramos e ao Dr. Luís Galvão, do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, pela excelente experiência de estágio que me proporcionaram e pela disponibilização total da biblioteca do Centro, que certamente facilitou e contribuiu para a pesquisa de elementos utilizados na elaboração da presente dissertação;

À minha amiga e colega de Licenciatura e Mestrado, Mariana, por toda a convivência e companheirismo durante esta jornada;

Ao Rafael, pela sua infindável paciência e compreensão e, acima de tudo, por nunca deixar de acreditar em mim, mesmo nos dias mais difíceis;

E à minha família e, muito particularmente, aos meus pais, por tudo o que me ensinaram e pelo apoio incondicional que sempre demonstraram e sem o qual a elaboração da presente dissertação não seria possível.

PLANO DE INVESTIGAÇÃO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

PARTE I – DO RECONHECIMENTO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS

1. Razão de ordem
2. Fundamentos do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras
3. Panorâmica das fontes
4. Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras
 - 4.1. Gênese, objetivos e objeto da Convenção de Nova Iorque
 - 4.2. Aplicação quase universal da Convenção de Nova Iorque e campo de aplicação subsidiária da LAV no ordenamento jurídico português. A reserva de reciprocidade formulada pelo Estado português
 - 4.3. Âmbito de aplicação da Convenção de Nova Iorque e reservas admitidas
 - 4.3.1. Âmbito de aplicação material
 - 4.3.2. Âmbito de aplicação territorial
 - 4.3.3. Possibilidade de restringir o âmbito de aplicação da Convenção: as reservas de aplicação admitidas
5. O artigo III da Convenção de Nova Iorque
 - 5.1. Margem de liberdade atribuída aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras
 - 5.2. Proibição de imposição de condições sensivelmente mais rigorosas e de custas sensivelmente mais elevadas do que as exigidas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais
6. Requisitos do pedido e tramitação da ação de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras
 - 6.1. Requisitos formais do pedido
 - 6.2. Requisitos formais implícitos da decisão arbitral
 - 6.3. Tramitação da ação de reconhecimento

7. Fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras: considerações gerais

PARTE II – DA FALTA DE OBRIGATORIEDADE, SUSPENSÃO OU ANULAÇÃO DE UMA DECISÃO ARBITRAL NO ESTADO EM QUE FOI PROFERIDA ENQUANTO FUNDAMENTO DE RECUSA DE RECONHECIMENTO

8. Razão de ordem

9. A falta de obrigatoriedade da decisão arbitral enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

9.1. Ambiguidade da redação do artigo V, n.º 1, alínea e), da Convenção de Nova Iorque, e do artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, e o significado e interpretação do termo *obrigatório*

9.2. Apreciação crítica

10. A suspensão da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

11. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

11.1. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida

11.2. A problemática dos efeitos a atribuir à decisão arbitral estrangeira anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de outro Estado

11.3. A problemática em análise na jurisprudência internacional

11.4. Apreciação crítica

12. A suspensão do processo de reconhecimento derivada do pedido de suspensão ou anulação da decisão arbitral

CONCLUSÕES

PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

ÍNDICE JURISPRUDENCIAL

ÍNDICE GERAL

RESUMO

Seis décadas e 159 Estados Contratantes depois, a Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, em vigor no ordenamento jurídico português desde 1995, continua indubitavelmente a apresentar-se como o instrumento multilateral de maior importância no que diz respeito ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras e no campo do Direito do Comércio Internacional.

Assim sendo, continua a fazer sentido refletir sobre os aspetos mais importantes do instituto do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, sobretudo se tivermos em conta que o mesmo ainda encerra em si uma multitude de questões interessantes que todavia não se encontram finalizadas.

Prova disso é a temática da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação da decisão arbitral no Estado de origem, previsto no artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, e no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV - construído à imagem e semelhança do primeiro –, enquanto fundamento de recusa de reconhecimento.

Na verdade, ele constitui ainda o ponto de partida para importantes discussões, não só ao nível da doutrina, mas também – e principalmente – ao nível dos tribunais dos diversos Estados Contratantes da CNI. No que a ele diz respeito, pergunta-se: o que se deverá entender por “sentença ainda não obrigatória para as partes”? Deve o termo “obrigatório” ser interpretado segundo o Direito do Estado em que a decisão foi proferida, ou deve antes ser objeto de uma interpretação autónoma de acordo com os princípios e objetivos que regem a CNI? O que significa ao certo a decisão arbitral ter sido suspensa no país de origem? Que efeitos atribuir à decisão arbitral anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de um outro Estado? Em que medida é que o nosso posicionamento no que toca às representações da arbitragem internacional poderá influir na resposta à questão anterior?

Enfim, foram estas – e outras – as interrogações com que nos deparámos e que nos propusemos analisar na presente dissertação, por crermos que são das mais interessantes quando se pensa, sobretudo, na Convenção de Nova Iorque de 1958.

Palavras-chave: Reconhecimento de Decisões Arbitrais Estrangeiras; Convenção de Nova Iorque de 1958; Lei da Arbitragem Voluntária; Direito da Arbitragem; Decisão Arbitral.

ABSTRACT

Six decades and 159 Contracting States later, the 1958 New York Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards, in force in the Portuguese legal order since 1995, undoubtedly remains as the most important multilateral instrument when it comes to the recognition of foreign arbitral awards and in the field of International Commercial Law.

Therefore, still makes sense to reflect on the key aspects on the recognition of foreign arbitral awards, specially if we take into account the fact that it contains a multitude of interesting and unfinalised questions that can be explored.

The theme of the award not yet binding, suspended or set aside in the country of origin as ground for refusal of recognition of an arbitral award, provided by Article V(1)(e) of the New York Convention and by Article 56(1)(a)(v) of the Portuguese Law on Voluntary Arbitration – which is very similar to the first one – demonstrates this.

In fact, it is still the starting point for important discussions, not only among scholars, but also – and mostly – among many judicial courts. It is asked: what should we understand for “award has not yet become binding on the parties”? Should the term “binding” be determined under the law of the country where the award was made or be given an autonomous interpretation accordingly to the principles and objectives that govern the New York Convention? What means exactly that the award has been suspended in the country where it was made? Which effects should we give to an arbitral award annulled by the courts of the State where it was made and later presented at the enforcing courts from another Contracting State? How can our opinion when it comes to the representations of international arbitration change the way we choose to see the previous question?

Anyway, it was these – and others – the interrogations that we chose to analyse in the present dissertation, because we believe that they are the most interesting ones when we think, specially, in the 1958 New York Convention.

Keywords: Recognition of Foreign Arbitral Awards; The New York Convention of 1958; Voluntary Arbitration Law; Arbitration Law; Arbitral Award.

INTRODUÇÃO

O instituto do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras permite que os tribunais de um Estado atribuam todos, ou pelo menos alguns, dos efeitos que lhe foram conferidos no Estado no qual essa decisão foi proferida, nomeadamente o efeito de caso julgado e a atribuição de força executiva¹. De entre os fundamentos comumente apontados para este reconhecimento destacam-se a tutela da confiança depositada na definição da relação controvertida por via arbitral, o desenvolvimento do comércio internacional, aliado à eficácia prática das decisões jurisdicionais e o respeito da autodeterminação das partes².

Assim, para que produzam os efeitos próprios dos atos jurisdicionais no nosso ordenamento jurídico, as decisões arbitrais proferidas em arbitragens localizadas no estrangeiro terão obrigatoriamente de ser sujeitas a um ato formal de reconhecimento emitido por um tribunal estadual português^{3/4}.

¹ A. Ferrer Correia, *Lições de Direito Internacional Privado I*, 9.^a reimpressão da edição de Outubro de 2000, Almedina, Coimbra, 2016, p. 454.

² Assim, Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem Transnacional. A determinação do Estatuto da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 286; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito Internacional Privado*, vol. III – Competência internacional e reconhecimento de decisões estrangeiras, 2.^a edição refundida, Almedina, Coimbra, 2012, p. 562.

³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras: perante a Convenção de Nova Iorque e a Lei de Arbitragem Voluntária*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 21 e 22; Dário Moura Vicente / Armindo Ribeiro Mendes / José Miguel Júdice, *et al.*, *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, 3.^a edição revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2017, p. 168. Afirmando que só as decisões arbitrais “estrangeiras” colocam um problema de reconhecimento, cf. Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 283.

⁴ Na presente dissertação focar-nos-emos nas decisões arbitrais, como se diz no texto, proferidas ao abrigo, quer da Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, quer da LAV portuguesa. Assim, a afirmação de que as decisões arbitrais proferidas em arbitragens localizadas no estrangeiro terão obrigatoriamente de ser sujeitas a um ato formal de reconhecimento emitido por um tribunal estadual português aplica-se. Não obstante, importa chamar a atenção para o facto de as decisões arbitrais proferidas no âmbito da Convenção Para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos Entre Estados e Nacionais de Outros Estados (conhecida como “Convenção de *Washington*”), celebrada em *Washington, D.C.*, em 1965, responsável pela instituição do Centro Internacional Para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI, em português e ICSID em inglês), serem de reconhecimento automático. Significa isto que Portugal, enquanto Estado Contratante do instrumento em apreço desde 1984, deverá reconhecer a obrigatoriedade da decisão arbitral dada em conformidade com essa mesma Convenção e assegurar a sua execução no seu território como se de uma decisão final de um tribunal português se tratasse – independentemente, portanto, de qualquer processo de revisão e confirmação prévias, de acordo com o disposto no artigo 54.º, n.º 1, da Convenção de *Washington*. Para que tal aconteça, a parte interessada no reconhecimento e execução terá apenas de fornecer ao tribunal competente uma cópia da decisão autenticada pelo Secretário-Geral do CIRDI, tendo em conta o disposto no artigo 54.º, n.º 2, do referido instrumento. Assim, veja-se Dário Moura Vicente, “Arbitragem de Investimento: a Convenção ICSID e os Tratados Bilaterais”, *V Congresso do Centro de Arbitragem da CCIP*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 79-96, pp. 81 e 85-86, sendo a característica do reconhecimento automático identificada como uma das marcas distintivas da arbitragem CIRDI (pp. 83 ss.). Destacamos igualmente, a este propósito, Sérvulo Correia, “A resolução dos litígios sobre investimento estrangeiro em direito arbitral comparado”, *Separata de Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim*

Importa salientar que as principais fontes relevantes no que diz respeito a esta matéria são, por um lado, a Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, em vigor no ordenamento jurídico português desde 1995⁵ e, por outro lado, a LAV portuguesa, em vigor desde 2012⁶. A presente dissertação centrar-se-á, sobretudo, no primeiro, uma vez que não só constitui o instrumento multilateral fundamental no instituto que nos propomos analisar e no campo do Direito do Comércio Internacional⁷, como também conta atualmente com um impressionante número de Estados Contratantes, 159 no total⁸. De facto, a CNI tem-se revelado um instrumento extremamente eficaz ao longo de seis décadas, tendo inegavelmente sido responsável pelo êxito que o ramo da arbitragem conheceu na segunda metade do século XX enquanto meio de resolução de litígios emergentes do comércio internacional⁹. Ainda assim – importa afirmar – sempre que se justifique, será nossa preocupação efetuar o paralelo com a LAV portuguesa, tendo sobretudo em conta que aquele instrumento internacional concedeu, no seu artigo III, uma ampla margem liberdade aos Estados que dele façam parte na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras¹⁰. Neste âmbito, terão especial destaque os artigos 55.º a 58.º da LAV¹¹, que estabelecem algumas dessas regras não sem levantar diversas interrogações dignas de apreço.

E é partindo destas premissas que começaremos, na **PARTE I**, por atentar na génese, nos objetivos, no objeto e nos âmbitos de aplicação da CNI, para posteriormente

de Albuquerque, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2010, pp. 821-841. Assim, a ideia de que para que produzam os efeitos próprios dos atos jurisdicionais no nosso ordenamento jurídico, as decisões arbitrais proferidas em arbitragens localizadas no estrangeiro terão obrigatoriamente de ser sujeitas a um ato formal de reconhecimento emitido por um tribunal estadual português afigura-se correta, ainda que apresente exceções como a que apresentámos nesta nota, das quais não nos ocuparemos na presente dissertação.

⁵ Ratificada pelo Decreto do PR n.º 52/94, de 8 de Julho de 1994, data em que também foi publicada no DR. Encontra-se em vigor em Portugal desde o dia 16 de Janeiro de 1995.

⁶ Aprovada pela Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro, tendo entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa no dia 14 de Março de 2012.

⁷ Afirmando que “the New York Convention on the Recognition and Enforcement of Arbitral Awards is today the primary legal basis for enforcing awards in International Commercial Arbitration”, vide Richard Garnett, *et al.*, *A Practical Guide to International Commercial Arbitration*, Oceania Publications, Inc., New York, 2000, p. 101.

⁸ É possível consultar a lista completa de Estados Contratantes da CNI em <http://www.newyorkconvention.org/list+of+contracting+states>.

⁹ Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais em matéria de arbitragem”, *I Congresso do Centro de Arbitragem da CCIP*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 71-80, p. 75. Assim, também, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 10.

¹⁰ Relativamente ao artigo III da CNI, remetemos para o ponto 5 da presente dissertação.

¹¹ Que integram o capítulo X do referido instrumento, intitulado: “Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras”.

partirmos para os aspetos mais práticos do instituto com, por exemplo, a observação dos requisitos do pedido e da tramitação da ação de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, numa permanente e, cremos nós, interessante articulação entre os dois instrumentos normativos em análise.

Posto isto, na **PARTE II**, optámos por, ao avançar para a temática dos fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras à luz do ordenamento jurídico português, concentrar os nossos esforços de pesquisa e análise apenas num deles: o da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação da decisão arbitral no Estado de origem, previsto no artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, e no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, construído à imagem e semelhança do primeiro. É que, saliente-se, apesar de a CNI contar já com 60 anos de vida – celebrados, nem a propósito, aquando da realização da presente dissertação – este fundamento constitui ainda o ponto de partida para importantes discussões, não só ao nível da doutrina, mas também – e principalmente – ao nível dos tribunais dos diversos Estados Contratantes da CNI. No que a ele diz respeito, pergunta-se: o que se deverá entender por “sentença ainda não obrigatória para as partes”? Deve o termo “obrigatório” ser interpretado segundo o Direito do Estado em que a decisão foi proferida, ou deve antes ser objeto de uma interpretação autónoma de acordo com os princípios e objetivos que regem a CNI? O que significa ao certo a decisão arbitral ter sido suspensa no país de origem? Que efeitos atribuir à decisão arbitral anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de um outro Estado? Em que medida é que o nosso posicionamento no que toca às representações da arbitragem internacional poderá influir na resposta à questão anterior? Enfim, foram estas – e outras – as interrogações com que nos deparamos e que não podíamos deixar de analisar na presente dissertação, por crermos que são das mais interessantes quando se pensa, sobretudo, na CNI de 1958. Elas são um claro exemplo de que o mais importante instrumento multilateral relativo ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, apesar de já amplamente debatido, não se encontra estagnado. Muito pelo contrário, ainda encerra em si muitas questões dignas de atenção.

No final, pretendemos ter não mais do que um trabalho que cubra os principais aspetos relativos ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, com especial enfoque nas questões que continuam a ser debatidas, não só na doutrina, mas sobretudo na jurisprudência dos diversos Estados Contratantes da CNI. O mesmo será dizer, nas

questões relativas ao fundamento de recusa de reconhecimento da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação de uma decisão arbitral no Estado de origem.

PARTE I – DO RECONHECIMENTO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS

1. Razão de ordem

O reconhecimento de decisões estrangeiras é o instituto tradicional que permite que os tribunais de um Estado - o Estado do foro, o Estado requerido ou o Estado *ad quem*¹² - atribuam todos, ou pelo menos alguns, dos efeitos que lhe foram conferidos no Estado no qual essa decisão foi proferida – Estado de origem ou Estado *a quo*¹³ -, nomeadamente, o efeito de caso julgado e a atribuição de força executiva¹⁴.

No ordenamento jurídico português, ao diferenciar o regime das decisões arbitrais proferidas nesse mesmo território das decisões proferidas em arbitragens localizadas no estrangeiro – as primeiras são equiparadas às decisões proferidas pelos tribunais estaduais portugueses¹⁵ -, a LAV consagrou o princípio da necessária sujeição das decisões arbitrais ditas estrangeiras a um ato formal de reconhecimento, emitido por um tribunal estadual português, sem o qual não poderão produzir, em Portugal, os efeitos próprios dos atos jurisdicionais¹⁶. O mesmo será dizer que a eficácia das decisões arbitrais estrangeiras depende do seu reconhecimento na ordem interna¹⁷. Na verdade, este foi sempre o entendimento jurisprudencial e doutrinário maioritário, quer na vigência da antiga LAV, quer na vigência da atual. O que não significa, contudo, que o STJ português não tenha chegado a concluir, quiçá de maneira algo controversa, num acórdão que data de 2009¹⁸, pela desnecessidade de revisão e confirmação das decisões arbitrais estrangeiras que

¹² A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 454.

¹³ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 454.

¹⁴ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 454; António Menezes Cordeiro, *Tratado da Arbitragem*, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016, p. 530; Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 168; Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras”, *RIAC*, ano 5, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 73-97, p. 73; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 285 ss.; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 559 ss.

¹⁵ Afirmando que “a lei portuguesa trata as decisões arbitrais “nacionais” como atos internos, embora fosse concebível que estas decisões fossem consideradas como atos externos, visto que os tribunais arbitrais não são órgãos públicos nacionais de aplicação do Direito”, Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 330.

¹⁶ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 21 e 22; Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 168. Afirmando que só as decisões arbitrais “estrangeiras” colocam um problema de reconhecimento, cf. Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 283.

¹⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 21 e 22; Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 168; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 283 ss.

¹⁸ Acórdão do STJ de 19/03/2009, Relator: Manuel José da Silva Salazar, Processo: 299/09, Jurisdição: Cível, Ref. 5014/2009, disponível na *CJ*, n.º 214, tomo I, 2009. De frisar que foi proferido na vigência da anterior LAV.

tivessem como origem os tribunais arbitrais de Estados signatários da CNI de 10 de Junho de 1958¹⁹. Na esteira de diversos acórdãos que se lhe seguiram²⁰, e de diversos autores que tiveram oportunidade de se pronunciar sobre o assunto em questão²¹, não partilhamos do entendimento do STJ. Cremos, pelo contrário, que uma decisão arbitral estrangeira terá de ser alvo de um controlo prévio por parte de um tribunal judicial português, seja ela proferida, ou não, ao abrigo da CNI. Em nosso entender, o artigo III do referido diploma, que será objeto de análise no presente trabalho, não poderá ser interpretado apenas face à realidade portuguesa, nem apenas face ao regime que se encontra consagrado nesse ordenamento jurídico, mas sim tendo em conta que o mesmo se encontra pensado para situações em que é necessário um processo de reconhecimento para as decisões arbitrais nacionais²². Assim sendo, reiteramos o que já havíamos afirmado antes: a eficácia das decisões arbitrais estrangeiras depende do seu reconhecimento na ordem interna.

Antes do dito reconhecimento, as decisões arbitrais estrangeiras apenas poderão assumir, no ordenamento jurídico português, uma relevância limitada ao seu valor probatório, de acordo com a aplicação analógica às decisões arbitrais do artigo 978.º, n.º 2, do CPC²³, e poderão ser consideradas como mero facto material²⁴.

Por último, e não de menor relevância, importa proceder a duas distinções. Por um lado, salientar a diferença entre o processo de reconhecimento e execução das decisões arbitrais em apreço, regulado na CNI e nos artigos 55.º a 58.º da LAV, e o processo de execução propriamente dito. É que enquanto o primeiro visa atribuir efeito de caso julgado e força executiva à decisão, ou seja, conferir-lhe a qualidade de título

¹⁹ Baseando-se, sobretudo, nos argumentos de que o Estado português tinha aderido à referida Convenção, e numa suposta equiparação entre decisões arbitrais nacionais e decisões arbitrais estrangeiras às quais se tivesse aplicado o instrumento, de acordo com a interpretação dada ao artigo III do mesmo diploma.

²⁰ Entre eles, destacamos o Acórdão do TRL de 08/06/2010 (processo 243/ /10.9YRLSB-7), Relator: Dina Monteiro, bem como o Acórdão do TRC de 19/01/2010 (processo 70/09.6TBCBR.C1), Relator: Artur Dias, que, apesar de decidir sobre uma questão diversa, em momento algum equacionam ou parecem admitir a solução do Acórdão do STJ de 19/03/2009. Neste sentido, cf. José Miguel Júdice / António Pedro Pinto Monteiro, “Do reconhecimento e execução de decisões arbitrais estrangeiras ao abrigo da Convenção de Nova Iorque – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 19/03/2009”, *RIAC*, ano 3, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 145-165, p. 154.

²¹ Entre eles, destacamos, José Miguel Júdice / António Pedro Pinto Monteiro, “Do reconhecimento...”, cit., pp. 145-165; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 298 e 299; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958 relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras”, *Revista Jurídica*, n.º 20, AAFDL, Lisboa, 1996, pp. 37-69, pp. 64 e 65.

²² Neste sentido, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 64 e 65 e, posteriormente, José Miguel Júdice / António Pedro Pinto Monteiro, “Do reconhecimento...”, cit., pp. 163-165. Não sendo, portanto, este o caso de Portugal.

²³ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 22.

²⁴ Assim, Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 351, 477-478 (ainda que sobre anteriores versões do CPC português), 561-562.

executivo e permitir-lhe servir de base a um processo de execução judicial²⁵, o segundo corresponde ao processo de execução *próprio sensu*, ou seja, permite executar o direito reconhecido num primeiro momento, contra uma das partes que nele participou ou contra os seus bens, se quem foi condenado a realizar um pagamento ou outra prestação não cumprir voluntariamente essa condenação²⁶. Por outro lado, proceder à distinção entre aquilo que se entende por pedido de mero reconhecimento, ou *recognition*, e aquilo que se entende por pedido de reconhecimento para execução, ou *enforcement*²⁷. Se um é visto, geralmente, como um processo defensivo²⁸, através do qual a parte invoca a decisão arbitral como escudo de proteção, de maneira a impedir que questões que já foram decididas por um tribunal arbitral sejam novamente discutidas²⁹, o outro tem por objetivo usá-la como espada, permitindo que seja utilizada como base de uma eventual execução³⁰. Importa, enfim, ter em conta que a atribuição de força executiva à decisão arbitral estrangeira implica necessariamente o seu reconhecimento³¹, mas o inverso já não será verdade, uma vez que o reconhecimento de efeitos que não estejam relacionados com uma eventual execução coerciva – pense-se, a título de exemplo, no efeito de caso julgado

²⁵ O que não aconteceria sem o cumprimento desse requisito, de acordo com o artigo 706.º, n.º 1, do CPC. Neste sentido, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 24 e 25.

²⁶ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 24.

²⁷ Distinção feita, entre outros, por Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique de L'Arbitrage Commercial International*, 2nd ed., com assistência de Murray Smith, e tradução para o francês de Eric Robine, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1994, pp. 364 e 365; e por Dirk Otto, “Article IV”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 143-204, pp. 149 e 150.

²⁸ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 150, afirmando que “in fact, recognition is often requested as a defense.” Também neste sentido, vide Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 364, “La reconnaissance est une procédure défensive.”; e Nigel Blackaby / Constantine Partasides, et. al., “Chapter 11. Recognition and Enforcement of Arbitral Awards”, *Redfern and Hunter on International Arbitration (Sixth Edition)*, 6th edition, Oxford University Press, Oxford, 2015, pp. 605-662, p. 611, “recognition on its own is generally a defensive process”.

²⁹ Cf. Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 365, “la reconnaissance est utilisée pour bloquer toute tentative de réintroduire dans une nouvelle instance des questions qui ont déjà été tranchées dans l'arbitrage dont est issue la sentence que l'on cherche à faire reconnaître.”

³⁰ Neste sentido, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 25 e 26. Vide, também, Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 365, quando afirmam que “en revanche, quand on cherche à faire exécuter la sentence, on ne demande pas simplement au juge de reconnaître l'existence de la sentence, on lui demande aussi de la faire exécuter au moyen des pouvoirs de coercition dont il est investi”; e Nigel Blackaby / Constantine Partasides, et. al., “Chapter 11. Recognition...”, cit., pp. 611 e 612, “by contrast, where a court is asked to enforce an award, it is asked not merely to recognise the legal force and effect of the award, but also to ensure that it is carried out, by using such legal sanctions as are available. Enforcement goes a step further than recognition.”

³¹ Nigel Blackaby / Constantine Partasides, et. al., “Chapter 11. Recognition...”, cit., p. 612, “in this context, the terms “recognition” and “enforcement” do run together: one is a necessary part of the other.”

– pode ocorrer mesmo que a decisão arbitral em causa não se destine a ser executada^{32/33/34}.

Posto isto, procederemos à análise dos fundamentos que servem de base ao instituto, ora em análise, do reconhecimento das decisões arbitrais estrangeiras.

2. Fundamentos do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras

De entre os fundamentos comumente apontados para o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras destacam-se a tutela da confiança depositada na definição da relação controvertida por via arbitral - sendo a mesma objetivamente justificada, como alerta LUÍS DE LIMA PINHEIRO, uma vez que a competência do tribunal arbitral se baseia na convenção de arbitragem celebrada pelas partes³⁵; o desenvolvimento do comércio internacional, aliado à eficácia prática das decisões jurisdicionais³⁶, – ao qual ANTÓNIO FERRER CORREIA, associando ao leque de razões de índole eminentemente prática, se refere como se tratando de assegurar a continuidade e estabilidade das situações da vida jurídica internacional, de maneira a que os direitos adquiridos e as expectativas jurídicas dos interessados não sejam ofendidos³⁷; e, por fim, o respeito da autodeterminação das partes, na medida em que a arbitragem tem uma base contratual e

³² António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 25.

³³ Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 149 e 150, afirmando que “recognition of a foreign award is a necessary requirement for enforcement but there are also awards which only need to be recognized and not enforced. For example, an award may be declaratory in nature and not contain an enforceable element. An arbitration award dismissing a claim does not have an enforceable element, unless it orders costs to be paid. An award dismissing a claim settles a dispute and strikes out a possible claim. In such a situation, the defendant would ask the court to *recognize* the award in order to allow it as a defense against a fresh lawsuit on the same claim, so that the award may operate as *res judicata* or subject matter estoppel to prevent a new lawsuit on the same matter. In such a situation, the local court will be asked to recognize the legal force and effect of the foreign award without having to enforce it.”

³⁴ Também FRANCISCO GONZÁLEZ DE COSSÍO afirma que “el reconocimiento de un laudo consiste en darle efectos jurídicos a los resolutivos de un laudo, aunque ello no involucre su ejecución coactiva. *Reconocimiento* es diferente a – aunque puede ser parte de – *ejecución*. Un laudo puede ser reconocido sin ser ejecutado. Por ejemplo, puede ser necesario utilizarlo para probar que la controversia ha sido decidida, tiene fuerza de cosa juzgada (*res judicata*) y, por ende, no puede re-litigarse el asunto”, cf. Francisco González de Cossío, *Arbitraje*, Editorial Porrúa, México, 2011, p. 729.

³⁵ Assim, Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 286; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

³⁶ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 286; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562, afirmando que é assim possível evitar que a execução possa ser impedida pela localização dos bens fora do Estado da “nacionalidade” da decisão.

³⁷ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 460.

o reconhecimento dos efeitos da decisão arbitral nos diversos países corresponde ao sentido regulador da convenção de arbitragem³⁸.

Ainda que o respeito da autodeterminação das partes seja apontado como um dos principais fundamentos que estão na base do instituto objeto do presente estudo, afigura-se relevante referir que existem certos condicionamentos que ditam que o reconhecimento não deva ser incondicional. Condicionamentos esses que decorrem de outros fins prosseguidos pelo Direito Internacional Privado³⁹. Na verdade, a autodeterminação das partes encontra-se condicionada pela arbitrabilidade do litígio perante o Direito do Estado do reconhecimento, e pela compatibilidade desse reconhecimento da decisão com a ordem pública internacional⁴⁰. Para além disso, é necessário não só que a competência do tribunal arbitral se tenha baseado numa convenção de arbitragem válida e que tenha respeitado os seus limites e estipulações⁴¹, mas também assegurar a existência de um padrão mínimo de justiça substantiva e processual no reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras⁴².

ANTÓNIO FERRER CORREIA, na justificação do instituto que apelida de lógica⁴³, afirma que é a competência internacional do tribunal arbitral de origem, reconhecida pela ordem jurídica do Estado requerido, a condição “verdadeiramente primordial e de alguma sorte o autêntico centro ou *pivot* do sistema”⁴⁴, na medida em que, ao admitirmos que os tribunais de certo Estado têm competência para decidir sobre determinado caso, estamos a aceitar que esses mesmos tribunais têm legitimidade para conhecer da causa e para sobre ela emitir uma decisão com força de caso julgado⁴⁵. Assim, esclarece o autor, “a única atitude consonante com a premissa será conceder à sentença, no país requerido, os efeitos que lhe são atribuídos pela lei do país de origem”⁴⁶.

³⁸ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 286; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

³⁹ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 287; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

⁴⁰ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 287; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

⁴¹ Afirmando que este é porventura o ponto mais melindroso, na medida em que levanta questões relacionadas com o Direito positivo e de política legislativa, acrescentando que o regime de reconhecimento de decisões arbitrais terá de se coordenar quer com a regulação, quer com o controlo estadual da arbitragem por parte dos Estados que apresentem uma ligação especialmente significativa com a arbitragem, em especial o Estado da sede da arbitragem, Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 287 e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

⁴² Neste sentido, Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 287; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 562.

⁴³ Que contrapõe, como já tivemos oportunidade de referir, às razões de índole eminentemente prática ou, mais adiante na sua obra, à designada fundamentação pragmática. Cf. A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., pp. 460 e 461.

⁴⁴ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., pp. 461 e 462.

⁴⁵ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 461.

⁴⁶ A. Ferrer Correia, *Lições...*, cit., p. 461.

3. Panorâmica das fontes

O instituto do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras encontra-se regulamentado quer em fontes internacionais, quer em fontes estaduais⁴⁷.

De entre as fontes internacionais, importa destacar duas convenções multilaterais. Por um lado, a CNI de 1958 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras⁴⁸; por outro lado, a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional⁴⁹. Esta última, com um âmbito de aplicação mais limitado, na medida em que regula as decisões arbitrais nas quais estão em causa negócios de natureza mercantil, e pelo facto de ainda não ter entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa^{50/51}.

Paralelamente, assumem relevância, no âmbito do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, diversos acordos bilaterais celebrados entre Portugal e alguns países de língua oficial portuguesa. Destacamos, assim, o Acordo de Cooperação Jurídica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau⁵².

A propósito destes acordos bilaterais, importa referir que, não obstante a posterior adesão à CNI por parte de São Tomé e Príncipe⁵³, Moçambique⁵⁴, Angola⁵⁵ e Cabo Verde⁵⁶, haviam sido celebrados acordos relativos ao instituto em causa entre estes mesmos países e Portugal. Falamos, assim, do Acordo Judiciário entre Portugal e São

⁴⁷ Cf. Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 74; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 287; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 563.

⁴⁸ Ratificada pelo Decreto do PR n.º 52/94, de 8 de Julho de 1994, data em que também foi publicada no DR. Encontra-se em vigor em Portugal desde o dia 16 de Janeiro de 1995.

⁴⁹ Ratificada pelo Decreto do PR n.º 21/2002, de 4 de Abril de 2002, data em que também foi publicada no DR. Ainda não se encontra em vigor na ordem jurídica portuguesa.

⁵⁰ Assim, Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 74.

⁵¹ Referindo que esta Convenção não vincula internacionalmente o Estado português, na medida em que o instrumento de ratificação da mesma ainda não foi depositado na Secretaria-Geral da Organização de Estados Americanos, como exige o seu artigo 9.º, vide Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 76. Também, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 11.

⁵² Acordo este que, por sua vez, foi ratificado por Decreto do PR n.º 38/89, de 16 de Junho, e que entrou em vigor no dia 10 de Janeiro de 1994. Com especial destaque para os artigos 13.º e ss. deste acordo.

⁵³ São Tomé e Príncipe ratificou a CNI a 20 de Novembro de 2012. Com especial destaque para os artigos 8.º e ss. deste acordo.

⁵⁴ Moçambique ratificou a CNI a 11 de Junho de 1998, e a mesma entrou em vigor, neste país, a 9 de Setembro do mesmo ano. Com especial destaque para os artigos 13.º e ss. deste acordo.

⁵⁵ O PR angolano emitiu o instrumento formal de ratificação da adesão à CNI, exigido pela lei angolana, através da Carta de Adesão n.º 10/16, datada de 5 de Dezembro de 2016, publicada no DR angolano, I Série, n.º 204, em 19 de Dezembro de 2016. Instrumento esse que foi posteriormente depositado junto do Secretário-Geral da ONU, em 6 de Março de 2017, e tendo entrado em vigor na ordem jurídica angolana no dia 4 de Junho de 2017. Com especial destaque para os artigos 12.º e ss. deste acordo.

⁵⁶ Cabo Verde ratificou a CNI aquando da elaboração da presente dissertação, a 22 de Março de 2018, tornando-se, assim, no 159.º Estado Contratante a aderir a este instrumento. Com especial destaque para os artigos 25.º e ss. deste acordo.

Tomé e Príncipe⁵⁷, do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique⁵⁸, do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Angola⁵⁹ e do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde⁶⁰. Tendo em conta o estabelecido no artigo VII, n.º 1, segunda parte, da CNI, que consagra o princípio do tratamento mais favorável, determinando que a aplicabilidade da Convenção não prejudica a invocação pelos interessados⁶¹ de outras disposições que porventura sejam mais favoráveis ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, cabe-nos refletir se se poderão invocar os referidos Acordos de Cooperação nestes quatro países, se se verificar que são mais favoráveis ao reconhecimento. Em nosso entender, a resposta não deverá deixar de ser positiva, tendo precisamente em conta que o principal objetivo da Convenção é o de facilitar o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, tornando esse reconhecimento viável no maior número de casos possível⁶². Assim sendo, faz todo o sentido que se continue a poder invocar estas disposições se as mesmas se revelarem mais favoráveis, uma vez que continuam a vigorar na ordem jurídica interna. Neste mesmo sentido, parece indicar MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO, quando afirma que “pertencerá apenas à parte que pretende o reconhecimento e execução da sentença a possibilidade de escolha entre o regime da Convenção e o regime previsto na lei ou nos tratados em vigor no país onde se invoca a sentença”⁶³ (sublinhado nosso). Não esquecendo, porém, que a aplicabilidade do regime mais

⁵⁷ Acordo este que entrou em vigor no dia 14 de Setembro de 1979, mediante Aviso publicado no DR n.º 213/1979, I Série, de 14 de Setembro.

⁵⁸ Acordo este que foi aprovado, para ratificação, pela Resolução da AR n.º 7/91, de 14 de Fevereiro, ratificado por Decreto do PR n.º 8/91, de 14 de Fevereiro, e que entrou em vigor no dia 22 de Fevereiro de 1996.

⁵⁹ Acordo este que foi aprovado, para ratificação, pela Resolução da AR n.º 11/97, em 11 de Outubro de 1996, ratificado pelo Decreto do PR n.º 9/97, de 4 de Março de 1997, ambos publicados no DR, 1.ª Série-A, n.º 53, de 4 de Março de 1997, e que entrou em vigor no dia 5 de Maio de 2006.

⁶⁰ Acordo este que foi aprovado, para ratificação, pela Resolução da AR n.º 6/2005, de 15 de Fevereiro, ratificado pelo Decreto do PR n.º 10/2005, de 15 de Fevereiro, e que entrou em vigor no dia 8 de Julho de 2005.

⁶¹ Interessados, neste contexto, serão apenas aqueles que pretendem o reconhecimento da decisão, e já não a parte contra quem a decisão arbitral estrangeira é invocada, na medida em que não faria sentido admitir que esta última pudesse optar por um regime que lhe fosse mais favorável, e tendo em conta que iria, certamente, dificultar o reconhecimento, indo essa hipótese contra o espírito e objetivos da CNI, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 52. Também, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 224.

⁶² Assim, Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 52.

⁶³ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 52. Para a autora, a CNI não tem como objetivo uniformizar a regulamentação internacional na matéria relativa ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, já que a adesão de um Estado à Convenção não significa que a sua lei nacional deixe de vigorar.

favorável se faz em bloco, pelo que a parte que requer o reconhecimento terá de optar entre o regime da CNI e o do acordo bilateral em causa^{64/65}. Ainda que o sistema da CNI seja, em regra, mais favorável ao reconhecimento do que o dos acordos bilaterais, existem alguns aspetos em que não o é, pelo que a escolha do regime aplicável terá de ser feita através da análise do caso concreto⁶⁶. De resto, o artigo VII, n.º 1, primeira parte, da CNI, parece apontar pelo mesmo caminho, ao estabelecer que se devem respeitar os tratados multilaterais ou bilaterais já concluídos pelos Estados Contratantes em matéria de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras⁶⁷, enquanto expressão do princípio da máxima efetividade⁶⁸ (também designado por princípio da máxima eficácia⁶⁹).

O que ficou exposto revela que, em abstrato, entendemos que faz todo o sentido que se continue a poder invocar as disposições constantes dos acordos bilaterais celebrados pelo Estado português se as mesmas se revelarem mais favoráveis, uma vez que continuam a vigorar na ordem jurídica interna. Mas cabe perguntar: e em concreto? São, de facto, mais favoráveis? Na verdade, os quatro acordos bilaterais referidos contêm disposições em tudo semelhantes, no que diz respeito à revisão e confirmação de decisões arbitrais proferidas pelos tribunais de cada um dos Estados Contratantes. Assim, para que as mesmas sejam confirmadas é necessário: não haver dúvidas sobre a autenticidade do

⁶⁴ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 52, referindo que a parte que pretende obter o reconhecimento terá que optar entre o regime da Convenção e um outro contido na legislação ou nos tratados, não podendo apenas adotar partes dos vários regimes; e Mariana França Gouveia, “O reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras nos países lusófonos”, *III Congresso da CCIP*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 95-119, p. 103. Na doutrina estrangeira, vide Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Arbitral Awards Annulled in Russia”, *Journal of International Arbitration*, vol. 27, n.º 2, 2010, pp. 179-198, p. 194, quando refere que “it is to be noted here that if an applicant opts for the national regime regarding enforcement of foreign arbitral awards on the basis of the more-favorable-right provision of Article VII(1) of the Convention, it is generally assumed that this regime applies in its entirety. A combination of both (“cherry picking”) is not allowed due to the interrelationship of the provisions of the Convention.”

⁶⁵ Assim, parece-nos que também MARIANA FRANÇA GOUVEIA adota o entendimento de que se pode continuar a invocar as disposições contidas nos acordos bilaterais, se as mesmas se revelarem mais favoráveis ao reconhecimento da decisão arbitral. Cf., Mariana França Gouveia, “O reconhecimento...”, cit., p. 103. No mesmo sentido, vide igualmente Mário Esteves de Oliveira, *et. al.*, *Lei da Arbitragem Voluntária*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 655; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 224.

⁶⁶ Mariana França Gouveia, “O reconhecimento...”, cit., p. 103.

⁶⁷ Sobre o respeito pelos tratados multilaterais ou bilaterais concluídos pelos Estados Contratantes em matéria relativa ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, vide Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 51 e 52.

⁶⁸ Usando esta expressão, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 223.

⁶⁹ Nomeadamente no ICCA, *Guia do ICCA sobre a Interpretação da Convenção de Nova Iorque de 1958: um texto de referência para juizes*, ICCA, 2012, p. 15 (doravante, todas as citações que digam respeito à presente obra reportam-se à versão em português do Brasil), que refere que caso mais tratados sejam aplicáveis, o tribunal que se depare com o caso deve aplicar o tratado sob o qual a decisão é homologável. É o chamado viés pró-execução: deverá sempre favorecer-se o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras.

documento de que constem as decisões ou sobre a inteligibilidade das mesmas; terem transitado em julgado segundo a lei do país em que foram proferidas; que provenham de tribunal cuja competência não tenha sido provocada em fraude à lei e desde que não versem sobre matéria da exclusiva competência do tribunal requerido; não poder invocar-se a exceção de litispendência ou de caso julgado com fundamento em causa afeta a tribunal do país onde se pretendam fazer valer, exceto se foi o tribunal de origem que preveniu a jurisdição; ter o réu sido regularmente citado para a ação, nos termos da lei do país de origem, e no processo hajam sido observados os princípios do contraditório e da igualdade das partes; não conter decisão cujo reconhecimento conduza a um resultado manifestamente incompatível com os princípios da ordem pública internacional do Estado requerido⁷⁰. Em nosso entender, e sem prejuízo do reforço da ideia de que a escolha do regime aplicável terá sempre de ser feita tendo por base o caso concreto, cremos que o regime da CNI se revela, no geral, mais favorável ao reconhecimento, uma vez que apenas exige, no seu artigo IV, a apresentação do original devidamente autenticado da decisão (ou uma cópia) e uma tradução da mesma, no caso de não estar redigida numa língua oficial do país em que for invocada. É que, como veremos adiante⁷¹, este instrumento tem como objetivo primordial facilitar o reconhecimento da decisão arbitral estrangeira. Assim sendo, reduziram-se ao mínimo e indispensável as condições a serem preenchidas pela parte que pretende esse efeito, tornando a CNI no instrumento que quase sempre se revela como sendo o mais atrativo e favorável ao reconhecimento das referidas decisões.

De entre as fontes estaduais, destaca-se a Lei da Arbitragem Voluntária⁷², não obstante o seu âmbito de aplicação residual, uma vez que o regime de reconhecimento aí previsto apenas será aplicado aos casos que não devam ser regulados por convenções ou

⁷⁰ Em causa estão as disposições: artigo 8.º do Acordo Judiciário entre Portugal e São Tomé e Príncipe, aplicável às decisões arbitrais por via do seu n.º 3; artigo 14.º do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, aplicável às decisões arbitrais por via do seu n.º 2; artigo 13.º do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Angola, aplicável às decisões arbitrais por via do seu n.º 2; e, por fim, artigo 25.º do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, aplicável às decisões arbitrais por via do seu n.º 5.

⁷¹ Remetemos, desta forma, para o ponto 6 do presente trabalho.

⁷² Aprovada pela Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro, tendo entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa no dia 14 de Março de 2012.

tratados que disciplinam o reconhecimento de decisões arbitrais⁷³, atento o disposto no artigo 8.º, n.º 2, da CRP⁷⁴.

Por último, importa fazer uma breve referência à Lei Modelo da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (CNUDCI)⁷⁵, sobre arbitragem comercial internacional, que data de 1985, na medida em que influenciou, juntamente com a CNI, de forma significativa a redação da LAV portuguesa também no que diz respeito ao regime do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras⁷⁶.

O presente trabalho centrar-se-á, sobretudo, naquele que é o instrumento multilateral fundamental no instituto em análise e no campo do Direito do Comércio Internacional, e que conta atualmente com 159 Estados Contratantes⁷⁷, entre os quais se encontra Portugal: a CNI de 10 de Junho de 1958. Tal, obviamente, sem prejuízo do paralelo que se irá fazer com a LAV portuguesa, sempre que assim se justifique.

4. Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras

4.1. Génese, objetivos e objeto da Convenção de Nova Iorque

A Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958, sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, é um dos mais importantes instrumentos internacionais, senão mesmo o mais importante, aplicável a decisões arbitrais estrangeiras⁷⁸. O elevadíssimo número de Estados Contratantes torna o seu regime um verdadeiro Direito uniforme aplicável ao reconhecimento de decisões arbitrais no mundo.

⁷³ Assim, Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 74; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 289 ss.; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 563 ss.

⁷⁴ Sobre o âmbito de aplicação residual da LAV, vide o ponto 4.2. do presente trabalho.

⁷⁵ Também designada por Lei Modelo da UNCITRAL, com alterações adotadas em 2006. Ver, especialmente, o capítulo VIII da referida Lei Modelo. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/dgpj-disponibiliza/downloadFile/attachedFile_f0/UNCITRAL_Texto_Unificado.pdf?nocache=1298368366.42.

⁷⁶ Assim, Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 76.

⁷⁷ É possível consultar a lista completa de Estados Contratantes da CNI em <http://www.newyorkconvention.org/list+of+contracting+states>.

⁷⁸ Afirmando que “the New York Convention on the Recognition and Enforcement of Arbitral Awards is today the primary legal basis for enforcing awards in International Commercial Arbitration”, vide Richard Garnett, *et al.*, cit., p. 101.

Ser parte da Convenção é, pode dizer-se, condição indispensável para a credibilidade comercial internacional^{79/80}.

Foi concluída em Nova Iorque, numa conferência internacional⁸¹ sob a égide da ONU, em 10 de Junho de 1958, e teve como origem a insatisfação manifestada, no pós II Guerra Mundial, por diversas entidades envolvidas na promoção do comércio internacional, relativamente à inadequação dos documentos normativos que visavam assegurar, no plano internacional, a obrigatoriedade das convenções de arbitragem e o cumprimento das decisões arbitrais proferidas em arbitragens que tivessem contato com mais do que uma ordem jurídica^{82/83/84}. Depois de uma tentativa falhada por parte da Câmara de Comércio Internacional, com o não seguimento, em 1953, daquele que ficou conhecido como “Projeto de Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Internacionais”⁸⁵, eis que surge, no decorrer do ano de 1955, o “Projeto de Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras”, que esteve na base dos trabalhos da “Conferência sobre Arbitragem Comercial Internacional”, em 1958, e que culminou na aprovação daquele que se viria a tornar no mais importante instrumento internacional aplicável a decisões arbitrais estrangeiras. Constitui um caso de sucesso como nenhum outro instrumento de Direito Comercial Transnacional alcançou até hoje⁸⁶. Não obstante a sua designação, porém,

⁷⁹ Mariana França Gouveia, “O reconhecimento...”, cit., pp. 102 e 103.

⁸⁰ No sentido de que “hoy en día, y durante las últimas cuatro décadas, la Convención de Nueva York constituye la piedra angular del arbitraje comercial internacional”, cf. Francisco González de Cossío, *Arbitraje*, cit., p. 6.

⁸¹ Conferência internacional essa que veio a ter lugar na sede da ONU, em Nova Iorque, de 20 de Maio a 10 de Junho de 1958.

⁸² Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 7.

⁸³ O que aconteceu foi que se chegou à conclusão de que as Convenções sobre arbitragem existentes à data, nomeadamente o Protocolo de Genebra de 24 de Setembro de 1923 e a Convenção de Genebra de 26 de Setembro de 1927, não satisfaziam as exigências da arbitragem internacional, quer pelo seu limitado âmbito de aplicação, quer pelas dificuldades que levantavam ao reconhecimento e execução de decisões arbitrais estrangeiras, quer, ainda, pelas dúvidas suscitadas quanto à sua vinculação, derivadas do facto de se terem tornado independentes países que estavam sob domínio ou tutela de potências que haviam aderido às referidas Convenções. Neste sentido, *vide* Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 38.

⁸⁴ Também Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 52, referem que “la Convention de New York constitue un progrès considérable par rapport à la Convention de Genève de 1927. Elle offre des moyens beaucoup plus simples et beaucoup plus efficaces d’obtenir la reconnaissance et l’exécution des sentences arbitrales étrangères et elle remplace la Convention de Genève de 1927 entre les Etats parties aux deux conventions. La Convention de New York donne également un effet beaucoup plus large à la validité des conventions d’arbitrage que ne le faisait le Protocole de Genève de 1923.”

⁸⁵ Submetido ao Conselho Económico e Social da ONU. Para mais detalhes, *vide* António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 7-11.

⁸⁶ Quem o afirma é António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 10.

regula não apenas o reconhecimento e execução de decisões arbitrais estrangeiras, mas também o reconhecimento de convenções de arbitragem^{87/88/89}.

Há que ter em conta que a Convenção em análise facilitou consideravelmente o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras⁹⁰. Por um lado, porque graças à eliminação do *duplo exequatur*, deixou de ser necessário ao requerente a demonstração de que a decisão arbitral é definitiva (*final*) no país de origem, a fim de que possa ser reconhecida noutro país, exigindo-se agora apenas que seja obrigatória para as partes (*binding*)⁹¹. Por outro lado, porque, devido à inversão do ónus da prova dos fundamentos de recusa do reconhecimento, a demonstração do preenchimento destes no caso concreto passou a caber à parte contra a qual a decisão arbitral é invocada⁹². Reduziu-se, desta maneira, ao mínimo as condições a satisfazer pela parte interessada no reconhecimento⁹³.

Na verdade, e ainda que Portugal se tenha mantido à margem durante alguns anos⁹⁴, na medida em que apenas ratificou este instrumento em 1994, e que o mesmo apenas entrou em vigor no nosso ordenamento jurídico a 16 de Janeiro de 1995⁹⁵, a CNI revelou-se um instrumento extremamente eficaz ao longo de seis décadas, tendo sido responsável pelo êxito que o ramo da arbitragem conheceu na segunda metade do século XX como meio de resolução de litígios emergentes do comércio internacional^{96/97}. Conta, atualmente, com 159 Estados Contratantes, podendo mesmo afirmar-se que tem uma aplicação quase universal⁹⁸.

⁸⁷ Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 74.

⁸⁸ Referindo que inicialmente, na Conferência de Nova Iorque de 1958, não se tencionava tratar da validade da convenção de arbitragem, referindo-se apenas que essa matéria era regulada pela lei aplicável, porque havia a intenção de deixar para um Protocolo separado para a regulação da validade formal da convenção de arbitragem bem como do dever de o tribunal estadual, face à invocação desta, remeter as partes para a arbitragem, mas que, apesar disso, nos últimos dias da Conferência se compreendeu que essa separação iria prejudicar seriamente a eficácia da Convenção, razão por que se incluiu nela o artigo II, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 9.

⁸⁹ Tal constitui o objeto da CNI. Cf., Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 39 ss.

⁹⁰ Assim, Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 74.

⁹¹ Sobre o significado do termo obrigatório, remete-se para as considerações feitas no ponto 9.1 do presente trabalho.

⁹² Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 74, acrescentando que a decisão arbitral é, na CNI, um título que não carece da demonstração de quaisquer elementos a ela extrínsecos a fim de produzir os seus efeitos normais como ato jurisdicional.

⁹³ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 67.

⁹⁴ Portugal foi, na Europa, um dos últimos Estados a ratificar a CNI.

⁹⁵ Como, aliás, já tínhamos tido a oportunidade de referir no ponto 3, nota de rodapé n.º 48.

⁹⁶ Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 75.

⁹⁷ Também, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 10.

⁹⁸ Vide, entre outros, Mariana França Gouveia, “O reconhecimento...”, cit., p. 119; e Paula Costa e Silva, “A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras”, *I Congresso do Centro de Arbitragem da CCIP*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 131-180, pp. 151.

Em geral, os juízes que trabalham com o instrumento visado têm mostrado consciência do peso a atribuir ao elemento teleológico na interpretação do mesmo (pretende-se, aqui, o favorecimento do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras), bem como à necessidade de atender ao seu caráter internacional, a fim de se promover a uniformidade na sua aplicação⁹⁹.

Não obstante o reconhecimento do contributo da Convenção no campo do Direito Comercial Transnacional, vozes têm surgido no sentido da revisão global ou alteração pontual do referido instrumento¹⁰⁰. Ainda assim, tais ideias têm sido energicamente combatidas, com a consideração de que é “preferível não perturbar a coerência e eficácia do sistema por ela [CNI] criado, tanto mais que o funcionamento deste pode ser melhorado por outras vias, sem se tocar no seu texto fundador.”¹⁰¹

Sem prejuízo de tudo o que se acabou de dizer, importa referir que a Convenção deixou um certo espaço aos Direitos nacionais, ao prever, no artigo VII, n.º 1, segunda parte, o princípio do tratamento mais favorável¹⁰², ou seja, que as suas disposições não prejudicam o direito que a parte interessada possa ter de invocar a decisão arbitral ao abrigo da lei do país onde essa invocação for feita, quando as regras locais se mostrem favoráveis ao reconhecimento^{103/104/105}. A verdade é que, se para uns autores, como é o

⁹⁹ Herbert Kronke, “Introduction: The New York Convention Fifty Years on: Overview and Assessment”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 1-18, p. 4.

¹⁰⁰ Defendendo a revisão global da CNI, vide Albert Jan Van Den Berg, “Hypothetical Draft Convention on the International Enforcement of Arbitration Agreements and Awards: Explanatory Note”, *50 Years of the New York Convention: ICCA International Arbitration Conference*, ICCA Congress Series, Vol. 14, Kluwer Law International, 2009, pp. 649-666, “after fifty years in existence, the Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards, New York, 10 June 1958 (the New York Convention) is in need of modernization” (p. 649).

¹⁰¹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 10 e 11. Contra a revisão da CNI, vide Emmanuel Gaillard, “The Urgency of Not Revising the New York Convention”, *50 Years of the New York Convention: ICCA International Arbitration Conference*, ICCA Congress Series, Vol. 14, Kluwer Law International, 2009, pp. 689-696, que refere, na p. 690, “although its language is at times dated and certain of its provisions could be modernized, the New York Convention continues, on the whole, to fulfill its purpose in a satisfactory manner and there would be, in my opinion, more to lose than to gain in embarking upon a revision process.”

¹⁰² Francisco González de Cossío, *Arbitraje*, cit., p. 775, afirma que “el artículo VII de la Convención de Nueva York contempla lo que la jerga arbitral internacional ha bautizado como “la disposición de derecho más favorable” (*most favorable right provision*), que busca que la Convención de Nueva York sea, en cuanto al régimen de ejecución del laudo se refiere, una “ley de mínimos”: un piso que sirva de cimiento sobre el cual las legislaciones estatales puedan construir legislación arbitral más liberal, con la finalidad de que el laudo siga siendo ejecutable – y bajo el régimen de la Convención de Nueva York.”

¹⁰³ Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 74.

¹⁰⁴ Sobre o princípio do tratamento mais favorável, vide as considerações feitas no ponto 3 do presente trabalho.

¹⁰⁵ Afirmando que “la disposición de derecho más favorable busca fomentar la ejecución de los laudos arbitrales en el mayor número de casos posible, y en la forma más amplia posible. En su esencia, implica que, en la interrelación entre la Convención de Nueva York y derecho local, se dará prioridad al derecho

caso de DÁRIO MOURA VICENTE, um dos objetivos principais prosseguidos pelas convenções internacionais em matéria de arbitragem é, precisamente, o de harmonizar ou unificar os Direitos nacionais neste domínio¹⁰⁶, para outros, como é o caso de MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO, a CNI não pretende uniformizar a regulamentação internacional em matéria de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, já que a adesão de um Estado à Convenção em causa não tem necessariamente de significar que a sua lei nacional deixe de vigorar¹⁰⁷. Seja como for, a parte que pretende o reconhecimento da decisão arbitral poderá, ao abrigo do referido artigo, escolher entre o regime da Convenção e o regime previsto na lei ou nos tratados em vigor no país onde invoca essa mesma decisão, conquanto lhe seja mais favorável.

4.2. Aplicação quase universal da Convenção de Nova Iorque e campo de aplicação subsidiária da LAV no ordenamento jurídico português. A reserva de reciprocidade formulada pelo Estado português

O processo de reconhecimento de decisões proferidas em arbitragens localizadas no estrangeiro obedece, em primeiro lugar, às disposições de tratados e acordos internacionais ratificados pelo Estado português, na medida em que, por força do artigo 8.º, n.º 2, da CRP, estes prevalecem sobre as normas de Direito interno ordinário. Assim sendo, só subsidiariamente se aplicarão as disposições da LAV portuguesa ao dito processo de reconhecimento.

Acontece que, e como já tivemos a oportunidade de analisar no ponto 4.1. do presente trabalho, a CNI tem atualmente um âmbito de aplicação quase universal, fazendo com que os princípios aplicáveis ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras estejam hoje relativamente uniformizados na prática internacional da arbitragem¹⁰⁸. Na esmagadora maioria dos casos será, como tal, a CNI o instrumento aplicável. Já o campo de aplicação de outros regimes, nomeadamente o presente na LAV, tornou-se exíguo¹⁰⁹ (não querendo com isto dizer que não se farão as necessárias considerações sobre o regime de reconhecimento previsto na LAV, sempre que se considerar justificado).

que sea más favorable al régimen de ejecución del laudo.”, cf. Francisco González de Cossío, *Arbitraje*, cit., p. 775.

¹⁰⁶ Dário Moura Vicente, “Portugal e as convenções internacionais...”, cit., p. 71.

¹⁰⁷ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 52.

¹⁰⁸ Paula Costa e Silva, “A execução em Portugal...”, cit., pp. 151; e Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 655.

¹⁰⁹ Neste sentido, Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 655.

Importante, neste âmbito, é o facto de o Estado português ter formulado a reserva de reciprocidade prevista no artigo I, n.º 3, primeira parte, da CNI, através da qual declarou que só se aplicará o referido instrumento ao reconhecimento de decisões proferidas no território de um outro Estado Contratante. Fala-se, aqui, de uma reciprocidade territorial¹¹⁰. Se é verdade que nos primeiros anos de vigência da Convenção esta reserva tinha um alcance considerável, uma vez que só um pequeno número de Estados a tinha ratificado, também é verdade que atualmente os efeitos da dita reserva são de reduzida importância, uma vez que a maioria dos Estados se tornou parte deste instrumento internacional¹¹¹. LUÍS DE LIMA PINHEIRO chega mesmo a advogar a retirada da reserva de reciprocidade formulada por Portugal, uma vez que, se por um lado, não vê razão para diferenciar o regime de reconhecimento em função do Estado de origem da decisão arbitral por considerar que a mesma não se encontra ligada ao Estado onde foi proferida por um “cordão umbilical” e por considerar que entre as razões que estão subjacentes ao reconhecimento não avultam os interesses do Estado de origem, por outro lado, considera que o novo regime interno se encontra em conformidade com o regime da CNI, o que culmina no mesmo resultado prático caso exista a dita reserva, ou não¹¹². De notar que alguns dos países que haviam feito a reserva de reciprocidade vieram, entretanto, a retirá-la, como é o caso da Áustria, Suíça e Alemanha¹¹³.

A CNI não prejudica, saliente-se, a aplicação da LAV, quer por força do já mencionado princípio do tratamento mais favorável¹¹⁴, uma vez que as normas estabelecidas no capítulo X da referida lei poderão prevalecer sobre o regime estabelecido na Convenção quando forem mais favoráveis ao reconhecimento da decisão arbitral¹¹⁵, quer por força do disposto no artigo III do instrumento em causa¹¹⁶.

¹¹⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 18.

¹¹¹ Com esta ideia, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 18; Dário Moura Vicente, “Interpretation and application of the New York Convention in Portugal”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards – The Interpretation and Application of the New York Convention by National Courts*, George A. Bermann (Ed.), *Ius Comparatum – Global Studies in Comparative Law*, n.º 23, Springer International Publishing, 2017, pp. 765-780, p. 766, quando refere que “by virtue of this reservation, the Convention only applies in Portugal to the recognition and enforcement of awards made in the territory of another Contracting State. Due to the abovementioned incorporation of the Convention into Portuguese domestic law, the relevance of that reservation is however considerably diminished in this country”; e Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., pp. 655 e 656.

¹¹² Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 569.

¹¹³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 18, nota de rodapé n.º 20.

¹¹⁴ Remete-se para o ponto 3 do presente trabalho.

¹¹⁵ Assim, entre outros, Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 656.

¹¹⁶ Artigo III desse, abordado no ponto 5 do presente trabalho.

No que diz respeito às decisões arbitrais proferidas em arbitragens localizadas em países que não sejam parte em qualquer um dos tratados e acordos internacionais referidos, nomeadamente, no ponto 3 do presente trabalho, o processo do seu reconhecimento em Portugal será regido, exclusivamente, pelo disposto na LAV¹¹⁷.

4.3. Âmbito de aplicação da Convenção de Nova Iorque e reservas admitidas

4.3.1. Âmbito de aplicação material

Para que seja possível determinar se certa decisão arbitral é abrangida pelo escopo da CNI importa aferir, para efeito de aplicação desta, o que se deve entender por “sentenças arbitrais”, uma vez que este conceito não é definido no instrumento em causa. De facto, esta é uma questão bastante discutida entre aqueles que se dedicaram a comentar a Convenção e, como tal, interessa analisar os termos em que se trava esta discussão, uma vez que o seu conteúdo é, em grande medida, transponível também para a interpretação e aplicação dos artigos 56.º a 58.º da LAV¹¹⁸. Pergunta-se, a este propósito, se importa qualificar uma decisão como “sentença arbitral” com base na lei do Estado em que foi proferida, na lei do Estado em que o reconhecimento é pedido, ou numa interpretação autónoma e específica da Convenção¹¹⁹. Em nosso entender, devemos ter sobretudo em consideração o terceiro critério, não só tendo em conta o objetivo e estrutura do instrumento internacional em causa, uma vez que o que se pretende é a uniformização de soluções nos Estados Contratantes, mas também tendo em conta a prevalência das normas da Convenção sobre o Direito interno. Assim sendo, parece-nos mais adequado recorrer a um critério autónomo, que não o de uma determinada lei nacional, seja ela a do país onde a decisão foi proferida, seja ela a do país onde se pretende aplicar a Convenção, através de uma abordagem de conflito de leis. Tal posição encontra-se, aliás, em consonância com o defendido por diversos autores, nomeadamente os responsáveis pela elaboração do Guia do ICCA sobre a Interpretação da CNI de 1958¹²⁰ e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO¹²¹.

¹¹⁷ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 656.

¹¹⁸ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 26.

¹¹⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 26; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 17.

¹²⁰ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 17-19.

¹²¹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 26 e 27.

Assim, uma “sentença arbitral” é “uma decisão que põe fim à arbitragem em sua totalidade ou em parte, ou uma decisão acerca de questão preliminar cuja resolução é necessária para a obtenção de uma decisão final. Uma sentença resolve *por definitivo* as questões que visa resolver. Mesmo se o tribunal arbitral desejar adotar uma conclusão diferente posteriormente, a questão não pode ser reaberta ou revisitada.”¹²²

Tendo em conta este entendimento, são qualificadas como decisões arbitrais passíveis de reconhecimento ao abrigo da CNI (e também dos artigos 55.º a 58.º da LAV): as decisões finais sobre o fundo da causa, as decisões parciais (isto é, que decidem, de modo definitivo, parte do mérito da causa), as decisões que repartem os custos da arbitragem ou determinam que uma parte reembolse os custos suportados pela outra e, por fim, as decisões mediante as quais os árbitros homologam transações pelas quais as partes põem termo aos respetivos litígios¹²³.

Ao invés, não poderão ser passíveis de reconhecimento, nem ao abrigo da Convenção de Nova Iorque, nem sequer ao abrigo do capítulo X da LAV: as decisões de simples ordenação processual (isto é, decisões que meramente organizam o procedimento), as decisões interlocutórias sobre questões processuais e decisões que ponham termo à arbitragem sem conhecer do mérito da causa (absolvendo o demandado da instância), as decisões que decretem medidas cautelares (por não serem decisões finais sobre uma dada questão), as decisões com meros efeitos contratuais (como as emitidas nas perícias vinculantes), as decisões proferidas em arbitragens necessárias (já que, quer o regime da CNI, quer o regime da LAV, se reportam à arbitragem como modo de resolução jurisdicional de litígios baseado no acordo das partes) e, por último, as decisões de tribunais estaduais sobre decisões arbitrais¹²⁴, confirmando-as ou atribuindo-lhes exequibilidade¹²⁵.

Importa só, e antes de terminar, ter em consideração que na hora de determinar se está, ou não, perante uma decisão arbitral, os órgãos judiciais devem considerar, não o nome que os árbitros deram às decisões por eles tomadas, mas sim o próprio conteúdo da decisão¹²⁶.

¹²² Na definição que nos é dada pelo ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 17. Existem outras, com idêntico conteúdo, mas cremos que seja esta a mais completa e elucidativa.

¹²³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 29 e 30; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 18.

¹²⁴ Sobre este tema, vide Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 43 e 44.

¹²⁵ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 27-29; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 18 e 19.

¹²⁶ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 19.

Para além desta questão, saliente-se igualmente que são consideradas decisões arbitrais as decisões proferidas sobre litígios resultantes de relações jurídicas de qualquer natureza, podendo afirmar-se que, em princípio, as decisões objeto da CNI “não estão limitadas quanto à matéria”¹²⁷. Isto, obviamente, sem prejuízo da reserva de comercialidade prevista no artigo I, n.º 3, parte final, do instrumento em apreço, que os Estados poderão fazer aquando da ratificação ou adesão ao mesmo, da qual trataremos no ponto 4.3.3. do presente trabalho.

4.3.2. Âmbito de aplicação territorial

O artigo I, n.º 1, da CNI define o escopo de aplicação territorial do instrumento em causa, no que concerne a decisões arbitrais.

De acordo com o primeiro critério, aplicar-se-á a Convenção quando a decisão arbitral tiver sido proferida em Estado diferente daquele em que é pedido o seu reconhecimento e execução¹²⁸. Sendo, nesta sede, importante referir que a grande maioria dos Estados considera que uma decisão arbitral é proferida no lugar da arbitragem. Veja-se, a este propósito, os artigos 42.º, n.º 4, e 31.º, n.º 1, ambos da LAV.

Por força do segundo critério, a Convenção será também aplicável às decisões arbitrais consideradas como não-domésticas no Estado em que se pretenda o seu reconhecimento, ampliando, assim, o âmbito de aplicação deste instrumento. O mesmo será dizer que será aplicável às decisões arbitrais proferidas no Estado do foro, isto é, de reconhecimento, que não sejam aí consideradas como decisões internas (*domestic awards*)¹²⁹. Acontece que a própria Convenção não define o que se deverá entender por decisões arbitrais não-domésticas. Assim sendo, cada Estado Contratante é livre para decidir que decisões não poderão ser consideradas como domésticas, sendo que, geralmente, consideram como não-domésticas: as decisões proferidas sob a lei de

¹²⁷ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 42.

¹²⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 15; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 20-22.

¹²⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 15.

arbitragem de outro Estado¹³⁰, as decisões que envolvem um elemento estrangeiro¹³¹ e as decisões anacionais^{132/133}.

No que diz respeito à LAV, aplicar-se-á o regime dos artigos 55.º a 58.º do referido instrumento quando não tiver lugar a aplicação nem da CNI, nem de outros tratados ou convenções que vinculem o Estado português, e quando a decisão arbitral tiver sido proferida no estrangeiro. Recordar-se, aqui, que a decisão, apesar de materialmente redigida e assinada noutro lugar, considera-se como proferida no lugar da arbitragem a que respeita, por força do disposto nos já referidos artigos 42.º, n.º 4, e 31.º, n.º 1, ambos da LAV¹³⁴.

Por último, é de referir que a nacionalidade das partes, bem como o seu domicílio ou residência, são irrelevantes no que toca à aplicação, quer da CNI, quer dos artigos 55.º a 58.º da LAV¹³⁵. Tal acontece na medida em que não se requer, em princípio, que as partes na arbitragem em que foi proferida a decisão pertençam a Estados diferentes, assim como não é exigido que a parte que pede o reconhecimento da decisão arbitral pertença a um Estado Contratante¹³⁶.

4.3.3. Possibilidade de restringir o âmbito de aplicação da Convenção: as reservas de aplicação admitidas

¹³⁰ Hipótese em que a arbitragem tem sede no Estado do tribunal em que se pretende o reconhecimento, mas que é regida por uma lei de arbitragem estrangeira. Neste sentido, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 23.

¹³¹ Hipótese em que a decisão arbitral proferida no Estado do tribunal em que se pretende o reconhecimento está relacionada com algum tipo de litígio que envolva uma dimensão estrangeira, como a nacionalidade ou o domicílio das partes, por exemplo. Cf., ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 23.

¹³² Hipótese em que a decisão arbitral é proferida numa arbitragem destacada de qualquer lei nacional de arbitragem, por exemplo, porque as partes excluíram expressamente a aplicação de qualquer lei nacional de arbitragem, ou acordaram na aplicação de regras transnacionais. Neste sentido, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 23.

¹³³ Sobre esta questão, e com mais desenvolvimentos, vide ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 22 e 23.

¹³⁴ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 16.

¹³⁵ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 17; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 21; Maria Cristina Pimenta Coelho, *A Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958 relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras*, Relatório do Curso de Mestrado na Menção de Ciências Jurídicas, Direito Processual Civil, Lisboa, 1987, p. 8; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 43.

¹³⁶ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 17, referindo que só indiretamente é que a nacionalidade das partes poderá ser relevante para o âmbito de aplicação da CNI e explicitando quais são essas situações.

Sem prejuízo do que se acabou de dizer, é possível restringir o âmbito de aplicação da CNI, quer quanto ao espaço, quer quanto à matéria. Falamos, respetivamente, da reserva de reciprocidade e da reserva de comercialidade¹³⁷.

No que diz respeito à reserva de reciprocidade, autorizada pelo artigo I, n.º 3, primeira parte, da Convenção, fazemos uma chamada de atenção para o que foi já referido no ponto 4.2. do presente trabalho. De acordo com a mesma, os Estados Contratantes podem reservar a aplicabilidade da Convenção ao reconhecimento de decisões proferidas no território de outro Estado Contratante¹³⁸. E tal foi o caso de Portugal, que formulou esta reserva aquando da sua adesão ao instrumento em apreço, o que significa tão-só que apenas se aplicará, em território nacional, a CNI ao reconhecimento de decisões proferidas no território de um outro Estado que também tenha aderido ou ratificado a mesma.

Já no que diz respeito à reserva de comercialidade, importa dizer que a mesma se encontra autorizada pelo artigo I, n.º 3, segunda parte, da Convenção, e confere aos Estados contratantes a possibilidade de restrição de aplicação da CNI às decisões proferidas sobre litígios resultantes de relações de Direito, contratuais ou não contratuais, que forem consideradas como “comerciais” pela respetiva lei nacional¹³⁹. ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO alerta para o facto de esta reserva dificultar a aplicação uniforme da Convenção, uma vez que aquilo que alguns Estados consideram como relações comerciais, não é assim considerado por outros, podendo inclusivamente acontecer que diferentes tribunais, dentro do mesmo Estado, interpretem de modo diferente este conceito¹⁴⁰, indo, desta forma, contra o espírito e propósito da CNI. Assim, recomenda-se que os tribunais interpretem o conceito de comercialidade de forma ampla¹⁴¹.

¹³⁷ Quem utiliza este termo é António Sampaio Caramelo, em *O Reconhecimento...*, cit., p. 18 e Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 373, “réserve de commercialité”.

¹³⁸ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 18; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 25; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 44; Alan Redfern / Martin Hunter, *Droit et Pratique...*, cit., p. 372, afirmam que “la réserve de réciprocité est importante. Les Etats qui ont adopté la Convention sur la base de la réciprocité ont convenu en effet de ne reconnaître et exécuter que “les sentences de la Convention” et par conséquent quand on cherche un pays approprié pour y fixer le siège d’un arbitrage commercial international, on a intérêt à choisir un pays qui a adhéré à la Convention de New York pour augmenter les chances de reconnaissance et d’exécution de la sentence dans les autres Etats parties.” Não obstante, lembre-se a crítica a esta reserva feita por LUÍS DE LIMA PINHEIRO, no ponto 4.2. do presente trabalho.

¹³⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 18.

¹⁴⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 18 e 19.

¹⁴¹ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 25.

5. O artigo III da Convenção de Nova Iorque

5.1. Margem de liberdade atribuída aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras

A CNI distingue aquilo que se poderá entender como as “condições de reconhecimento que são fixadas taxativamente pela Convenção”¹⁴² ou “condições substantivas para o reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras”¹⁴³, que estão taxativamente definidas no seu artigo V, e aquilo que se poderá entender como as “regras de processo”¹⁴⁴ ou “regras processuais através das quais se efetua o reconhecimento e admissão à execução de tais sentenças”¹⁴⁵. Nestas últimas, saliente-se, a CNI confere uma certa margem de atuação aos Direitos internos dos Estados de reconhecimento, não sem definir, contudo, nos seus artigos III e IV¹⁴⁶, algumas balizas que se afiguram relevantes. Relevantes, na medida em que, pelo menos em teoria, relegar o estabelecimento de requisitos ou regras processuais para os diversos Estados Contratantes poderá pôr em causa o objetivo primordial da Convenção de dinamizar e encorajar a arbitragem internacional, evitando-se, desta maneira, que regras internas de processo de cada Estado possam bloquear o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras¹⁴⁷.

Começaremos, assim, por atentar no artigo III da CNI, que pode ser dividido em duas partes: se é verdade que a primeira atribui uma margem de liberdade aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras¹⁴⁸, também é verdade que a segunda circunscreve essa mesma margem de liberdade, ao estabelecer que não podem ser aplicadas condições sensivelmente mais rigorosas, nem custas sensivelmente mais elevadas, do que as aplicadas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais¹⁴⁹.

¹⁴² Segundo Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 590.

¹⁴³ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 81.

¹⁴⁴ Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 590.

¹⁴⁵ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 81.

¹⁴⁶ Tratado no ponto 6 do presente trabalho.

¹⁴⁷ Quem o diz é Andreas Börner, “Article III”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 115-142, p. 117.

¹⁴⁸ Segundo o artigo em questão: “Cada um dos Estados Contratantes reconhecerá a autoridade de uma sentença arbitral e concederá a execução da mesma nos termos das regras de processo adotadas no território em que a sentença for invocada, nas condições estabelecidas nos artigos seguintes”.

¹⁴⁹ Segundo o artigo em questão: “Para o reconhecimento ou execução das sentenças arbitrais às quais se aplica a presente Convenção, não serão aplicadas quaisquer condições sensivelmente mais rigorosas, nem custas sensivelmente mais elevadas, do que aquelas que são aplicadas para o reconhecimento ou a execução das sentenças arbitrais nacionais”.

No que respeita à primeira parte do artigo em questão, estabelece-se que caberá ao Direito nacional do Estado em que se pede o reconhecimento regular o processo mediante o qual ele é concedido, sujeitando-se às condições para o reconhecimento estabelecidas pela Convenção¹⁵⁰. Por outras palavras, obriga-se os Estados Contratantes a reconhecer como obrigatórias as decisões arbitrais estrangeiras, de acordo com as regras de processo do país em que essas decisões forem invocadas¹⁵¹. Segundo ANDREAS BÖRNER, a expressão “condições” empregue no artigo III assume dois significados: se a Convenção estabelecer regras de processo, serão essas regras a controlar o procedimento; por outro lado, as regras de processo estabelecidas pelo Estado de reconhecimento não serão aplicadas se chocarem com alguma das condições substantivas para o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras estabelecidas pela própria Convenção¹⁵². Já MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO retira deste artigo o princípio de aplicação das regras de processo do país do foro quanto a questões relativas ao reconhecimento que não sejam regulados pela CNI¹⁵³.

Importa também referir que os autores responsáveis pela elaboração do Guia do ICCA sobre a Interpretação da CNI de 1958 apontam, sem qualquer caráter de taxatividade, para alguns aspetos do processo de reconhecimento que poderão ser regulados pelos Direitos nacionais dos Estados Contratantes, como sejam: o prazo para o pedido de reconhecimento, a forma do pedido, a forma pela qual o procedimento é conduzido, o tribunal competente para reconhecer a decisão arbitral estrangeira, entre outros¹⁵⁴.

Assim, e como já se disse, caberá ao Direito nacional do Estado em que se pede o reconhecimento regular o processo mediante o qual ele é concedido. Segundo ALBERT JAN VAN DER BERG, existem três hipóteses de regular o processo de reconhecimento de uma decisão arbitral abrangida pela CNI: de acordo com disposições específicas contidas em lei especial; de acordo com as disposições aplicáveis à generalidade das decisões arbitrais estrangeiras; de acordo com o processo aplicável às decisões arbitrais

¹⁵⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 82; e Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 117. As “condições estabelecidas nos artigos seguintes” são, portanto, os “requisitos do pedido de reconhecimento” previstos no artigo IV, a preencher pelo requerente, e os “fundamentos de rejeição do reconhecimento” enumerados no artigo V.

¹⁵¹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 81 e 82; Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 116. O termo “obrigatório” será objeto de análise no ponto 9 do presente trabalho.

¹⁵² Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 117.

¹⁵³ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 50.

¹⁵⁴ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 29.

internas¹⁵⁵. O primeiro sistema foi adotado, nomeadamente, pelos EUA, Reino Unido, Austrália, Dinamarca, Suécia, Índia e Botswana, que preveem regras especiais de processo nos diplomas de ratificação ou adesão à CNI¹⁵⁶. Por sua vez, a segunda solução foi escolhida pela generalidade dos países que fazem parte da Convenção, que podem ainda ser divididos em dois grupos: no primeiro, encontram-se aqueles que preveem regras especiais de processo para as decisões arbitrais estrangeiras¹⁵⁷, enquanto que no segundo o processo de reconhecimento é o mesmo para as decisões arbitrais e para as decisões judiciais estrangeiras¹⁵⁸. Por último, há que referir que poucos foram os países que seguiram a terceira via, que sujeita o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras a um processo idêntico ao das decisões arbitrais internas¹⁵⁹. Portugal seguiu a segunda orientação, encontrando-se entre os países que preveem regras especiais de processo para as decisões arbitrais estrangeiras. Veja-se, a este propósito, os artigos 57.º e 59.º, n.º 1, alínea h) (que estabelece o tribunal competente para o reconhecimento), ambos da LAV¹⁶⁰.

Há que ter em conta que habitualmente surgem diversas questões de natureza processual aquando do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, que devem ser resolvidas pelo Direito do Estado em que esse reconhecimento é pedido¹⁶¹. Na verdade, poder-se-á perguntar quais as formas processuais a utilizar, em que tribunal deverá essa ação de reconhecimento ser instaurada e quais os requisitos e outras restrições aplicáveis a esta, entre outros¹⁶². As respostas, normalmente, chegam das mais variadas formas, consoante a maneira como a questão é regulada pelos Direitos dos Estados Contratantes.

¹⁵⁵ Albert Jan Van Den Berg, *The New York Arbitration Convention of 1958*, T.M.C. Asser Institute – The Hague, Kluwer Law and Taxation Publishers, Netherlands, 1981, p. 236; também neste sentido, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 83; Maria Cristina Pimenta Coelho, *A Convenção...*, Relatório do Curso de Mestrado na Menção de Ciências Jurídicas, cit., p. 20; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 50.

¹⁵⁶ Assim, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 236 e 237; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 50.

¹⁵⁷ Como a Grécia, cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 237.

¹⁵⁸ Como acontece, por exemplo, em Itália, no México e na Holanda. Cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 237.

¹⁵⁹ Albert Jan Van Den Berg dá o Japão como exemplo de país que seguiu esta orientação. Cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 237.

¹⁶⁰ A este propósito, Luís de Lima Pinheiro afirma que “uma vez que o legislador português não fez acompanhar a ratificação da Convenção de Nova Iorque de qualquer indicação sobre o regime processual aplicável, o reconhecimento fica sujeito ao regime processual dos artigos 57.º e 58.º da LAV”, cf. Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 591.

¹⁶¹ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 85.

¹⁶² Para uma análise mais aprofundada das questões de natureza processual, surgidas aquando do reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira, que devem ser resolvidas pelo direito do Estado em que esse reconhecimento é pedido, vide, designadamente, Andreas Börner, “Article III”, cit., pp. 121 ss.; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 85 ss.

No que diz respeito ao processo utilizado, por exemplo, países há em que se verifica o princípio do contraditório desde o início, enquanto que noutros não se verifica na fase inicial do processo, mas tão-só no recurso da decisão proferida com base na apreciação sumária da decisão arbitral¹⁶³. No direito português, a LAV estabelece que, apresentada a petição de reconhecimento, é a parte contrária citada para deduzir a sua oposição, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do referido diploma, sendo, aliás, o princípio do contraditório um dos três princípios fundamentais a ser respeitados na arbitragem voluntária, como é possível constatar no n.º 1, do artigo 30.º, da LAV. Por sua vez, variam também consideravelmente, entre os Estados Contratantes, os tribunais competentes para decidirem sobre os pedidos de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras. Tal pode depender da organização judicial dos mesmos, ou até da estrutura política do Estado do foro¹⁶⁴. Dito isto, o tribunal português competente para o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, quer se encontrem sujeitas ao regime da CNI, quer se encontrem sujeitas ao regime da LAV, é, nos termos do artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV, o Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral¹⁶⁵, demonstrando aquilo que alguns autores apelidam de “marcada tendência para confiar o julgamento de ações de reconhecimento a tribunais superiores”, não só por se presumir que os respetivos juízes têm a disponibilidade, experiência e conhecimento necessários para as poderem decidir de modo célere, esclarecido e eficiente¹⁶⁶, mas também porque, tratando-se de apreciar se a decisão proferida por um órgão jurisdicional estrangeiro reúne as condições requeridas para poder produzir efeitos em Portugal, é apropriado que tal apreciação caiba a um

¹⁶³ Neste sentido, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 86.

¹⁶⁴ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 86.

¹⁶⁵ Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 593. Referindo, o mesmo autor, que não tem qualquer fundamento jurídico-positivo a posição, seguida pela jurisprudência, que atribui essa competência ao tribunal de primeira instância. *Vide* Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 593. No mesmo sentido, António Sampaio Caramelo conclui que este entendimento perfilhado ao longo de quase quinze anos pelos tribunais superiores portugueses, além de desacertado, revelou-se prejudicial à eficácia da arbitragem internacional no nosso país, na medida em que o principal objetivo da CNI é o de favorecer o reconhecimento, nos Estados Contratantes, das decisões arbitrais proferidas noutros Estados, cf. António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 107. *Vide*, igualmente, o Acórdão do TRP de 30/06/2014 (processo 56/14.9YRPRT), Relator: Caimoto Jácome, no qual este tribunal declarou ser competente, em razão da hierarquia, para conhecer de uma ação de revisão/confirmação de uma decisão arbitral proferida por um tribunal arbitral constituído no Brasil.

¹⁶⁶ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 86.

tribunal superior português, tal como sucede quanto ao reconhecimento de sentenças judiciais estrangeiras, ao abrigo do artigo 979.º do CPC^{167/168}.

É, assim, fácil de ver que o efeito harmonizador da CNI não se aplica às regras de processo através das quais se efetua o reconhecimento e admissão à execução de decisões arbitrais estrangeiras, na medida em que essas mesmas regras poderão variar de país para país, ainda que não sem os balizamentos feitos pelos artigos III e IV do referido instrumento. E é neste sentido que PIETER SANDERS afirma que tal harmonização da aplicação e interpretação da CNI pode ser promovida através da publicação de decisões dos tribunais judiciais nacionais que digam respeito à aplicação do instrumento, na medida em que não só revelaria as diferentes interpretações feitas pelos tribunais, que se tornando públicas teriam a virtualidade de conduzir a uma potencial harmonização, como também facilitaria a escolha do lugar da arbitragem numa arbitragem de carácter internacional¹⁶⁹.

5.2. Proibição de imposição de condições sensivelmente mais rigorosas e de custas sensivelmente mais elevadas do que as exigidas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais

Já no que diz respeito à segunda parte do artigo III da CNI, estabelece-se que, para o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras realizado ao abrigo do instrumento, não poderão ser aplicadas quaisquer condições sensivelmente mais rigorosas, nem custas sensivelmente mais elevadas, do que aquelas que são aplicadas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais.

Importa ter em conta, neste âmbito, que o termo “condições” que se encontra aqui em causa, e que suscita alguma perplexidade perante os comentadores da CNI, aponta tão-só para as regras processuais de reconhecimento, e já não para as condições substantivas de reconhecimento que são taxativamente fixadas pela Convenção¹⁷⁰. Como

¹⁶⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 108.

¹⁶⁸ Segundo o qual, para a revisão e confirmação de decisões judiciais estrangeiras, é competente o tribunal da Relação da área em que esteja domiciliada a pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão.

¹⁶⁹ Pieter Sanders, “The History of the New York Convention”, *Improving the Efficiency of Arbitration Agreements and Awards: 40 Years of Application of the New York Convention: ICCA International Arbitration Congress*, ICCA Congress Series, n.º 9, Kluwer Law International, The Hague/London/Boston, 1999, pp. 11-14, pp. 13 e 14.

¹⁷⁰ Alertando para este facto, vide Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 239 e 240; Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 120; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 590; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 51.

tal, deve ler-se que “não deverá ser previsto um processo sensivelmente mais rigoroso para o reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras do que o existente para as sentenças arbitrais nacionais”¹⁷¹ (sublinhado nosso).

Há que acrescentar que apoiamos MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO quando afirma que o facto de se proibir a imposição de condições sensivelmente mais rigorosas leva a que seja possível aos Estados partes da Convenção estabelecerem, no que toca ao reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira, um processo mais exigente do que o previsto para as decisões arbitrais nacionais, sendo que o que não poderá haver é uma diferença flagrante entre um processo e outro, de modo a dificultar o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras¹⁷². O mesmo se diga quanto a custas. Na verdade, ao colocar a questão de saber se se aplica às decisões arbitrais estrangeiras o regime do artigo 42.º, n.º 7, da LAV, que atribui às decisões arbitrais nacionais a mesma eficácia que a decisão de um tribunal estadual, independentemente de qualquer processo de reconhecimento, também LUÍS DE LIMA PINHEIRO adota o entendimento de que a intenção da CNI não é a de assegurar uma equiparação das decisões estrangeiras às decisões nacionais, mas sim a de garantir que o processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras não é sensivelmente mais oneroso que o estabelecido para as decisões arbitrais nacionais¹⁷³. Conclui, assim, o mesmo autor que, para uma interpretação correta do preceito, há que entender que um Estado que não sujeite o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais a um processo prévio não está impedido de sujeitar o reconhecimento das decisões arbitrais estrangeiras a um regime processual especial ou a um regime processual aplicável em geral ao reconhecimento de decisões estrangeiras¹⁷⁴.

Enfim, ANDREAS BÖRNER reitera que os requisitos do processo de reconhecimento têm a virtualidade de prejudicar o objetivo da CNI de encorajar a arbitragem internacional, sendo que simples questões processuais, como sejam a de saber qual o tribunal competente, podem causar atrasos e complicações excessivas e

¹⁷¹ Maria Cristina Pimenta Coelho, *A Convenção...*, Relatório do Curso de Mestrado na Menção de Ciências Jurídicas, Direito Processual Civil, cit., p. 21; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 51.

¹⁷² Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 51.

¹⁷³ Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 591.

¹⁷⁴ Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 591. Concluindo que, não tendo o legislador português acompanhado a ratificação da CNI de qualquer identificação sobre o regime processual aplicável, o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras fica sujeito ao regime processual dos artigos 57.º e 58.º, ambos da LAV.

desnecessárias¹⁷⁵. Como solução, propõe que os Estados Contratantes apliquem o seu Direito interno de uma maneira a que a arbitragem saia reforçada, com o apoio dos respetivos juízes, que devem ter sempre este objetivo em conta, não obstante se depararem diversas vezes com regras de processo complicadas, e que acabam por consumir mais tempo do que o desejável¹⁷⁶. A criação de uma Lei Modelo (“*Model Law*”) que cubra os aspetos processuais poderia ser, aponta o mesmo autor, uma boa estratégia no que diz respeito à uniformização das regras de processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras nos vários Estados signatários da CNI, uma vez que não considera razoável, por exemplo, que o prazo para propor uma ação de reconhecimento varie de país para país¹⁷⁷. De entre as ideias que visam esta uniformização que o autor sugere, destacamos: a concentração das ações de reconhecimento em tribunais superiores, mais especializados; ou a existência de um limite de tempo razoável que possa mediar entre o pedido de reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira e a defesa de acordo com os artigos V e VI da CNI¹⁷⁸. Desta maneira, seria interessante ver que efeito a uniformização de regras processuais ao nível internacional teria no que diz respeito ao encorajamento do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras¹⁷⁹.

6. Requisitos do pedido e tramitação da ação de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras

6.1. Requisitos formais do pedido

Como tivemos oportunidade de referir¹⁸⁰, a CNI confere uma certa margem de atuação aos Direitos internos dos Estados de reconhecimento, não sem definir, contudo, nos seus artigos III e IV, algumas balizas que se afiguram relevantes. Se no ponto anterior foram analisados os limites definidos no primeiro dos preceitos referidos, importa, agora, atentar no artigo IV do instrumento.

Primeiro que tudo, importa referir que o artigo IV se destina a facilitar o reconhecimento da decisão arbitral estrangeira, reduzindo ao mínimo e indispensável as

¹⁷⁵ Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 140.

¹⁷⁶ Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 140.

¹⁷⁷ Andreas Börner, “Article III”, cit., pp. 140 e 141.

¹⁷⁸ Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 141.

¹⁷⁹ Andreas Börner, “Article III”, cit., p. 141.

¹⁸⁰ No ponto 5.1. do presente trabalho.

condições a serem preenchidas pela parte que pretende esse efeito¹⁸¹. Quando comparado com o artigo 4.º da Convenção de Genebra relativa à Execução de Decisões Arbitrais Estrangeiras de 1927¹⁸², verifica-se uma grande simplificação^{183/184}, uma vez que aquele exigia que a parte que pedia o reconhecimento fornecesse provas de que a decisão se tinha tornado definitiva no país onde tinha sido proferida, fazendo com que, aliado à falta de mecanismos por parte dos Direitos nacionais para proferir um certificado que atestasse esse mesmo facto, a mesma tivesse quase sempre de iniciar um procedimento de reconhecimento no país em que tivesse sido proferida, antes mesmo de o poder fazer no país no qual pretendia que fosse efetivamente reconhecida¹⁸⁵. Este *duplo exequatur*¹⁸⁶ causava, como deixa adivinhar, os maiores constrangimentos, na medida em que exigia que o requerente iniciasse os procedimentos no próprio país onde a decisão arbitral tinha tido a sua origem, ainda que a parte contra a qual a decisão arbitral era invocada não tivesse qualquer bem, ou qualquer presença, nesse país, deixando em aberto o risco de a parte munida de uma decisão arbitral não conseguir obter o reconhecimento nem sequer na primeira dessas fases - isto é, no país de origem-, no caso de um dado Direito nacional estabelecer que os tribunais do seu país apenas têm jurisdição quando a parte contra a qual a decisão arbitral é invocada tiver qualquer bem, ou qualquer presença, nesse país¹⁸⁷.

¹⁸¹ Assim, Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

¹⁸² Article 4. of the Geneva Convention

The party relying upon an award or claiming its enforcement must supply, in particular: (1) The original award or a copy thereof duly authenticated, according to the requirements of the law of the country in which it was made;

(2) Documentary or other evidence to prove that the award has become final, in the sense defined in Article 1 (d), in the country in which it was made;

(3) When necessary, documentary or other evidence to prove that the conditions laid down in Article 1, paragraph 1 and paragraph 2 (a) and (c), have been fulfilled.

A translation of the award and of the other documents mentioned in the Article into the official language of the country where the award is sought to be relied upon may be demanded. Such translation must be certified correct by a diplomatic or consular agent of the country to which the party who seeks to rely upon the award belongs or by a sworn translator of the country where the award is sought to be relied upon.

¹⁸³ Assim, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 246; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

¹⁸⁴ Não obstante, MARIKE R. P. PAULSSON afirma que “although the drafters wanted to simplify the request for enforcement, the actual submission of the award, agreement, and translations has an occasion proved to be complex”, Marike R. P. Paulsson, “Chapter 5: Article IV: Requesting Enforcement of Awards”, *The 1958 New York Convention in Action*, Kluwer Law International, 2016, pp. 137-156, p. 137.

¹⁸⁵ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 145.

¹⁸⁶ Importa chamar a atenção para o facto de, na opinião de ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, a expressão “*duplo exequatur*” não ser uma expressão rigorosamente técnica, na medida em que nem sempre os diversos Direitos exigem um qualquer *exequatur* para se poderem atuar as decisões arbitrais. Assim, refere que a locução é usada para cobrir, em geral, situações em que uma decisão arbitral passa por uma barreira interna, antes de ser reconhecida e executada num país estrangeiro, cf. António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 544.

¹⁸⁷ Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 145 e 146; *vide* também Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 38.

Para além disso, à luz da Convenção de Genebra de 1927, era também necessário demonstrar não só que a decisão se encontrava dentro do âmbito de aplicação desse instrumento, mas também que a convenção de arbitragem que lhe estava subjacente era válida, e que o tribunal arbitral tinha sido devidamente constituído e atuado em conformidade com a respetiva *lex arbitri*, isto é, com a lei que regeu a arbitragem¹⁸⁸. Assim sendo, o principal objetivo da CNI nesta matéria foi o de aliviar as restrições que se faziam sentir na Convenção de Genebra de 1927¹⁸⁹, o que foi atingido sobretudo graças à eliminação do *duplo exequatur*, que no fundo passava pela exigência de reconhecimento da decisão arbitral, quer no país de origem (para que houvesse a certeza que a decisão se tinha tornado definitiva), quer no país onde se pretendia efetivamente o reconhecimento e a execução¹⁹⁰.

De acordo com o artigo IV da CNI, e bem assim de acordo com o equivalente nacional (o artigo 57.º, n.º 1, da LAV, feito à sua imagem e semelhança), a parte que pretende o reconhecimento apenas tem que apresentar o original devidamente autenticado da decisão arbitral ou uma cópia devidamente certificada da mesma (n.º 1, alínea a) da CNI, e n.º 1, primeira parte, da LAV) e uma tradução no caso de esse documento não estar redigido numa língua oficial do país onde se pretende obter tal efeito (n.º 2, da CNI, e n.º 1, parte final, da LAV)¹⁹¹. Estes requisitos formais são estabelecidos com caráter exaustivo, o que significa que a parte que pretenda obter o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira não pode ser sujeita a outras condições, ainda que previstas na legislação do Estado do reconhecimento^{192/193}. MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO conclui que a decisão arbitral estrangeira é considerada pela CNI – e, acrescentamos, pela LAV – como um título autosuficiente¹⁹⁴. Assim, o requerente tem o ónus de provar e o dever de apresentar os documentos mencionados, e a prova, importa referir, é uma prova *prima facie*¹⁹⁵. Cabe, depois, à outra parte provar que o

¹⁸⁸ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 146.

¹⁸⁹ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 146, referindo que “over the course of the debates, the drafters decided to ease the restrictions contained in the Geneva Convention.”

¹⁹⁰ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 38.

¹⁹¹ Assim, Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

¹⁹² Neste sentido, veja-se Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 248; Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 149, e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 113.

¹⁹³ A este respeito, MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO afirma que a norma do artigo IV se sobrepõe às legislações nacionais no sentido de que os requisitos aí previstos são os únicos exigidos à parte que pretende o reconhecimento da decisão arbitral estrangeira, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

¹⁹⁴ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

¹⁹⁵ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 72. ALBERT JAN VAN DEN BERG refere que “in fulfilling these conditions, the party seeking enforcement produces *prima facie* evidence entitling him to obtain

reconhecimento deve ser recusado, de acordo com o artigo V da CNI, ou de acordo com o artigo 56.º da LAV.

Ainda no que diz respeito aos requisitos formais do pedido de reconhecimento, tem-se levantado o problema de saber se o requerente os deve preencher no momento em que faz o pedido, ou se pode completá-los durante o processo de reconhecimento. O mesmo é perguntar, na esteira de ALBERT JAN VAN DEN BERG, se o preenchimento das condições exigidas pelo artigo IV é indispensável para a admissão do pedido de reconhecimento, ou não¹⁹⁶. É que, se por um lado, o preceito em questão, no seu n.º 1, se refere ao momento da apresentação do pedido¹⁹⁷, por outro lado, tem-se vindo a entender que tal terá de ser alvo de uma interpretação em termos amplos, não se rejeitando liminarmente o pedido quando as condições não estejam integralmente preenchidas no início do processo, admitindo-se que o possam ser no decurso do mesmo¹⁹⁸. Atento o objetivo de facilitar o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, com a redução ao mínimo e indispensável das condições a serem preenchidas pela parte que pretende esse efeito, também nós cremos que não pode deixar de ser este o melhor entendimento¹⁹⁹.

Quanto aos documentos individualmente considerados: é exigida a apresentação do original devidamente autenticado da decisão arbitral ou de uma cópia devidamente certificada da mesma²⁰⁰, estando implícita a exigência de que esta tenha sido reduzida a escrito, ainda que pudesse ser permitido pela lei do Estado em que foi proferida, uma

enforcement of the award. It is then up to the other party to prove that enforcement should not be granted on the grounds enumerated exhaustively in the following Article V (1). The transformation of most of the "positive" conditions into "negative" conditions was prompted by the desire to ease the conditions to be fulfilled by the party seeking enforcement as much as possible. Article IV is to be interpreted accordingly.", cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 247.

¹⁹⁶ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 248 e 249.

¹⁹⁷ Embora na versão portuguesa já existam algumas dúvidas, ao dizer-se que "a Parte que requerer o reconhecimento e a execução *deverá juntar ao seu pedido*", na versão inglesa torna-se ainda mais questionável, quando se afirma que "... shall, *at the time of the application*, supply...", (destacados nossos), cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 249. A LAV, por sua vez, nada parece indicar quanto ao momento de apresentação dos documentos, no n.º 1, do artigo 57.º.

¹⁹⁸ Neste sentido, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 249, com referência a decisões de tribunais que fizeram a mesma interpretação; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 77; e Maria Cristina Pimenta Coelho, "A Convenção...", cit., p. 53.

¹⁹⁹ Contra este entendimento, os tribunais italianos têm considerado que a apresentação dos referidos documentos é um pré-requisito para o início do procedimento de reconhecimento e execução, e que se tal condição não for satisfeita, o pedido de reconhecimento e execução deve ser declarado inadmissível. Para mais detalhes, vide ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 77.

²⁰⁰ A versão inglesa é mais clara do que as versões francesa e portuguesa, ao requerer "the duly authenticated original award or a duly certified copy thereof". Vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 113.

decisão simplesmente comunicada oralmente às partes^{201/202}. “Original devidamente autenticado” significa que se confirma que a decisão arbitral é genuína e que foi feita pelos árbitros^{203/204}. Com a “cópia devidamente certificada da decisão” certifica-se que se está perante uma verdadeira cópia do original²⁰⁵. Normalmente, apresenta-se esta última, na medida em que, na generalidade dos casos, as instituições de arbitragem e os árbitros guardam os originais²⁰⁶. Acontece que na CNI não se especifica qual a lei reguladora, quer da autenticação, quer da certificação, naquilo que se considera ser uma tentativa de introduzir uma maior flexibilidade^{207/208}. No que diz respeito à autenticação, a maioria dos tribunais parece aceitar qualquer forma que esteja de acordo, quer com a lei do país no qual a decisão foi proferida, quer com a lei do país no qual se pretende o reconhecimento^{209/210}. Já no que diz respeito à certificação, geralmente considera-se que a lei aplicável é a do Estado em que se pede o reconhecimento da decisão arbitral²¹¹, ainda que o silêncio da Convenção neste aspeto se tenha devido precisamente à intenção de permitir a escolha entre a lei do Estado de origem da decisão arbitral e a lei do Estado em que se pede o seu reconhecimento²¹². Por último, a parte que procura o reconhecimento de uma decisão arbitral deverá, ainda, juntar uma tradução da mesma, no caso de não estar redigida numa língua oficial do país em que for invocada, de acordo com o n.º 2, do artigo IV, da CNI. Naturalmente que se a decisão arbitral for apresentada em Portugal

²⁰¹ Neste sentido, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 113 e 114; e Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 152.

²⁰² Em Portugal, a decisão arbitral deve ser sempre reduzida a escrito, de acordo com o artigo 42.º, n.º 1, da LAV.

²⁰³ Assim, Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 177 e 178; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 73; Francisco González de Cossío, *Arbitraje*, cit., p. 739; Marike R. P. Paulsson, “Chapter 5: Article IV...”, cit., p. 143; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 114.

²⁰⁴ “Accordingly, this “authentication” provision is widely interpreted as requiring only a confirmation that the signatures of the arbitrators are authentic”, cf. Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 178.

²⁰⁵ Sobre a distinção entre autenticação e certificação, vide Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 251; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

²⁰⁶ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 256; e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 53.

²⁰⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 114; Marike R. P. Paulsson, “Chapter 5: Article IV...”, cit., p. 143, “Courts are recommended to adopt a pro-enforcement attitude”.

²⁰⁸ Referindo que se achou preferível conceder uma maior latitude ao tribunal do país onde se pretende o reconhecimento, cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 252.

²⁰⁹ Assim, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 73.

²¹⁰ Para mais detalhes, vide Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 252, que conclui que a melhor solução será a de aceitar não só a lei do país onde a decisão arbitral foi proferida, mas também a lei do próprio país onde se pretende o reconhecimento; Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 178 e 179; identificando três orientações seguidas por tribunais estaduais sobre esta matéria, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 114.

²¹¹ Assim, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 75; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 115.

²¹² Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 179; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 115.

para se proceder ao seu reconhecimento, terá de ser apresentada uma tradução certificada em português, conforme referido na parte final do n.º 1, do artigo 57.º, da LAV. Tem-se entendido que o juiz pode, não obstante, dispensar tal tradução, se a língua em que for redigido o documento lhe for familiar, numa visão pragmática da questão por parte dos diversos tribunais estaduais²¹³, sendo tal orientação transponível, com as adaptações necessárias, para as ações de reconhecimento propostas no nosso país²¹⁴. Se é verdade que nem a CNI, nem a LAV, especificam quem deve fazer tal tradução, também é verdade que se tem entendido que será suficiente uma tradução feita por um tradutor ajuramentado ou por um funcionário consular do país em que o reconhecimento é pedido^{215/216}.

Para finalizar, e caso se pretenda o reconhecimento de uma decisão arbitral proferida em arbitragem localizada no estrangeiro em Portugal, estes documentos terão, naturalmente, e como anteriormente referimos²¹⁷, de ser apresentados perante o Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral, por aplicação do artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV.

6.2. Requisitos formais implícitos da decisão arbitral

Na esteira do defendido por ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, há que referir que a decisão arbitral estrangeira terá de preencher determinados requisitos, que embora não se encontrem expressamente mencionados, nem no artigo IV, n.º 1, alínea a), da CNI, nem no artigo 57.º, n.º 1, da LAV, decorrem logicamente das finalidades de uma ação de reconhecimento²¹⁸.

Em primeiro lugar, e para além de ter de ser reduzida a escrito²¹⁹, deverão, na decisão arbitral, figurar os nomes das partes, de maneira a que se possa aferir se a mesma foi proferida com base numa convenção de arbitragem que vinculasse essas mesmas

²¹³ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 258 e 259; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 54; Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 194 e 195; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 77 e 78; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 120 e 121.

²¹⁴ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 121.

²¹⁵ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 258 e 259; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 54; Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 196 e 197; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 121.

²¹⁶ Os tribunais alemães, suíços e australianos aceitam também, geralmente, traduções feitas por tradutor ajuramentado do país em que a decisão arbitral foi proferida, cf. Dirk Otto, “Article IV”, cit., pp. 196 e 197; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 121.

²¹⁷ No ponto 5.1. do presente trabalho.

²¹⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 115.

²¹⁹ Como já referimos no ponto 6.1. do presente trabalho.

partes^{220/221}. Ainda que uma decisão arbitral da qual não constem os nomes das partes não seja passível de ser reconhecida, importa sublinhar que a circunstância de os mesmos aparecerem incorretamente grafados ou não completamente mencionados na decisão não parece impedir o seu reconhecimento, desde que não quedem dúvidas sobre a identidade das partes ou, tendo as mesmas surgido, possam ser esclarecidas através de outros meios de prova²²². Na verdade, tem sido entendido que estes requisitos formais assumem uma natureza processual, de maneira a criarem uma presunção *prima facie* de que se está perante uma decisão arbitral passível de reconhecimento²²³.

Em segundo lugar, deverão figurar também na decisão arbitral, e bem assim na cópia mencionada nos artigos IV, n.º 1, alínea a), da CNI, e 57.º, n.º 1, da LAV, os nomes e assinaturas dos árbitros que a proferiram, por tal constituir um elemento imprescindível de “autenticação” dessa mesma decisão²²⁴, sendo que a lei que regeu a arbitragem (*lex arbitri*) ficará encarregue de regular em que casos e sob que condições é admissível que da mesma não conste a assinatura de um árbitro que haja saído vencido ou que se tenha tornado supervenientemente incapaz de assinar²²⁵. Veja-se, a este propósito, o artigo 42.º, n.º 1, da LAV.

Em terceiro lugar, e último, o conteúdo da decisão arbitral deverá consistir numa condenação, num efeito constitutivo ou numa declaração de existência de direitos e obrigações em correspondência com o que as partes tenham pedido na arbitragem, uma vez que, se tal conteúdo não existir ou for insuperavelmente impreciso, faltará um *quid* que possa ser reconhecido²²⁶.

6.3. Tramitação da ação de reconhecimento

²²⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 115.

²²¹ “Generally, courts have held that the arbitration award should also contain the names of the parties in order to create a *prima facie* presumption of a valid award under Article IV. Otherwise, the court addressing an enforcement application would be unable to determine whether the award was passed in a dispute between the parties and thus whether the formal requirements of Article IV were fulfilled”, cf. Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 152.

²²² Assim, Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 153; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 115.

²²³ “The deliberations of the New York Convention imply that the delegates intended Article IV to be a procedural requirement of evidence in order to create a *prima facie* presumption of an enforceable award”, cf. Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 152.

²²⁴ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 153; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 116.

²²⁵ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 116.

²²⁶ Dirk Otto, “Article IV”, cit., p. 155; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 116.

Como vimos anteriormente²²⁷, a CNI, no seu artigo III, atribuiu uma margem de liberdade aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras. Assim, Portugal não foi exceção e ocupou-se da regulamentação deste tipo de ação no artigo 57.º da LAV, mais precisamente, nos seus números 2, 3 e 4. Os trâmites do processo de reconhecimento prescritos por estes números correspondem, com pequenas adaptações, àqueles que se encontram atualmente estabelecidos nos artigos 981.º e 982.º do CPC, no que diz respeito ao processo de revisão de decisões estrangeiras²²⁸.

Referimos, no ponto 6.1., quais os documentos que são necessários juntar aquando da entrega da petição de reconhecimento²²⁹. Como tal, importa agora sublinhar que se o requerente não juntar tais documentos, deverá ser convidado pelo juiz a suprir essa omissão, numa solução que se coaduna mais com os princípios da gestão processual e da prevalência da substância sobre a forma, patentes nos artigos 6.º, n.º 2, e 590.º, n.º 3, ambos do CPC, do que propriamente a solução da rejeição da petição de reconhecimento²³⁰.

Apresentada que seja a petição de reconhecimento, é citada a parte contrária para, dentro de 15 dias, deduzir a sua oposição ao pedido, de acordo com o n.º 2, do artigo 57.º da LAV. Pergunta-se, e tendo em conta que a LAV não o prevê de modo expresso, se poderá ter lugar uma resposta à oposição. Se, por um lado, autores como ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA entendem que a resposta à oposição poderá ser indispensável para concretizar o contraditório, nos casos em que dela constam factos novos²³¹, por exemplo, por outro lado, há quem defenda que o requerente não tem o direito de apresentar um articulado de resposta à oposição do requerido, como é o caso de ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, por entender que a regulamentação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, constante do artigo 57.º da LAV, foi desenhada de acordo com objetivos de simplificação e de celeridade, não parecendo admissível ao autor que se alongue o processo de reconhecimento mediante a apresentação de um terceiro articulado que a lei não prevê²³².

²²⁷ No ponto 5.1. do presente trabalho.

²²⁸ Assim, Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 173.

²²⁹ Veja-se, a este propósito, o n.º 1, do artigo 57.º, da LAV.

²³⁰ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 121 e 122.

²³¹ António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 549; e Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., pp. 677 e 678.

²³² Afirmando que, se os fundamentos aduzidos pelo requerido na sua oposição ao pedido de reconhecimento da decisão arbitral (ou os documentos apresentados em apoio do mesmo) justificarem a audição do requerente, o juiz-relator poderá sempre, no âmbito das “diligências julgadas indispensáveis”,

Salvo o devido respeito, não partilhamos desta última opinião, uma vez que não se justifica, a nosso ver, que o alcance do princípio do contraditório seja mais limitado quanto ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, do que quanto ao reconhecimento de decisões judiciais estrangeiras. É que para estas últimas, admite-se resposta do requerente à oposição do requerido, no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 981.º do CPC²³³. Assim sendo, cremos que deverá ser admissível este terceiro articulado, com o prazo comum de 10 dias²³⁴.

MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA chama, ainda, a atenção para o facto de o pedido reconvenicional, nesta ação de reconhecimento, estar excluído ou muito limitado, cingindo-se eventualmente à hipótese de o executado pedir que a decisão arbitral seja reconhecida também na parte em que lhe é favorável²³⁵.

Finda a fase dos articulados e da realização das diligências que o relator considere indispensáveis, o exame do processo é facultado, de acordo com o n.º 3, do artigo 57.º, da LAV, para alegações, pelo prazo de 15 dias, às partes e ao Ministério Público, o que, segundo ELSA DIAS OLIVEIRA, se justifica atendendo aos interesses públicos que poderão também estar subjacentes ao reconhecimento, ou não, da decisão arbitral estrangeira²³⁶. Importa mencionar, – e tendo em conta que a doutrina questiona se se trata, para cada um dos intervenientes, de alegações e prazos sucessivos ou, pelo contrário, simultâneos –, que entendemos que as alegações aqui previstas são sucessivas, não obstante a letra da lei parecer apontar no sentido contrário, ou seja, que se trata de um prazo simultâneo²³⁷. Na esteira de MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, entendemos que faz mais sentido que sejam sucessivas, uma vez que, se assim não fosse, seria de muito difícil aplicação a regra contida no n.º 3 do artigo em apreço, ao atribuir apenas 15 dias para o exame do processo por parte de todos os intervenientes²³⁸, o que, juntando ao princípio do contraditório, à tradição jurídica, e à própria remissão do n.º 4, do artigo 57.º, da LAV, para as “regras próprias da apelação”, reitera a ideia de que as alegações, quer

mencionadas no artigo 57.º, n.º 3, da LAV, convidar aquele a pronunciar-se sobre os mesmos, quer em audiência a convocar para o efeito, quer por escrito, de modo a assegurar a plena observância do princípio do contraditório consagrado no artigo 6.º, n.º 3, do CPC, *vide* António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 122 e 123.

²³³ Segundo o artigo 981.º, *in fine*, do CPC, “o requerente pode responder nos 10 dias seguintes à notificação da apresentação da oposição.”

²³⁴ No sentido de o prazo para apresentação deste articulado ser de 10 dias, cf. António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 549.

²³⁵ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 678.

²³⁶ Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 96.

²³⁷ Artigo 57.º, n.º 3, da LAV: “é facultado o exame do processo [...] pelo prazo de 15 dias”.

²³⁸ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 677.

das partes, quer do Ministério Público, sejam sucessivas, dispondo todos eles do processo por um prazo de 15 dias²³⁹.

Por fim, e segundo o n.º 4, do artigo 57.º, da LAV, ao julgamento do pedido de reconhecimento de uma decisão estrangeira aplicar-se-ão as “regras próprias da apelação”, que constam dos artigos 652.º a 670.º, do CPC, com as necessárias adaptações²⁴⁰.

7. Fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras: considerações gerais

No que concerne ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, praticamente todos os Estados adotam aquilo a que a doutrina frequentemente apelida de “predisposição favorável ao reconhecimento”²⁴¹. De facto, quer a CNI, quer a LAV, revelam isso mesmo: todos os preceitos que constam destes instrumentos foram pensados para favorecer o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras²⁴².

Assim, e no que diz particularmente respeito à CNI, resulta da combinação dos artigos III²⁴³ e V a imposição aos Estados Contratantes da obrigação de reconhecerem e

²³⁹ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 677; vide, também, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 123, que refere que “não parece caber dúvida, por outro lado, de que as alegações previstas no n.º 3, do artigo 57.º, da LAV são sucessivas, não só porque este formato é o mais adequado ao debate contraditório, mas também porque o artigo 57.º, n.º 4, remete para as “regras próprias da apelação”, e, nesta, as alegações são apresentadas sucessivamente.”, e António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 549, que refere igualmente que “as alegações são sucessivas, de acordo com a tradição nacional, as regras da apelação e a própria viabilidade dos 15 dias.”

²⁴⁰ Se, por um lado, MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA afirma, a propósito deste n.º 4, que “a remissão da lei é mesmo apenas para a fase de julgamento do pedido, não para o processo judicial da sua apreciação, regulada especificamente nos números anteriores deste artigo 57.º” (Mário Esteves de Oliveira ..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 678); por outro lado, para ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “nada impede que essa remissão abranja outros aspetos do regime da apelação que se mostrem adequados ao preenchimento de lacunas detetadas na disciplina da ação de reconhecimento de sentença arbitral estrangeira” (António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 123, nota de rodapé n.º 329).

²⁴¹ Veja-se, neste sentido, a propósito da CNI, e sem caráter exaustivo, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 127; e Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition and Enforcement of International Arbitral Awards”, *International Arbitration: Law and Practice (Second Edition)*, 2.ª edição, Kluwer Law International, 2015, pp. 375-416, ponto §17.03, “almost all states adopt an avowedly “pro-enforcement” approach to the recognition of international arbitral awards. Assuming that the existence of an award, satisfying applicable jurisdictional requirements, has been proven by the award-creditor, the New York Convention provides for an award’s presumptive recognition, subject to only narrow, enumerated exceptions.”.

²⁴² A propósito da CNI, GARY B. BORN afirma que “the Convention was designed in substantial part for the purpose of facilitating the recognition and enforcement of foreign awards, and in particular, making such awards more readily enforceable than under the Geneva Convention”, cf. Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.03.

²⁴³ A propósito deste preceito, veja-se o que já se disse sobre o mesmo no ponto 5 do presente trabalho.

executarem as decisões arbitrais que sejam proferidas noutros Estados, imposição essa que apenas poderá ceder se nos encontrarmos perante um dos fundamentos de recusa de reconhecimento previstos na lista taxativa contida no artigo V da CNI²⁴⁴.

Por outro lado, no que diz respeito à LAV, há que atentar no artigo 56.º da mesma, de onde se poderá igualmente retirar que a predisposição favorável ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras em território português apenas poderá ser afastada se nos encontrarmos perante um dos fundamentos de reconhecimento previstos na sua lista igualmente taxativa²⁴⁵. Atente-se para o facto de este preceito ser decalcado do artigo V da CNI, e que o mesmo valerá relativamente a decisões proferidas em arbitragens localizadas em países que não sejam parte em nenhum tratado ou acordo celebrados pelo Estado português, podendo ainda ser relevante relativamente a decisões estrangeiras abrangidas pela CNI se estiver preenchido o requisito previsto no seu artigo VII, n.º 1, isto é, se se mostrar mais favorável ao reconhecimento e execução da decisão arbitral estrangeira no caso concreto²⁴⁶.

Como tal, diversos autores, dos quais destacamos GARY B. BORN, retiram da CNI, uma “obrigação presuntiva de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras”²⁴⁷, que só tem os limites nela previstos²⁴⁸. Não esquecendo que diversos tribunais de Estados Contratantes têm ressalvado que o tratamento que a Convenção dá às decisões arbitrais estrangeiras reflete um “*general pro-enforcement bias*” e uma “*pre-disposition to favour enforcement*”²⁴⁹.

E é neste seguimento que importa destacar um conjunto de pontos essenciais que pautam os fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, enquanto limites à designada “obrigação presuntiva de reconhecimento”, seguindo de perto as considerações feitas sobre o assunto no Guia do ICCA²⁵⁰, e não deixando de ter em vista que as considerações feitas a propósito deste instrumento valerão igualmente para o disposto no artigo 56.º da LAV.

²⁴⁴ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 127.

²⁴⁵ Neste sentido, *vide*, entre outros, António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 543; e Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 662.

²⁴⁶ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 662.

²⁴⁷ “Presumptive obligation to recognize international arbitral awards”, nas palavras de GARY B. BORN, cf. Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.03, e Gary B. Born, “Chapter 25: Annulment of International Arbitral Awards”, *International Commercial Arbitration (Second Edition)*, 2.ª edição, Kluwer Law International, 2014, pp. 3163-3393, pp. 3173 ss.

²⁴⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 127.

²⁴⁹ *Vide*, neste sentido, e com indicações jurisprudenciais, Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.03.

²⁵⁰ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 79 ss.

Em primeiro lugar, há que ter em conta que não haverá, na análise dos fundamentos de recusa de reconhecimento, lugar à revisão do mérito da decisão arbitral em causa, por parte do tribunal estadual (v.g. Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral, no caso português, de acordo com o artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV)²⁵¹. Fala-se, a este propósito, de uma “proibição da revisão do mérito da sentença arbitral pelo juiz de controlo”²⁵², e de um “sistema de reconhecimento fundamentalmente formal”, que resulta precisamente da exclusão de qualquer revisão de mérito, por parte do Estado de reconhecimento, do Direito que foi aplicado pelos árbitros ao mérito da causa²⁵³. Para sustentar esta opinião, ELSA DIAS OLIVEIRA chama a atenção para o facto de, por exemplo, não constituir fundamento de recusa de reconhecimento o erro, mesmo que manifesto, na aplicação do Direito ao caso ou na apreciação da matéria de facto²⁵⁴. Ainda sobre este assunto, e a propósito da CNI, EMMANUEL GAILLARD esclarece que a importância deste instrumento reside, sobretudo, no facto de convidar os tribunais estaduais de reconhecimento a concentrarem-se na decisão arbitral em si mesma, e já não na questão que lhe deu origem, nem como ela foi tratada no país em que foi proferida,

²⁵¹ Por exemplo, GARY B. BORN afirma que “it is an almost sacrosanct principle of international arbitration that courts will not review the substance of arbitrators’ decisions contained in foreign awards in recognition or enforcement proceedings”, Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.04 [E]. Também MARIKE R. P. PAULSSON, a propósito da CNI, escreve que os tribunais não podem rever a decisão arbitral quanto ao seu mérito e que “the enforcement procedure may not be a *de facto* appeal: if the enforcing authorities were to proceed in each case with a full re-examination of such awards, the purpose of the Convention would be defeated. The Court also must remain mindful of the principle that judicial review of arbitral awards is extremely limited and that this Court does not sit to hear claims of factual or legal error by an arbitrator in the same manner that an appeals court would review the decision of a lower court”, Marike R. P. Paulsson, “Chapter 6: Resisting Enforcement of Awards”, *The 1958 New York Convention in Action*, Kluwer Law International, 2016, pp. 157-216, p. 168. Por último, DÁRIO MOURA VICENTE afirma que “the Convention does not allow any review on the merits of the foreign arbitration award”, Dário Moura Vicente, “International arbitration and the recognition of foreign arbitral awards in Portugal”, *separata de The Arbitration and Dispute Resolution Law Journal*, LLP Professional Publishing, 2000, pp. 270-277, p. 275; confirmando posteriormente esta ideia em Dário Moura Vicente, “Portugal e a arbitragem internacional”, *Janus Online*, 2004, pp. 1-7, “A Convenção não prevê qualquer revisão de mérito da sentença arbitral estrangeira: o erro de facto ou de direito cometido pelo árbitro não é, assim, fundamento de recusa do reconhecimento da sentença; apenas certas irregularidades formais e a ofensa da ordem pública internacional do país de reconhecimento podem, nos termos do art. V, ser opostas ao reconhecimento” (p. 6).

²⁵² António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 128.

²⁵³ Assim, a propósito da LAV, cf. Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 171, e Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 94; e a propósito da CNI, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 55, Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 311, e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 610.

²⁵⁴ Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 95. Também, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 55.

num claro contraste com o que acontecia ao abrigo da Convenção de Genebra de 1927^{255/256}.

Em segundo lugar, o ónus da prova quanto aos fundamentos de recusa de reconhecimento de uma dada decisão arbitral recai sobre a parte contra quem se invoca essa mesma decisão, isto é, sobre a parte requerida²⁵⁷, de acordo com o disposto, quer no artigo V, n.º 1, da CNI, quer no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), da LAV. Ainda assim, atente-se que os dois fundamentos previstos, quer no artigo V, n.º 2, da CNI, quer no artigo 56.º, n.º 1, alínea b), da LAV, poderão ser conhecidos oficiosamente pelo tribunal estadual, embora “na prática, o requerido costume invocar também estes fundamentos, na sua oposição ao reconhecimento”²⁵⁸.

Em terceiro lugar, quer no artigo V da CNI, quer no artigo 56.º da LAV, vinca-se, muito claramente, a natureza taxativa do elenco de fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras aí previstos^{259/260}, com o uso das expressões “só serão recusados...” e “só podem ser recusados...”, respetivamente. Significa isto que estes são os únicos fundamentos com que se pode recusar o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira, quer à luz da CNI, quer à luz da LAV, não se podendo em caso algum acrescentar outros^{261/262}.

²⁵⁵ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory of International Arbitration*, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, Boston, 2010, p. 30, quando refere que “from a methodology standpoint, the Convention’s significance lies in the invitation made to the courts of the country where enforcement is sought to focus on the raw product constituted by the award, and no longer on the court decisions surrounding the award that may have been rendered at the seat of the arbitration. This is in stark contrast with the Geneva Convention of September 26, 1927.”

²⁵⁶ Também HERBERT KRONKE tem a mesma ideia, ao afirmar que “the drafters of both the Convention and the Model Law made a fundamental and strategic decision that the substantive merits of the award do not, in themselves, constitute a ground on which recognition or enforcement can be refused. The Convention owes its success undoubtedly to that far-sighted boldness.”, cf. Herbert Kronke, “Introduction: The New York...”, cit., p. 11.

²⁵⁷ Deu-se, assim, com a CNI, uma inversão do ónus da prova, no sentido de facilitar o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, uma vez que, à luz da Convenção de Genebra, caberia à parte que pretendesse o reconhecimento provar um determinado número de factos. Assim, Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 54. Com a mesma ideia, cf. Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.04 [B].

²⁵⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 129. Com a mesma ideia, cf. ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 81.

²⁵⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 129.

²⁶⁰ Esta ideia é enunciada por grande parte dos autores que comentam a CNI, de onde destacamos: Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 265; Marike R. P. Paulsson, “Chapter 6: Resisting...”, cit., p. 166; Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 205-230, pp. 206 e 209-210.

²⁶¹ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 129 e 130.

²⁶² Acrescentando que o artigo V da CNI prevalece sobre as legislações nacionais que prevejam outros motivos de recusa, cf. Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 55.

Em quarto lugar, é importante que se interpretem e apliquem estes fundamentos de recusa de forma restritiva, de maneira a que a rejeição deva ser apenas deferida em casos graves²⁶³. ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO chama a atenção para o facto de estarmos perante dois preceitos que nem sempre primam pela clareza e pela precisão, ao que acresce o facto de existirem diferenças, no caso da CNI, entre as diferentes versões, relativamente a algumas das suas alíneas, tornando-se, assim, necessário interpretá-las tendo isso em conta, e tendo também em consideração que tal nos poderá conduzir à revelação de normas aparentemente não contidas nos limites da respetiva letra²⁶⁴. No mesmo sentido parece ir ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, quando refere, a propósito do artigo 56.º da LAV, que os fundamentos de recusa são formulados em moldes amplos e, quiçá, indeterminados, concluindo que existe uma lata margem de manobra aquando da sua interpretação²⁶⁵.

Em quinto lugar, a doutrina costuma avançar com a questão da discricionariedade do tribunal estadual para, deparando-se com um fundamento de recusa, ainda assim conceder o reconhecimento²⁶⁶. É que se é ponto assente, como já tivemos a oportunidade de referir, que o juiz a quem é pedido o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira só o poderá recusar quando verifique existir um dos fundamentos enumerados, ou no artigo V, da CNI, ou no artigo 56.º, da LAV, já não se poderá afirmar o mesmo quanto à obrigação de recusa ao constatar a existência de um desses fundamentos. Cabe perguntar: pode um juiz deparar-se com um fundamento de recusa, e ainda assim conceder o reconhecimento? A dúvida deve-se, sobretudo, às diversas versões linguísticas do corpo do n.º 1, do artigo V, da CNI^{267/268}, uma vez que as versões

²⁶³ Assim, a propósito da CNI, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 267 e 268; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 81 e 82; e Marike R. P. Paulsson, “Chapter 6: Resisting...”, cit., pp. 174 e 175.

²⁶⁴ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 130.

²⁶⁵ António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 543.

²⁶⁶ Na doutrina portuguesa, por exemplo, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 130 ss.; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 604 ss.. Na doutrina estrangeira, por exemplo, Gary B. Born, “Chapter 26: Recognition and Enforcement of International Arbitral Awards”, *International Commercial Arbitration (Second Edition)*, 2.ª edição, Kluwer Law International, 2014, pp. 3394-3731, pp. 3428 ss.; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 84 ss.; Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., pp. 207 ss.

²⁶⁷ A CNI foi oficialmente publicada em inglês, francês, chinês, espanhol e russo, e todas estas versões são igualmente vinculantes, cf. Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., pp. 207 e 208. Veja-se, a este propósito, o artigo XVI, n.º 1, da CNI.

²⁶⁸ Todo este raciocínio relativo à margem de discricionariedade do juiz de reconhecimento poderá, igualmente, ser aplicado à interpretação do artigo 56.º, n.º 1, da LAV. Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 135.

inglesa²⁶⁹ e espanhola²⁷⁰ utilizam as expressões “*may be refused... only if...*” e “*sólo se podrá renegar... si esta parte...*”²⁷¹, respetivamente, enquanto que a versão francesa, seguida na tradução portuguesa deste documento²⁷², parece dar um sentido diferente ao estabelecer que “*1. La reconnaissance et l’exécution de la sentence ne seront refusées, sur requête de la partie contre laquelle elle est invoquée, que si cette partie fournit à l’autorité compétente du pays où la reconnaissance e l’execución sont demandés la preuve:...*” (sublinhado nosso). Ou seja, a versão francesa, ao contrário das outras, parece, à primeira vista, obrigar o juiz a recusar o reconhecimento de uma determinada decisão arbitral estrangeira assim que constate a existência de um dos fundamentos elencados, parecendo, dessa maneira, afastar qualquer poder discricionário por parte do juiz que se deparar com uma situação idêntica²⁷³. Se há autores, como PATRICIA NACIMIENTO, que encaram esta possível discricionariedade como um elemento de elevado grau de incerteza e imprevisibilidade, contrário ao propósito de padronização e harmonização dos fundamentos de recusa de reconhecimento que pautaram a elaboração da CNI, defendendo assim que o juiz deve recusar o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira assim que verifique existir um fundamento de recusa previsto no artigo V, da CNI²⁷⁴, já muitos outros entendem que o juiz de reconhecimento goza de alguma discricionariedade neste domínio. De entre estes, destacamos, ALBERT JAN VAN DEN BERG, que refere que o tribunal goza de uma certa margem de discricionariedade para não considerar o fundamento de recusa e, como tal, reconhecer a decisão arbitral²⁷⁵, e GARY B. BORN, que defende que a CNI não estabelece nenhuma obrigação de recusa de reconhecimento, mas tão-só uma obrigação de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, dentro de circunstâncias específicas²⁷⁶. Para este autor, todas as versões

²⁶⁹ Versão inglesa: “*1. Recognition and enforcement of the award may be refused, at the request of the party against whom it is invoked, only if that party furnishes to the competent authority where the recognition and enforcement is sought, proof that:...*” (sublinhado nosso).

²⁷⁰ Versão espanhola: “*1. Sólo se podrá denegar el reconocimiento y la ejecución de la sentencia, a instancia de la parte contra la cual es invocada, si esta parte prueba ante la autoridad competente del país en que se pide el reconocimiento y la ejecución...*” (sublinhado nosso).

²⁷¹ Sendo que as versões chinesa e russa têm idêntico significado, assim Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.04 [D].

²⁷² A tradução portuguesa, por não constituir uma versão oficial da Convenção, não vincula quem a tenha de aplicar. Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 132, nota de rodapé n.º 352.

²⁷³ Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., p. 208.

²⁷⁴ Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., p. 208. No final, contudo, refere que esta discussão tem pouca importância prática porque os tribunais franceses e anglo-americanos chegam aos mesmos resultados, cf. Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., p. 209.

²⁷⁵ “...The court still has a certain discretion to overrule the defence and to grant the enforcement of the award”, cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 265.

²⁷⁶ “Nothing in the Convention requires a Contracting State ever to deny recognition to an award. The Convention requires only that Contracting States recognize awards (...) in specified circumstances. Nothing

oficiais do documento parecem indicar neste sentido, com a exceção única da versão francesa que, segundo o mesmo, tem um significado ambíguo, ao assumir, a seu ver, que as decisões arbitrais que encaixem numa das exceções do artigo V não serão reconhecidas, mas não obrigando afirmativamente a este resultado²⁷⁷. Na doutrina portuguesa, salientamos a opinião de LUÍS DE LIMA PINHEIRO que, a propósito do artigo 56.º, n.º 1, da LAV, afirma que não decorre necessariamente do texto desse preceito que o reconhecimento e a execução devam ser recusados quando nos encontrarmos perante um dos casos aí tipificados²⁷⁸. Esta questão não poderá ser vista como meramente académica, assumindo especial relevância, a título de exemplo, em situações em que se provem violações de pequena importância às regras processuais aplicáveis à arbitragem, isto é, os chamados casos *de minimis*²⁷⁹; e, acrescentando ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, em situações ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do artigo V, da CNI, ou seja, em situações em que uma decisão arbitral tenha sido anulada no Estado da sede da arbitragem, de modo arbitrário ou por motivos que ofendam princípios jurídicos fundamentais do Estado em que seja pedido o reconhecimento²⁸⁰. Este último ponto já será, cremos nós, mais discutível, mas quanto a ele, remetemos para as considerações feitas na parte II do presente trabalho.

Por último, cabe perguntar se o facto de não se ter pedido a anulação da decisão no Estado em que a arbitragem teve sede com base num determinado fundamento, poderá implicar uma renúncia tácita, prevista, quer no artigo 46.º, n.º 3, da LAV, quer no artigo 4.º da Lei Modelo da CNUDCI^{281/282}, à invocação desse mesmo fundamento na oposição

in Article V, nor the basic structure and purpose of the Convention, imposes the opposite obligation, *not to recognize an award.*”, Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.04 [D].

²⁷⁷ “Although the matter can be debated, the text of Article V supports this structural conclusion. The English language text of Article V is unmistakably permissive, providing that Contracting States “*may*” refuse recognition of an award; the Russian and Chinese texts are identical in meaning, while the Spanish text indicates that recognition may be denied, without indicating that it must be. The only exception is the French text, which has been relied on by some authorities as supposedly establishing an obligation to deny recognition to awards that have been annulled in the arbitral seat. In fact, the better view is that the French text is ambiguous, *assuming* that awards falling within one of Article V’s exceptions would not be enforced, but not affirmatively *requiring* this result.”, cf. Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.04 [D].

²⁷⁸ Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 604.

²⁷⁹ Com desenvolvimentos, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 133-135; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 85.

²⁸⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 134 e 135.

²⁸¹ Vide as considerações já feitas sobre a Lei Modelo no ponto 3 do presente trabalho.

²⁸² O artigo 4.º da Lei Modelo da CNUDCI, sobre a renúncia ao direito de oposição, também conhecido como *waiver*, estabelece que: “considera-se que uma parte renunciou ao seu direito de oposição se, sabendo que a presente Lei contém disposições que permitem às partes derrogar e tendo conhecimento que uma das condições do acordo de arbitragem não foi cumprida, ainda assim prosseguir com a arbitragem sem deduzir oposição de imediato ou, caso haja um prazo estabelecido para esse efeito, o faça dentro desse prazo.”

ao reconhecimento, ou até mesmo se poderá gerar, só por si, uma preclusão quanto à utilização desse fundamento pela parte que se opõe ao reconhecimento²⁸³. Em nosso entender, cremos que a resposta deverá ser negativa. Na verdade, da maneira como encaramos a questão, o facto de não se ter invocado determinado fundamento em sede de anulação da decisão arbitral, em nada impede que se venha invocar esse mesmo fundamento na oposição ao reconhecimento. Quer o artigo 46.º, n.º 3, da LAV, quer o artigo 4.º da Lei Modelo da CNUDCI, poderão ser vistos como dizendo apenas respeito ao comportamento da parte no decurso da arbitragem²⁸⁴. Neste sentido, vários tribunais superiores, dos quais destacamos os ingleses²⁸⁵, já vieram defender que a parte que ficou vencida na decisão arbitral pode escolher entre o “remédio ativo”, ou seja, a ação de anulação no Estado da sede da arbitragem, e o “remédio passivo”, constituído pela oposição ao reconhecimento, o que significa que a parte que tenha optado por não pedir a anulação da decisão no Estado da sede com determinado fundamento, não estará impedida de se opor ao seu reconhecimento, com base nesse mesmo fundamento²⁸⁶. A isto, acrescentamos o facto de a CNI e a LAV nada dizerem sobre a preclusão dos fundamentos de recusa de reconhecimento²⁸⁷, em contraste, por exemplo, com o que acontece na Convenção de Genebra de 1961, de que Portugal não é parte²⁸⁸. Também a

²⁸³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 134 e 135.

²⁸⁴ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 135.

²⁸⁵ Veja-se, a título de exemplo, a decisão do *Court of Appeal* inglês, de 20 de Julho de 2009, onde se refere que “there is nothing (...) nor in the New York Convention which specifies that a defendant is obliged to apply to set aside an award in the country where it was made as a condition of opposing enforcement elsewhere... It is clear to me that a party faced with a Convention award against him has two options. Firstly, he can apply to the courts of the country where the award was made to seek the setting aside of the award. If the award is set aside then this becomes a ground in itself for opposing enforcement under the Convention. Secondly, the unsuccessful party can decide to take no steps to set aside the award but wait until enforcement is sought and attempt to establish a Convention ground of opposition.”, cf. “UK No. 87, Dallah Real Estate and Tourism Holding Company (Saudi Arabia) v. The Ministry of Religious Affairs, Government of Pakistan, Court of Appeal, Civil Division, 2008/2613, 20 July 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA*, Vol. XXXIV, Kluwer Law International, 2009, pp. 887-925, p. 915.

²⁸⁶ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 135 e 136.

²⁸⁷ Embora PATRICIA NACIMIENTO se incline, da nossa interpretação, para a posição de que o facto de não se ter pedido a anulação de uma decisão arbitral no Estado em que a arbitragem teve sede com base num determinado fundamento, implica a preclusão da utilização desse mesmo fundamento pela parte que se opõe ao reconhecimento (sendo essa ideia, a seu ver, compatível com o espírito da Convenção), admite que essa preclusão não é encontrada na linguagem do instrumento, ou seja, não se pode extrair das suas disposições (“however, preclusion cannot be found in the language of the Convention”), cf. Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., p. 213.

²⁸⁸ Na Convenção de Genebra de 1961, sobre a Arbitragem Comercial Internacional, consagra-se esta preclusão, no artigo V, n.º 2, que refere que “2. Pleas to the jurisdiction referred to in paragraph 1 above that have not been raised during the time-limits there referred to, may not be entered either during a subsequent stage of the arbitral proceedings where they are pleas left to the sole discretion of the parties under the law applicable by the arbitrator, or during subsequent court proceedings concerning the substance or the enforcement of the award where such pleas are left to the discretion of the parties under the rule of conflict of the court seized of the substance of the dispute or the enforcement of the award. The arbitrator's decision on the delay in raising the plea, will, however, be subject to judicial control.”

favor da posição que defendemos, importa lembrar que os fundamentos de anulação de uma decisão arbitral poderão variar de país para país, o que significa que os fundamentos de recusa de reconhecimento previstos na CNI, ou na LAV, poderão nem sequer consistir em fundamentos de anulação da decisão arbitral no Estado da sede da arbitragem, dificultando a defesa da tese da preclusão, pois não se poderá afirmar que existe um paralelo entre fundamentos de anulação da decisão arbitral (no Estado da sede) e fundamentos de oposição ao reconhecimento da decisão arbitral (no país em que o reconhecimento é pedido). Por fim, tendo em consideração o argumento utilizado por PATRICIA NACIMIENTO, há que referir que a admissão da preclusão levaria a que o Estado da sede da arbitragem pudesse determinar não apenas os fundamentos de anulação da decisão arbitral (os “remédios nacionais”), mas também os limites temporais a partir dos quais os fundamentos de recusa previstos no artigo V da CNI deixariam de valer no país, ou países, de reconhecimento dessa mesma decisão arbitral, deixando estes últimos dependentes dos primeiros²⁸⁹. E esta é uma possibilidade que não deixa de nos causar alguma inquietude. Assim, reforça-se, entendemos que o facto de não se ter invocado determinado fundamento em sede de anulação da decisão arbitral, em nada impede que se venha a fazê-lo posteriormente, isto é, em sede de oposição ao reconhecimento.

Quanto aos fundamentos propriamente ditos: transpondo os fundamentos indicados, quer no artigo V, da CNI, quer no artigo 56.º, da LAV, para uma formulação positiva obtemos os pressupostos de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, como sejam, a capacidade das partes para celebrar a convenção de arbitragem “nos termos da lei que lhes é aplicável” (artigo V, n.º 1, alínea a), primeira parte, da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea i), primeira parte, da LAV); a existência de uma convenção de arbitragem válida “nos termos da lei a que as partes a sujeitaram” (artigo V, n.º 1, alínea a), primeira parte, da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea i), primeira parte, da LAV); a validade substancial da convenção de arbitragem perante a lei a que as partes subordinaram ou, na falta de designação, a lei do país em que a decisão foi proferida (artigo V, n.º 1, alínea a), segunda parte, da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea i), segunda parte, da LAV); que a parte requerida tenha sido devidamente informada, quer

²⁸⁹ PATRICIA NACIMIENTO afirma que “moreover, this approach would allow the state where the arbitration was located to determine not only its national remedies, but also Article V preclusions, in the state of enforcement by inserting a time limit for its national remedies. Since recognition and enforcement under the Convention can only be effectively granted within national borders, relying on preclusion provided for by a law of a foreign state can be seen as incongruous in the national system”, cf. Patricia Nacimiento, “Article V(1)(a)”, cit., p. 214.

da designação do árbitro, quer do processo de arbitragem, e que não tenha sido impossibilitada, por outro motivo, de apresentar a sua contestação (artigo V, n.º 1, alínea b), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea ii), da LAV); a inclusão do diferendo no âmbito da convenção de arbitragem e que a decisão não extravase os termos da convenção de arbitragem (artigo V, n.º 1, alínea c), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea iii), da LAV); que o tribunal arbitral se tenha constituído e funcionado em conformidade com a convenção das partes ou, se as partes não dispuseram sobre o ponto, em conformidade com a lei do país em que teve lugar a arbitragem (artigo V, n.º 1, alínea d), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea iv), da LAV); que a decisão arbitral se tenha tornado obrigatória para as partes e não tenha sido anulada ou suspensa por uma autoridade competente no país no qual, ou segundo a lei do qual, a decisão foi proferida (artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV); a arbitrabilidade do objeto do litígio segundo a lei do Estado de reconhecimento (artigo V, n.º 2, alínea a), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea b), subalínea i), da LAV); e, por fim, a não contrariedade do reconhecimento à ordem pública do país a que é pedido o reconhecimento (artigo V, n.º 2, alínea b), da CNI, e artigo 56.º, n.º 1, alínea b), subalínea ii), da LAV)²⁹⁰.

Apresentados os pressupostos de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras ou, dito de outro modo, os fundamentos de recusa de reconhecimento, damos por concluída a parte I da presente dissertação de Mestrado, essencial, cremos nós, para o enquadramento sistemático da matéria que iremos tratar a seguir. Matéria essa que se prende com o fundamento de recusa de reconhecimento que mais debate tem suscitado ao longo dos anos, tanto na doutrina, como nos tribunais dos diversos Estados Contratantes da CNI, que se encontra previsto na alínea e), do n.º 1, do artigo V, da CNI, e na subalínea v), alínea a), do n.º 1, do artigo 56.º, da LAV, e que diz respeito à falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação de decisões arbitrais no Estado de origem.

²⁹⁰ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 300-311; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 593-611.

PARTE II – DA FALTA DE OBRIGATORIEDADE, SUSPENSÃO OU ANULAÇÃO DE UMA DECISÃO ARBITRAL NO ESTADO EM QUE FOI PROFERIDA ENQUANTO FUNDAMENTO DE RECUSA DE RECONHECIMENTO

8. Razão de ordem

Vimos, na parte I da presente dissertação de Mestrado, que, quer no artigo V, da CNI, quer no artigo 56.º, da LAV, são taxativamente fixadas as condições de que depende a obrigação de reconhecer as decisões arbitrais estrangeiras. Sendo que os dois preceitos se encontram formulados negativamente, indicam-se, neles, os fundamentos de recusa de reconhecimento. Se é verdade que uma parte destes fundamentos de recusa de reconhecimento depende da alegação e prova pela parte requerida – assim, o n.º 1, do artigo V, da CNI, e a alínea a), do n.º 1, do artigo 56.º, da LAV –, também importa referir que os restantes fundamentos, isto é, os fundamentos da inarbitrabilidade e da contrariedade à ordem pública internacional, são de conhecimento oficioso pelo tribunal estadual de reconhecimento – v.g. Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral, no caso português, de acordo com o artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV –, presentes, quer no n.º 2, do artigo V, da CNI, quer na alínea b), do n.º 1, do artigo 56.º, da LAV²⁹¹.

Assim, na parte II teremos a oportunidade de observar, mais de perto, um desses fundamentos anteriormente mencionados, provavelmente o que mais dúvidas e divergências tem suscitado na sua aplicação, quer na doutrina, quer perante os tribunais dos Estados Contratantes da CNI: o da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação da decisão arbitral no Estado de origem, previsto no artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, e no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV.

Da leitura dos dois preceitos podemos, desde logo, antever alguns problemas, como sejam: o que se deverá entender por “sentença ainda não obrigatória para as partes”? Deve o termo “obrigatório” ser interpretado segundo o Direito do Estado em que a decisão

²⁹¹ Sobre o artigo V da CNI, *vide* Oliver Cojo Manuel, “El reconocimiento y ejecución en EE UU de laudos arbitrales anulados por tribunales extranjeros: el cambio de tendencia impulsado por Commisa”, *Arbitraje: Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones*, vol. 7, n.º 1, Centro Internacional de Arbitraje, Mediación y Negociación (CIAMEN), IproLex, 2014, pp. 284-295, p. 285, quando refere que “los fundamentos aludidos en el primer párrafo del art. V han de ser instados y probados por la parte frente a la cual se invoca el reconocimiento y ejecución del laudo arbitral, mientras que los referidos en el párrafo segundo pueden ser también considerados de oficio por el tribunal ante el que se solicita dicho reconocimiento y ejecución”.

foi proferida, ou deve antes ser objeto de uma interpretação autónoma de acordo com os princípios e objetivos que regem a CNI? O que significa ao certo a decisão arbitral ter sido suspensa no país de origem? Que efeitos atribuir à decisão arbitral anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de um outro Estado? Em que medida é que o nosso posicionamento no que toca às representações da arbitragem internacional poderá influir na resposta à questão anterior?²⁹² Enfim, serão estas – e outras – as interrogações que pretendemos analisar na parte II, por crermos que são das mais interessantes quando se pensa, sobretudo, na CNI de 1958.

Para tal, optámos por decompor o fundamento em três partes. Assim, começaremos por analisar as questões atinentes à recusa de reconhecimento com base na falta de obrigatoriedade da decisão arbitral, passando, posteriormente, para a análise das questões que dizem respeito à recusa de reconhecimento com base na suspensão e anulação de decisões arbitrais no país onde foram proferidas.

9. A falta de obrigatoriedade da decisão arbitral enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

9.1. Ambiguidade da redação do artigo V, n.º 1, alínea e), da Convenção de Nova Iorque, e do artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, e o significado e interpretação do termo *obligatório*

Quer o disposto no artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, quer o disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, determinam que obsta ao reconhecimento de uma decisão arbitral o facto de esta ainda não se ter tornado obrigatória para as partes²⁹³.

²⁹² NADIA DARWAZEH refere que a discussão da comunidade arbitral sobre o artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, se tem focado essencialmente em três problemas: o da interpretação do termo “obligatório”; o da discricionariedade dos tribunais de reconhecimento para reconhecerem uma decisão arbitral que ainda não se tenha tornado obrigatória ou que tenha sido suspensa ou anulada no país em que foi proferida; o da introdução, pela “porta dos fundos”, das ações de defesa no país de origem, em que a parte perdedora irá tentar que a decisão seja anulada, antes que seja reconhecida noutro país, e que tem como consequência o problema de saber que efeito atribuir a uma decisão que tenha sido anulada no país de origem e que tenha sido apresentada para reconhecimento nos tribunais de um outro Estado. Para analisar estas questões com mais detalhe, veja-se Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 301-344, pp. 303 e 304.

²⁹³ Assim, Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 86.

A este propósito, e como já tivemos oportunidade de referir²⁹⁴, pergunta-se o que se deverá entender por decisão obrigatória para as partes²⁹⁵ e se o termo “obrigatório” deverá ser interpretado segundo o Direito do Estado em que a decisão foi proferida, ou deverá antes ser objeto de uma interpretação autónoma de acordo com os princípios e objetivos que regem o instrumento em apreço. As duas questões encontram-se, no fundo, interligadas.

Em primeiro lugar, cumpre referir, e deixar desde já assente, que é unânime na doutrina, quer nacional, quer estrangeira, que para o reconhecimento de uma decisão arbitral não se pode exigir uma declaração de executoriedade ou uma homologação no país de origem^{296/297}. A intenção dos autores da Convenção, de que a LAV é reflexo, foi clara: eliminar o requisito do *duplo exequatur*²⁹⁸.

Ultrapassado este ponto que não dá lugar a particular discussão, pergunta-se qual o momento em que uma decisão arbitral se torna obrigatória para as partes²⁹⁹, uma vez que a CNI e a LAV nada dizem a este respeito. Se há autores, como é o caso de DÁRIO MOURA VICENTE, EMMANUEL GAILLARD e JOHN SAVAGE, que entendem que a decisão arbitral tornar-se-á obrigatória se assim o considerar a lei do país de origem, isto é, do país onde foi proferida³⁰⁰, já outros autores, como ALBERT JAN VAN DEN BERG, LUÍS DE LIMA PINHEIRO e MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO, afirmam que deverá ser feita uma interpretação autónoma do conceito, independentemente da lei aplicável à decisão arbitral³⁰¹, e, em consequência, a decisão

²⁹⁴ Vide o ponto 8 do presente trabalho.

²⁹⁵ Maria Cristina Pimenta Coelho, *A Convenção...*, Relatório do Curso de Mestrado na Menção de Ciências Jurídicas, Direito Processual Civil, cit., p. 35, “surge, porém, a questão de saber quando é que uma sentença se torna obrigatória para as partes”.

²⁹⁶ Na doutrina nacional, vide, a título de exemplo, António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 545; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 177; Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 305; e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 600. Referindo que a substituição da expressão “definitiva” contida na Convenção de Genebra, pela expressão “obrigatória” presente na CNI tem sido considerada como uma das maiores conquistas desta última Convenção e que deixou de ser necessário que a decisão tenha força executiva no país de origem como acontecia na prática com a Convenção de Genebra, o que originava a exigência de um *duplo exequatur* (no país de origem e no país onde se pretendia executar a decisão), vide Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 59 e 60.

²⁹⁷ Na doutrina estrangeira, vide, a título de exemplo, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 332; Gary B. Born, “Chapter 26: Recognition...”, cit., p. 3607; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., pp. 104 e 105; Marike R. P. Paulsson, “Chapter 6: Resisting...”, cit., p. 195; Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 311.

²⁹⁸ Sobre o *duplo exequatur*, veja-se o que foi dito no ponto 6.1. do presente trabalho.

²⁹⁹ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 60.

³⁰⁰ Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172; Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II – International Conventions”, *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, 1999, pp. 963-1002, p. 974, pontos 1681 e 1682.

³⁰¹ Assim, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 105.

arbitral será considerada obrigatória desde que não seja possível dela recorrer para um tribunal de segunda instância³⁰² que aprecie o mérito da decisão^{303/304}. DÁRIO MOURA VICENTE, por exemplo, apesar de defender, em anotação ao artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, que devem, em princípio, considerar-se obrigatórias as decisões arbitrais que possam ser executadas segundo a lei do país onde foram proferidas³⁰⁵, ressalva que este requisito se encontra preenchido ainda que “haja sido interposto recurso contra a sentença arbitral, contanto que este tenha caráter meramente devolutivo”³⁰⁶, acrescentando que “o preceito em anotação consente, assim, uma *autonomia mitigada* na interpretação do conceito de obrigatoriedade da sentença relativamente à lei do país onde foi proferida”³⁰⁷. Já ALBERT JAN VAN DEN BERG, por outro lado, isto é, como defensor da tese da interpretação autónoma do conceito, refere, a propósito da CNI, que o texto do artigo V, n.º 1, alínea e), do citado instrumento, não relaciona ou associa a expressão “obrigatória” à lei aplicável à decisão arbitral, como faz com a questão da suspensão e anulação da decisão³⁰⁸. E mais: salienta que, apesar de a distinção entre recurso ordinário³⁰⁹ e extraordinário³¹⁰ para se determinar o significado de “obrigatório” não ter triunfado aquando da realização da Conferência que deu origem à CNI em 1958, uma vez que se optou por não se inserir a expressão “ainda não se tornou obrigatória, no sentido de que a decisão arbitral ainda é passível de recurso ordinário”, não significa que

³⁰² Por tribunal de segunda instância entenda-se: outra instância arbitral ou um tribunal judicial. Cf., a título de exemplo, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 178 e Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 60.

³⁰³ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342; Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 306; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 601; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 60.

³⁰⁴ Apesar de EMMANUEL GAILLARD e JOHN SAVAGE, a título de exemplo, identificarem várias correntes doutrinárias ou, como referem, várias interpretações, dentro da posição que entende que a resposta a esta questão deverá ser dada por uma interpretação autónoma do conceito de “decisão obrigatória para as partes” (cf. Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., pp. 972 e 973), cremos que, em termos gerais, a resposta à questão ora em análise poderá ser dada apenas com a distinção das duas correntes que identificamos no texto.

³⁰⁵ DÁRIO MOURA VICENTE afirma, todavia, que “... não parece exigível que a sentença, a fim de ser tida como obrigatória, haja sido objeto de um *exequatur* no país de origem”, cf. Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172.

³⁰⁶ Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172.

³⁰⁷ Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172.

³⁰⁸ “The text of Article V(1) (e) conspicuously does not link the term “binding” with the law applicable to the award, as it does, on the other hand, in the second part of this provision in respect of the setting aside and suspension of the award”, cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342.

³⁰⁹ Segundo este autor, o recurso ordinário refere-se ao recurso de mérito da decisão arbitral, para uma segunda instância arbitral, ou para um tribunal estadual, cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342.

³¹⁰ Já o recurso extraordinário diz respeito para outras irregularidades, especialmente as processuais, e é usado para a anulação de decisões arbitrais, por exemplo. Cf. Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342.

não seja esse o entendimento que todavia se deva adotar, já que a referida não inserção se ficou apenas a dever ao facto de essa distinção não ser feita, ou ser feita com outros significados ou expressões, nos vários Estados Contratantes do instrumento³¹¹. Assim, essa distinção, para o autor, ainda se encontra em vigor no que diz respeito à interpretação da alínea e): a decisão arbitral será considerada obrigatória desde que não seja possível dela recorrer para um tribunal de segunda instância que aprecie o mérito da decisão³¹². LUÍS DE LIMA PINHEIRO, por sua vez, e apesar de no início se ter aproximado mais da posição referida em primeiro lugar, isto é, da posição que defende que a decisão arbitral deverá ser considerada “obrigatória” quando vincula as partes, como ato jurisdicional, segundo a lei do país de origem³¹³, adota agora o entendimento de que deverá ser feita uma interpretação autónoma do conceito e, em consequência, a decisão arbitral deverá ser considerada obrigatória a partir do momento em que não seja suscetível de recurso ordinário³¹⁴. Ulteriores reflexões levaram o autor a considerar que a omissão da referência aos “meios de recurso ordinário” no texto final da CNI deve-se somente à circunstância de a distinção entre recursos ordinários e extraordinários ser estranha a alguns sistemas nacionais, na esteira, aliás, do que defende ALBERT JAN VAN DEN BERG³¹⁵, e do facto de do exame dos trabalhos preparatórios do instrumento não resultar que o reconhecimento deva depender da eficácia da decisão segundo a lei do país de origem, nomeadamente porque o significado da conexão entre a arbitragem e o país de origem da decisão se afigura como algo muito variável³¹⁶. De acrescentar que, nesta matéria, o autor em causa propugna pela existência de uma condição de reconhecimento extra, já que entende que uma decisão arbitral só deverá ser considerada “obrigatória” caso as partes tenham atribuído aos árbitros a missão de proferir uma decisão com eficácia jurisdicional, numa lógica de saber se as partes quiseram submeter o litígio a uma verdadeira arbitragem ou atribuir a terceiro uma mera função contratual, e não tanto numa lógica de averiguar se a decisão tem eficácia jurisdicional ou meramente obrigacional perante a lei do país de origem³¹⁷.

³¹¹ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342.

³¹² Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342.

³¹³ Como refere em Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 306; e em Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 601.

³¹⁴ Como refere em Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 305 e 306; e em Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 600 e 601.

³¹⁵ E que já tivemos a oportunidade de referir.

³¹⁶ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 306; e em Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 601.

³¹⁷ Com posição do autor e respetivas críticas, vide Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 306 e 307; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 602.

Por fim, mas não menos importante, há que ter em conta que a presente discussão também se faz ao nível dos tribunais dos Estados Contratantes da CNI. É que, se é verdade que os tribunais franceses³¹⁸ e italianos³¹⁹, por exemplo, se inclinam mais para a interpretação do termo “obrigatório” em função da lei do país em que a decisão arbitral foi proferida, não deixa de ser também verdade que há tribunais que pendem mais para a interpretação autónoma do conceito, independentemente da lei aplicável à decisão arbitral, como é o caso dos tribunais alemães³²⁰ e belgas^{321/322}. Já os tribunais suíços, apesar de enunciados na doutrina como seguidores da interpretação do termo “obrigatório” em função da lei do país em que a decisão arbitral foi proferida³²³, parecem ter mudado de posição³²⁴, tendo vindo a adotar o entendimento de que se deverá proceder a uma interpretação autónoma do conceito, apoiando-se naquilo que designam por “doutrina moderna”³²⁵. Ainda a propósito da distinção lei do país em que a decisão

³¹⁸ Vide, por exemplo, o Acórdão do *Cour d'Appel* Francês, de 23/10/1997, publicado em “France No. 28, IAIGC-Inter-Arab Investment Guarantee Corporation v. BAIL – Banque Arabe et Internationale d'Investissements AS, Cour d'Appel [Court of Appeal], Paris, Not Indicated, 23 October 1997”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1998 – Vol. XXIII*, YCA, Vol. 23, Kluwer Law International, 1998, pp. 644-653.

³¹⁹ Vide, por exemplo, o Acórdão da *Corte Di Appello Di Napoli*, de 20/02/1975, publicado em “Italy No. 21, Carters (Merchants) Ltd. v. Francesco Ferraro, Corte di Appello Di Napoli, 20 February 1975”, Pieter Sanders (Ed.), *YCA 1979 – Vol. IV*, YCA, Vol. 4, Kluwer Law International, 1979, pp. 275-276.

³²⁰ Vide, por exemplo, o Acórdão do *Higher Court of Appeal of Bavaria*, de 22/11/2002, publicado em “Germany No. 68, Film distributor v. Film producer, Bayerisches Oberstes Landesgericht [Higher Court of Bavaria], 4 Z Sch 13/02, 22 November 2002”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2004 – Vol. XXIX*, YCA, Vol. 29, Kluwer Law International, 2004, pp. 754-760; e Acórdão do *Higher Regional Court of Cologne*, de 26/09/2013, publicado em “Germany No. 151, Parties not indicated, Oberlandesgericht, Cologne, 19 Sch 15/11, 26 September 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2014 – Vol. XXXIX*, YCA, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 399-400.

³²¹ Vide, por exemplo, o Acórdão do *Cour de Cassation* Belga, de 05/06/1998, publicado em “Belgium No. 11, Inter-Arab Investment Guarantee Corporation v. Banque Arabe et Internationale d'Investissements, Cour de Cassation [Supreme Court], 5 June 1998”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1999 – Vol. XXIVa*, YCA, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 603-614, com dois excertos particularmente claros e precisos sobre a questão em apreço: “It does not follow from [Art. V(1)(e)] that the binding nature of the award can only be ascertained in accordance with the law of the country in which the award was rendered” (p. 611), “It appears from the set-up of Art. V(1)(e) of the New York Convention that the award is binding on the parties, within the meaning of this provision, when it is no longer open to recourse on the merits. The question whether the award is open to such recourse is to be solved by referring, successively and one in the absence of the other, to the arbitration agreement, the law that it designates for such purpose, and, last, the law of the country in which the award was rendered” (p. 611).

³²² Para uma análise mais detalhada das diferentes interpretações do termo “obrigatório” para efeitos da alínea e), do n.º 1, do artigo V, da CNI, ao nível dos tribunais dos Estados Contratantes do referido instrumento, vide Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., pp. 314-319.

³²³ Assim, veja-se Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., pp. 975 e 976, quando referem que “on the other hand... Swiss... case law is presented as taking the opposite view... The Swiss Federal Tribunal has also decided in favor of examining the binding nature of awards in the light of the law of the country of origin, which it defines as the law governing the arbitral proceedings”.

³²⁴ O Guia do ICCA já insere, sem mais, a Suíça no grupo de tribunais estaduais que decidem a questão independentemente da lei aplicável à decisão arbitral e que afirmam que a decisão arbitral se torna obrigatória para as partes quando nenhum recurso é, ou não é mais, cabível contra a mesma, cf. ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 105.

³²⁵ Vide, por exemplo, o Acórdão do *Tribunal Fédéral* Suíço, *First Civil Chamber*, de 09/12/2008, publicado em “Switzerland No. 40, Compagnie X SA v. Federation Y, Tribunal Fédéral [Federal Supreme

arbitral foi proferida/interpretação autónoma do conceito de “decisão obrigatória”, depáramo-nos com uma interessante decisão do Supremo Tribunal austríaco, de 2013, *Diag Human SE v. The Czech Republic*, em que se procede a uma delimitação bastante precisa dos termos da divergência ora em análise³²⁶. Refere este tribunal que, se uma teoria dita que uma decisão arbitral será obrigatória se estiver de acordo com os requisitos para a execução da mesma no país em que foi proferida, a outra teoria propugna por uma interpretação autónoma do conceito, ditando que a decisão arbitral será obrigatória se nenhum recurso de mérito para um tribunal arbitral de recurso ou para um tribunal estadual for já admissível³²⁷. No caso que lhe está subjacente, contudo, a decisão teria sempre de ser considerada como não sendo obrigatória para as partes, independentemente do partido que se tomasse, uma vez que era ainda passível de recurso de mérito e, segundo a lei checa (leia-se: a lei do país onde tinha sido proferida), uma decisão é obrigatória apenas e só se todos os atos necessários para se proferir uma decisão final tivessem sido levados a cabo, o que não era o caso³²⁸. Assim, torna-se claro que não nos encontramos perante uma discussão puramente académica, sem reflexos práticos. Muito pelo contrário: a orientação adotada por um tribunal chamado a resolver uma questão deste tipo terá consequências diretas no que diz respeito ao reconhecimento ou não reconhecimento de uma dada decisão arbitral.

9.2. Apreciação crítica

Court], First Civil Chamber, 4A_403/2008/ech, 9 December 2008”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2009 – Vol. XXXIV*, YCA, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 810-816, que refere expressamente que “according to the jurisprudence of this Federal Supreme Court, a foreign arbitral award is ‘binding’ ... on the parties when ordinary means of recourse are not or are no longer available against it (decision 5P.292/2005 of 3 January 2006, under 3.2, partially reproduced in RSDIE 1/2007 p. 80). This view is approved by modern doctrine (...)” e que “in order to be deemed ‘binding’, a foreign award need not be executory in the state of origin, since the New York Convention wished to avoid ‘double exequatur’” (p. 813).

³²⁶ Acórdão do *Supreme Court of Justice of Austria*, de 16/04/2013, publicado em “Austria No. 26, *Diag Human SE v. The Czech Republic*, Oberster Gerichtshof, 3Ob39/13a, 16 April 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2014 – Vol. XXXIX*, YCA, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 347-351.

³²⁷ Acórdão do *Supreme Court of Justice of Austria*, de 16/04/2013, publicado em “Austria No. 26, *Diag Human SE v. The Czech Republic*...”, cit., p. 347, “one theory opines that an award is binding if it complies with the requirements for enforceability of the law of the country of its origin; another theory gives an autonomous interpretation of this term, according to which an award is binding if no appeal on the merits to a higher arbitral instance or a state court is admissible”.

³²⁸ Acórdão do *Supreme Court of Justice of Austria*, de 16/04/2013, publicado em “Austria No. 26, *Diag Human SE v. The Czech Republic*...”, cit., p. 347, “the same result – that the present award was not binding – was reached under both theories: the award was open to an appeal on the merits, and under Czech law an award is binding only if all acts necessary for rendering a final decision have been performed”.

Vistas as principais orientações sobre o problema em análise, cumpre analisar as vantagens e desvantagens de cada uma, e tomar uma posição.

A tese referida em primeiro lugar, isto é, a tese que entende que a decisão arbitral tornar-se-á obrigatória se assim o considerar a lei do país onde foi proferida baseia-se na estrutura do artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, uma vez que se tanto a anulação como a suspensão da decisão arbitral são aí expressamente declaradas como dependentes dos processos movidos no país de origem daquela, seria paradoxal que tal não acontecesse relativamente ao conceito de “decisão obrigatória para as partes”³²⁹. O mesmo será dizer que, deste ponto de vista, os conceitos “obrigatório”, “anulação” e “suspensão” encontram-se dependentes da lei do país de origem³³⁰. Para além disso, defende-se, a propósito desta posição, que a natureza obrigatória de uma decisão arbitral tem necessariamente de resultar de um sistema jurídico que lhe reconheça essa obrigatoriedade, não podendo existir isoladamente³³¹, juntamente com o facto de se acreditar que, à data em que a CNI foi redigida, o papel da sede da arbitragem, ou da lei ao abrigo da qual a decisão foi proferida, ter um peso considerável³³², o que seria incompatível com a visão deslocalizada da natureza obrigatória da decisão arbitral³³³.

A favor da segunda tese, a tese da interpretação autónoma do conceito, segundo a qual a decisão arbitral será considerada obrigatória desde que não seja possível dela recorrer para um tribunal de segunda instância que aprecie o mérito da decisão, invocam-se sobretudo os trabalhos preparatórios da CNI, defendendo-se que a omissão da referência aos “meios de recurso ordinário” no texto final deste instrumento se ficou apenas a dever à circunstância de a distinção entre recursos ordinários e extraordinários

³²⁹ Assim, Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 974, “it would be paradoxical if the same were not to be the case of the concept of an award being “binding on the parties”, which appears in Article V, paragraph 1(e) alongside the reference to setting aside and suspending the award.”; reproduzido por António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 178.

³³⁰ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 313, “in short, all three concepts, “binding”, “setting aside”, and “suspension” are dependent on the law of the country of origin”.

³³¹ Assim, Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 974, “the second argument is based on the idea that the binding nature of the award, or indeed of any legal instrument, cannot exist in isolation, but must stem from a legal system which recognizes that binding quality”; reproduzido por António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 178.

³³² Assim, Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 974, “the third argument is based on ideas in favor at the time when the New York Convention was drafted, although the tendency to reduce the role of the seat of arbitration has gained ground since. When the Convention was drafted and signed, the role of the seat-or the role of the law under which the award was made-was still substantial”; reproduzido por António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 178.

³³³ EMMANUEL GAILLARD e JOHN SAVAGE defendem que é difícil acreditar que com a CNI se tenha pretendido ir tão longe. No mínimo, se se pretendesse atribuir efeitos tão importantes como o da obrigatoriedade da decisão arbitral independentemente do sistema legal da sede da arbitragem, ter-se-iam incluído preceitos mais explícitos sobre essa questão, cf. Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 974.

ser estranha a alguns sistemas nacionais, e daí não resultar necessariamente que o reconhecimento de uma decisão arbitral deva depender da eficácia dessa mesma decisão segundo a lei do país de origem³³⁴. Os referidos trabalhos apontam para que “a “obrigatoriedade” aqui referida signifique, genericamente, a idoneidade da sentença arbitral para criar direitos e obrigações para as partes, suscetíveis de obter tutela jurídica”³³⁵. Não menos importante, importa também salientar que, a este propósito, se invoca que defender a primeira posição aqui enunciada significa ressuscitar novamente a ideia de um *duplo exequatur*, ideia essa que os autores da Convenção pretenderam expressamente abolir³³⁶. Talvez seja por isso, acrescentamos nós, que DÁRIO MOURA VICENTE, ao defender a tese que entende que a decisão arbitral tornar-se-á obrigatória se assim o considerar a lei do país onde foi proferida, ressalve que, apesar disso, “não parece exigível que a sentença, a fim de ser tida como obrigatória, haja sido objeto de um *exequatur* no país de origem”³³⁷.

Dito isto, e tendo sobretudo em conta o argumento de que aceitar a tese referida em primeiro lugar significa inevitavelmente fazer ressurgir a ideia do *duplo exequatur*, que se pretendeu claramente evitar, não vemos como não aderir à posição que favorece uma interpretação autónoma do conceito de “obrigatório”. De facto, do modo como encaramos a questão, não vemos como será possível conjugar a defesa de que o conceito de “obrigatório” se encontra diretamente relacionado com a lei do país onde a decisão arbitral foi proferida, com a afirmação de que, não obstante, não se exige que haja sido aí objeto de um *exequatur*. Senão vejamos: imaginemos que esta lei sujeita a decisão arbitral a uma declaração de executoriedade ou a uma homologação, para que se torne obrigatória para as partes. Não estaremos, nesta situação, ao fazer depender a obligatoriedade da decisão arbitral da lei do país de origem, a sujeitá-la a um *duplo exequatur* (no país de origem e no país onde se pretende que seja reconhecida)? A resposta não pode, a nosso ver, deixar de ser positiva. Para além do mais, não vemos suficiente apoio na letra dos dois preceitos em análise para tratar as três situações como de uma só se tratasse: a parte final dos mesmos (“...em que, ou segundo a lei do qual, a sentença foi proferida”) diz tão-

³³⁴ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 306; Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., p. 601; também, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 342 e Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., pp. 312 e 313.

³³⁵ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 178.

³³⁶ “First, to resort to the concepts applied in the country of origin would amount to bringing back a form of *double exequatur*, a condition which the authors of the Convention intended to remove”, cf. Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 973.

³³⁷ Dário Moura Vicente..., *Lei da Arbitragem...*, cit., p. 172.

só respeito aos casos de anulação ou suspensão da decisão arbitral, e já não à questão da obrigatoriedade, referida na parte inicial. Por último, num argumento que nos é dado por ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, a tese do significado de “obrigatório” dependente da lei do país de origem da decisão arbitral tem o inconveniente de retirar a qualidade de “obrigatória” à decisão que, apesar de ter dirimido definitivamente um litígio, veja a sua exequibilidade suspensa por força da lei, no Estado de origem, em virtude de ter sido objeto de um pedido de anulação³³⁸. Segundo este autor, e da maneira que nos parece fazer mais sentido, não deverá bastar a suspensão por mero efeito de uma disposição legal de carácter processual, para impedir que a decisão seja reconhecida noutros Estados³³⁹. Será, antes, necessário que a suspensão da eficácia da decisão arbitral seja determinada por um juiz³⁴⁰. Sobre este ponto em específico, retomaremos mais à frente³⁴¹.

Assim, e por tudo isto, não poderemos deixar de concluir que uma decisão arbitral se torna obrigatória quando não seja possível dela recorrer para um tribunal de segunda instância que aprecie o seu mérito ou, dito de outra maneira, a partir do momento em que não for suscetível de recurso ordinário, nos países em que esta distinção for feita³⁴².

10. A suspensão da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

Quer o disposto no artigo V, n.º 1, alínea e), segunda parte, da CNI, quer o disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), segunda parte, da LAV, determinam que obsta também ao reconhecimento de uma decisão arbitral o facto de esta ter sido suspensa por uma autoridade competente do país em que, ou segundo a lei do qual, foi proferida³⁴³.

³³⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179.

³³⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179.

³⁴⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179.

³⁴¹ Vide o ponto 10 do presente trabalho.

³⁴² Há, contudo, que referir que, apesar das diferenças de opiniões que ficaram descritas nas últimas páginas, os resultados práticos, quer se adote uma, quer se adote outra, coincidem em grande medida. Se é verdade que os defensores da interpretação autónoma do conceito de “obrigatoriedade” da decisão não deixam de examinar a vinculatividade que essa decisão arbitral tem à luz do país de origem, também é verdade que os defensores da tese oposta concordam em que a CNI não só excluiu o *duplo exequatur*, como expressamente aceita, no seu artigo VI, que possa ser pedido o reconhecimento de uma decisão arbitral que esteja dependente de uma ação de anulação no país de origem, devendo aplicar-se o dispositivo da CNI, independentemente do que disser a lei do país em que a decisão foi proferida. Assim, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179.

³⁴³ Não obstante a suspensão ser referida em último lugar nestes preceitos, por uma questão metodológica e de organização de raciocínio, entendemos tratá-la em segundo lugar. De certa maneira, cremos que será mais proveitoso organizar os fundamentos de recusa de reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira

Neste âmbito, três questões (quicá, diríamos, organizadas por grau de dificuldade de resposta) poderão ser levantadas: o que se entende por “autoridade competente”? O que significa uma decisão arbitral ter sido suspensa “ao abrigo de cuja lei foi proferida”, de acordo com a redação dos preceitos em análise? E, por último, tem a suspensão de ser obrigatoriamente decretada por um tribunal ou pode operar automaticamente?

Quanto à primeira interrogação, e mais simples, importa referir que por “autoridade competente” deverá entender-se “tribunal competente”³⁴⁴. A LAV é prova disso mesmo, na medida em que nela se utiliza não já a expressão “autoridade competente”, como acontece na CNI, mas antes a expressão “tribunal do país no qual...”. Não ficam dúvidas quanto a esta interpretação.

No que diz respeito à questão de saber o que significa uma decisão arbitral ter sido suspensa “ao abrigo de cuja lei foi proferida”, colocada a propósito da redação, quer da CNI, quer da LAV, há que ter em conta que, na falta de indicação por parte dos dois instrumentos em apreço quanto ao sentido a dar, poder-se-á pensar em três opções, leia-se leis, possíveis: a lei que rege a arbitragem, a lei que rege a convenção de arbitragem e a lei aplicável ao fundo da causa³⁴⁵. Segundo ALBERT JAN VAN DEN BERG, a expressão em análise foi inserida com referência àqueles casos em que as partes estipulam que a arbitragem tenha lugar num país e que a mesma decorre segundo a lei processual de um outro país³⁴⁶. Sem prejuízo, NADIA DARWAZEH chama a atenção para o facto de, na prática, tal não acontecer, e para o facto de esta expressão normalmente coincidir com a lei do país em que a decisão arbitral foi proferida^{347/348}. ANTÓNIO SAMPAIO

do menos para o mais complexo, num crescendo que culminará na discussão relativa ao reconhecimento ou não reconhecimento de decisões arbitrais anuladas no país em que foram proferidas.

³⁴⁴ Vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179; e Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 350, “the “competent authority” as mentioned in Article V(1)(e) for entertaining the action of setting aside the award is virtually always the court of the country in which the award was made” (apesar de o autor referir esta questão a propósito da anulação da decisão arbitral, o raciocínio a fazer quanto à suspensão é exatamente o mesmo).

³⁴⁵ Assim, Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 321.

³⁴⁶ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 350, “the phrase “or under the law of which” the award was made refers to the theoretical case that on the basis of an agreement of the parties the award is governed by an arbitration law which is different from the arbitration law of the country in which the award was made” (reforçamos também quanto a esta questão, que apesar de o autor a referir a propósito da anulação da decisão arbitral, o raciocínio a fazer quanto à suspensão é exatamente o mesmo).

³⁴⁷ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 321, “however, in practice, “the law under which the award was made” would generally be the same as “the law of the place where the award was made”, since it is not common for parties to specify an applicable procedural framework that is different from the procedural law of the place of arbitration”.

³⁴⁸ Adotamos, nesta sede, o entendimento de que “o país em que a decisão foi proferida” se refere ao lugar da arbitragem, conhecido como “*place of arbitration*”, “*seat of arbitration*” ou “*arbitral forum*”, por oposição ao lugar onde possam ter decorrido algumas das sessões ou até mesmo do lugar onde a decisão arbitral possa ter sido assinada. Assim, também, Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 320.

CARAMELO vai, diríamos nós, mais longe, ao afirmar que “se esta possibilidade [a de as partes estipularem que a arbitragem tem lugar num país e decorra segundo a lei processual de outro país] é raramente admitida pelas legislações nacionais, ainda mais raramente ela é utilizada pelas partes, pelo que pode ser desconsiderada no plano da aplicação da Convenção”^{349/350}. Assim, não vemos também razão para não interpretar a expressão “lei ao abrigo da qual a decisão foi proferida” como sendo coincidente com “a lei do país em que a decisão arbitral foi proferida” como, de resto, faz a larga maioria dos autores analisados³⁵¹.

Por último, mas não menos importante, importa pensar no que poderão querer a CNI e a LAV dizer quando se referem ao facto de a decisão arbitral ter sido suspensa no país de origem. A dúvida surge inicialmente – embora se possa estender à LAV – com a análise do primeiro instrumento normativo, uma vez que, nem a letra da CNI, nem os seus trabalhos preparatórios³⁵², parecem esclarecer o que significa ao certo ter “sido a decisão suspensa por uma autoridade competente do país em que, ou segundo a lei do qual, a decisão foi proferida”³⁵³. A grande maioria dos comentadores da CNI, contudo, tendem a entender esta frase como dizendo respeito àquela suspensão de uma decisão arbitral que resulte de uma decisão de um tribunal nesse sentido, ainda que com carácter

³⁴⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 181.

³⁵⁰ Referindo que várias decisões de tribunais indianos e paquistaneses se têm afastado do entendimento comumente aceite referido no texto, ao interpretarem o excerto em questão como dizendo respeito à lei que rege a convenção de arbitragem, o que implicará que uma decisão arbitral possa ser suspensa ou anulada no país cuja lei tenha sido escolhida para regular a convenção de arbitragem, *vide*, com as respetivas críticas, Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., pp. 321-323.

³⁵¹ Assim, a título de exemplo, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 182; e Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 321. *Vide*, com o mesmo entendimento, Alan Redfern / Martin Hunter, *Law and Practice of International Commercial Arbitration*, 4th ed., Sweet & Maxwell, London, 2004, p. 455, “this court will almost invariably be the national court at the seat of the arbitration. The impracticability of holding an arbitration in country “X” but subjecting it to the procedural law of country “Y” has already been discussed, and so the prospect of an award being set aside under the procedural law of a state other than at the seat of arbitration is unlikely.”; David St. John Sutton / Judith Gill, *Russell On Arbitration*, 22nd ed., Sweet & Maxwell Limited, London, 2003, p. 376, “the “competent authority” will almost invariably be the relevant court of the country in which the award was made rather than the country under whose law it was made”; e Gary B. Born, *International Commercial Arbitration in the United States*, Kluwer Law and Taxation Publishers, Deventer, The Netherlands, 1994, pp. 25 e 26, quando refere que “the law governing the arbitral proceedings is referred to as the curial law, the *lex arbitri* or the *loi de l'arbitrage*. In virtually all cases, the curial law will be the law at the arbitral situs – the place where the parties’ have agreed that the arbitration will be held” e que “although parties theoretically can agree to the application of a different curial law than that of the arbitral situs, this seldom occurs and its effects are uncertain.”.

³⁵² Sobre o aparecimento do termo “suspensão” na CNI, *vide* Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 351 e 352.

³⁵³ Neste sentido, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 351; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 180; Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., pp. 980 e 981; e Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 342.

meramente provisório³⁵⁴, uma vez que apenas assim se garante, inequivocamente, que a decisão em causa foi analisada pelos tribunais do país de origem, e que houve dúvidas quanto à mesma^{355/356}. Neste sentido, a parte contra a qual a decisão for invocada (isto é, o requerido), deverá provar que efetivamente houve uma suspensão da mesma e que essa suspensão foi decretada por um tribunal do país onde foi proferida³⁵⁷. Em consonância, ALBERT JAN VAN DEN BERG afirma que a suspensão automática não será, de maneira nenhuma, suficiente³⁵⁸. Por suspensão automática entenda-se aqueles casos em que o referido efeito resulta da lei aplicável, por exemplo, quando uma ação de anulação de uma decisão arbitral se encontra pendente de apreciação³⁵⁹. Basta pensar que, se admitíssemos esta hipótese, poderíamos estar a subverter todo o sistema instituído pela CNI, uma vez que a simples instauração de um processo de anulação no país de origem (e pense-se, sobretudo, naqueles casos em que tal acontece com um carácter meramente dilatório) faria com que todos os Estados Contratantes do instrumento onde se tivesse pedido o reconhecimento de uma dada decisão arbitral tivessem que o recusar³⁶⁰. Tal iria, nomeadamente, colidir com a razão de ser, quer do termo “obrigatório” dos artigos V, n.º 1, alínea e), da CNI, e 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV³⁶¹, quer da disposição sobre a suspensão da instância de reconhecimento que consta dos artigos VI da CNI e 56.º, n.º 2, da LAV³⁶². EMMANUEL GAILLARD e JOHN SAVAGE acrescentam, inclusivamente, que seria perigoso fazer depender a aplicação do regime da Convenção

³⁵⁴ Vide Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 351; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 180; Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 981, parágrafo 1690; ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 107; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61; e Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 342.

³⁵⁵ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 342, “it is generally understood, however, that the phrase refers to a suspension resulting from a court decision, even if such decision is only provisional. The reason for this is that only a court decision provides an indication of any doubts that the courts of the country of origin might have toward an award.”

³⁵⁶ Assim, também, ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 107, quando refere que “os tribunais estatais normalmente o interpretam como se referindo à suspensão da exequibilidade da sentença arbitral por um órgão judicial (...) no país de origem.”

³⁵⁷ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 352, “... the respondent must prove that *the suspension of the award has been effectively ordered by a court in the country of origin*. This rule is clearly laid down by the text of Articles V(1)(e) as it states “has been... suspended by a competent authority...”.

³⁵⁸ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 352.

³⁵⁹ Vide ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 107.

³⁶⁰ Quem nos chama a atenção para este facto é Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 352; seguido de Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 343. Assim, também, Emmanuel Gaillard / George A. Bermann, *Guide on the Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: New York, 1958*, Brill Nijhoff, Leiden/Boston, 2017, p. 237.

³⁶¹ Vide o ponto 9 do presente trabalho.

³⁶² Por uma questão de organização, optámos por analisar estas disposições numa fase posterior, ou seja, depois de finalizadas as observações, quer sobre a suspensão da decisão arbitral no país de origem enquanto fundamento de recusa de reconhecimento, quer sobre a anulação da mesma. Remetemos, assim, para o ponto 12 do presente trabalho.

de uma possível regra processual existente no país de origem, não diretamente contemplada neste instrumento³⁶³. Assim sendo, e tudo ponderado, apoiamos a vertente doutrinária que defende que não bastará a suspensão automática, mas terá antes que existir uma decisão judicial que ateste que a decisão arbitral foi, de facto, analisada pelos tribunais do país onde foi proferida e que existiram dúvidas quanto à mesma, levando à sua suspensão. O critério a utilizar será, portanto, o da suspensão da exequibilidade da decisão arbitral por um órgão judicial do país de origem^{364/365}. De resto, também os tribunais estaduais dos Estados Contratantes têm decidido, na sua maioria, neste sentido. Sublinhamos a expressão “na sua maioria”, uma vez que decisões existiram em que se defendeu, claramente, a suspensão automática da decisão arbitral, com base no início dos procedimentos de anulação dessa mesma decisão num outro país, levando o tribunal a recusar o seu reconhecimento. Destacamos, a título de exemplo, a decisão *Creighton Limited v. The Government of the State of the Qatar*³⁶⁶, na qual um tribunal estadual dos EUA recusou, claramente, o reconhecimento de uma decisão arbitral francesa com o argumento de que a mesma tinha sido automaticamente suspensa, uma vez que não só tinha sido intentada uma ação de anulação em França (país de origem, portanto), como também o CPC francês³⁶⁷ estabelecia que tal facto seria suficiente para que ocorresse a dita suspensão. Assim, para este tribunal, não houve dúvidas de que a suspensão automática de uma decisão arbitral (proferida em França) por via de uma disposição legal do país de origem (França) será suficiente para fundamentar a sua recusa de reconhecimento nos EUA³⁶⁸. Não obstante, voltamos a salientar que a maioria dos

³⁶³ Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 981, parágrafo 1690, “furthermore, it would have been dangerous to have made the serious consequence of losing the benefit of the Convention contingent upon a procedural rule of the country of origin to which the Convention does not refer.”

³⁶⁴ Vide ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 107.

³⁶⁵ De notar que a este propósito também se fala numa “suspensão formal resultante de uma decisão judicial”. Neste sentido, vide Emmanuel Gaillard / George A. Bermann, *Guide on the Convention...*, cit., p. 237, “(...) the majority of courts agree that this refers to a formal suspension resulting from a court decision.”

³⁶⁶ Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 22/03/1995, publicado em “US No. 197, *Creighton Limited v. The Government of the State of Qatar* (Ministry of Public Works), United States District Court, District of Columbia, 94-1035 RMU, 22 March 1995”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1996 – Vol. XXI*, YCA, Vol. 21, Kluwer Law International, 1996, pp. 751-758. Com referência a esta decisão, vide, Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 343.

³⁶⁷ Mais precisamente, no seu artigo 1506, que estabelece que “the enforcement of the arbitral award shall be suspended for the period which recourse provided for in Articles 1501, 1502 and 1504 may be exercised. The exercise of such recourse during that period shall also have a suspensive effect.” (sublinhado nosso, citando Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., nota de fim n.º 220).

³⁶⁸ Citando as duas passagens mais importantes: “in this case, according to [the] French Code of Civil Procedure, the arbitral award has been suspended. Because this Court must look to the procedural law of the place in which the award was rendered, this Court concludes that the award has been suspended for Art. V(1)(e) purposes” e “in this case, there is no question that the award has been suspended; an action to set

tribunais dos Estados Contratantes não raciocina desta forma. Na decisão *AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya)*³⁶⁹, por exemplo, o Supremo Tribunal da Suécia defendeu que o facto de ter sido intentada uma ação de anulação de uma decisão arbitral no país onde foi proferida (França) não quer, de maneira nenhuma, significar que a dita decisão não é considerada obrigatória (porque é)³⁷⁰ e que não constitui um motivo, por si só (isto é, sem uma decisão de um tribunal estadual francês no sentido da sua suspensão ou anulação) para recusar o seu reconhecimento na Suécia. Este tribunal deixou claro que a suspensão da decisão arbitral, no sentido do artigo V, n.º 1, alínea e), segunda parte, da CNI, não funciona automaticamente (sem prejuízo da norma do CPC francês referida anteriormente), mas apenas depois de a situação ter sido analisada pelo tribunal competente do país onde foi proferida e de este se ter pronunciado pela sua anulação ou suspensão^{371/372}. Também nas decisões *Alto Mar Girassol (France) v. Lumbermens Mutual Casualty Company*³⁷³ e *EDF International S.A. v. YPF S.A.*³⁷⁴, mais recentes, os tribunais norte-americanos adotaram este entendimento

aside an arbitral award in France is all that is required to suspend that award according to [the] French Code of Civil Procedure”, em Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 22/03/1995, publicado em “US No. 197, Creighton Limited v. The Government of the State of Qatar...”, cit., pp. 757 e 758, respetivamente.

³⁶⁹ Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya), Supreme Court, 13 August 1979, No. SO 1462 and Svea Court of Appeal (5yh. Dept.), Stockholm, 13 December 1978”, Pieter Sanders (Ed.), *YCA 1981 – Vol. VI*, YCA, Vol. 6, Kluwer Law International, 1981, pp. 237-242.

³⁷⁰ Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya)...”, cit., p. 240. O tribunal em apreço acabou por seguir o entendimento defendido por nós no presente trabalho (veja-se o ponto 9.2) no que diz respeito ao significado da expressão “decisão arbitral obrigatória para as partes”, uma vez que refere, no acórdão em análise, que uma decisão arbitral só não se considera obrigatória quando for suscetível de recurso de mérito para um tribunal superior e que a intenção por detrás do uso desta expressão foi, claramente, o de evitar a necessidade de um *duplo exequatur* (no país de origem e no país de reconhecimento), cf. Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya)...”, cit., p. 240. Assim, concluiu o tribunal, a decisão arbitral era obrigatória para as partes e passível de reconhecimento.

³⁷¹ Assim, Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya)...”, cit., p. 241, “according to the letter of the law as well as its drafting history (...), this provision refers in this respect to a situation where, after specific consideration of the matter, the foreign authority orders the setting aside of a binding and enforceable award or the suspension of its enforcement.”

³⁷² Sobre esta decisão, *vide* igualmente as considerações feitas em Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 981, parágrafo 1690; e em Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 343.

³⁷³ Acórdão do *United States District Court, Northern District of Illinois*, de 12/04/2005, publicado em “US No. 522, Alto Mar Girassol (France) v. Lumbermens Mutual Casualty Company, United States District Court, Northern District of Illinois, Eastern Division, 04 C 7731, 12 April 2005”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2005 – Vol. XXX*, YCA, Vol. 30, Kluwer Law International, 2005, pp. 1152-1157.

³⁷⁴ Acórdão do *United States District Court, District of Delaware*, de 20/11/2008, publicado em “US No. 658, EDF International S.A. v. YPF S.A., United States District Court, District of Delaware, 20 November 2008 and 13 August 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2009 – Vol. XXXIV*, YCA, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 1000-1008.

de que não é suficiente uma suspensão meramente automática da decisão arbitral. No primeiro caso, o tribunal estadual entendeu que, novamente, o CPC francês, com o já referido artigo 1506, não bastava para parar o processo de reconhecimento da decisão arbitral em causa, uma vez que a “suspensão” constante do artigo V da CNI tem de resultar de uma efetiva decisão do tribunal do país em que a decisão foi proferida (e não simplesmente de um preceito normativo que possa existir nesse país que declare a sua suspensão automática) e tendo em consideração que o principal objetivo deste instrumento internacional foi, e continua a ser, o de facilitar o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras (o que foi consagrado com a eliminação do *duplo exequatur*), ideia que obviamente não se coaduna com a defesa da suspensão automática. De acordo com a argumentação apresentada, nada impede um tribunal, que aja segundo a CNI, de reconhecer uma decisão arbitral estrangeira, ainda que tenha sido iniciado um processo de anulação da mesma no país em que foi proferida³⁷⁵. Já no segundo caso, depois de confirmar que o artigo V da CNI obriga a que seja, de facto, um tribunal estadual a suspender a decisão arbitral, rejeitando assim a ideia da suspensão automática resultante de um qualquer preceito normativo do país onde foi proferida³⁷⁶, o tribunal estadual dos EUA considerou aqui que foi o próprio *Buenos Aires Court of Appeals*, a “autoridade competente” para o efeito, a declarar a suspensão da mesma³⁷⁷. Quer isto dizer que, neste caso, se considerou que, a “autoridade competente” exerceu o seu poder para suspender a decisão arbitral, tendo-se decidido, no final, pelo fim do processo de reconhecimento da mesma em território norte-americano^{378/379}. Por último, será proveitoso referir uma

³⁷⁵ Todo este raciocínio pode ser confirmado no Acórdão do *United States District Court, Northern District of Illinois*, de 12/04/2005, publicado em “US No. 522, *Alto Mar Girassol (France) v. Lumbermens Mutual Casualty Company...*”, cit., pp. 1155 e 1156, de onde destacamos “one of the principal purposes of the New York Convention was to facilitate the enforcement of arbitration awards by enabling parties to enforce the awards in third countries without first having to obtain either confirmation of such awards or leave to enforce the awards from a court in the country of the arbitral situs. Accordingly, under the New York Convention, a court maintains the discretion to enforce an arbitral award even if nullification proceedings are occurring in the country where the award was rendered” (p. 1156).

³⁷⁶ Acórdão do *United States District Court, District of Delaware*, de 20/11/2008, publicado em “US No. 658, *EDF International S.A. v. YPF S.A...*”, cit., pp. 1005 e 1006.

³⁷⁷ Acórdão do *United States District Court, District of Delaware*, de 20/11/2008, publicado em “US No. 658, *EDF International S.A. v. YPF S.A...*”, cit., pp. 1005 e 1006, “accordingly, the Court concludes that, unlike as in *Alto Mar Girassol*, this is a case where a “competent authority” exercised its power to suspend execution of the arbitral award”.

³⁷⁸ Acórdão do *United States District Court, District of Delaware*, de 20/11/2008, publicado em “US No. 658, *EDF International S.A. v. YPF S.A...*”, cit., p. 1006, “the Court agrees with this reasoning. However, given that a competent authority (i.e., the Buenos Aires Appeals Court) has in fact suspended the award, the Court will deny EDFI’s petition outright rather than simply stay the proceedings”, “for the foregoing reasons the Court will deny EDFI’s petition and Grant YPF’s motion to dismiss”.

³⁷⁹ Sobre esta decisão, *vide* igualmente as considerações feitas em Emmanuel Gaillard / George A. Bermann, *Guide on the Convention...*, cit., p. 238.

decisão ainda mais recente de um tribunal chinês³⁸⁰ que adotou o presente entendimento³⁸¹, com base no facto de, segundo o artigo 57.º da LAV chinesa, uma decisão arbitral produzir efeitos jurídicos a partir da data em que for proferida³⁸² e de, no seu entender, não existir nenhum preceito legal que sugira sequer que uma decisão arbitral fique suspensa assim que se intente uma ação de anulação da mesma perante um órgão judicial³⁸³, nem tendo existido no caso uma decisão judicial nesse sentido. Concluiu-se, desta maneira, que a decisão arbitral não havia sido suspensa³⁸⁴. Assim sendo, e na esteira também do que defende MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO³⁸⁵, não vemos como não apoiar a tese da suspensão da exequibilidade da decisão arbitral apenas quando proferida por um órgão judicial do país de origem, sob pena, não só de retirar a qualidade de “obrigatória” à decisão que, apesar de ter dirimido definitivamente um litígio, veja a sua exequibilidade suspensa por força da lei, no país onde foi proferida, em virtude de ter sido objeto de um mero pedido de anulação³⁸⁶, mas também de premiar expedientes dilatórios relativamente ao reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras nos diversos Estados Contratantes³⁸⁷.

11. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento

³⁸⁰ Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em Briana Young, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd., High Court of Hong Kong, Court of First Instance, Case Date 22 January 2014”, A contribution by the ITA Board of Reporters, Kluwer Law International, pp. 1-29.

³⁸¹ Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em Briana Young, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd...”, cit., p. 23, ponto 49, quando refere que “under the wording of the New York Convention, it is clear that a ground for refusing enforcement arises only if the suspension of the award has been ordered by a court of the country of origin, being either the country where the award was made or the country under the law of which the award was made”.

³⁸² Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em Briana Young, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd...”, cit., p. 26.

³⁸³ Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em Briana Young, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd...”, cit., p. 26.

³⁸⁴ Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em Briana Young, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd...”, cit., p. 28, ponto 57, “accordingly, it does not follow from the mere fact that Wing Shing has made an application to the Shenzhen Intermediate People’s Court to dismiss or set aside the award that the award has been “suspended... under the law of the Mainland” (...).”

³⁸⁵ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61, quando refere que “quanto à suspensão da sentença há que referir que não basta que essa suspensão seja efeito automático da lei do país de origem, exigindo-se sempre uma decisão do tribunal nesse sentido”.

³⁸⁶ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 179.

³⁸⁷ Falando nos expedientes dilatórios *vide* Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61.

11.1. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida

Por último, há que atentar que, quer o disposto no artigo V, n.º 1, alínea e), segunda parte, da CNI, quer o disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), segunda parte, da LAV, determinam que obsta igualmente ao reconhecimento de uma decisão arbitral o facto de esta ter sido anulada por uma autoridade competente do país em que, ou segundo a lei do qual³⁸⁸, foi proferida.

No que concerne à anulação de decisões arbitrais, importa referir, antes de mais, que os preceitos em causa³⁸⁹ têm levantado a questão da atribuição (ou não) de competência internacional exclusiva aos tribunais do país em que, ou segundo a lei do qual, a decisão foi proferida. É que se há autores, como é o caso de ALBERT JAN VAN DEN BERG³⁹⁰ e MARIA CRISTINA PIMENTA COELHO³⁹¹, que retiram da parte final do artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, o princípio da exclusiva competência destes tribunais para a suspensão ou anulação de decisões arbitrais^{392/393}, já outros, de onde destacamos LUÍS DE LIMA PINHEIRO, entendem que não se encontra um mínimo de apoio a este entendimento no texto da Convenção e que, além do mais, tal não se parece justificado perante as finalidades prosseguidas pelo referido instrumento³⁹⁴. Para este autor, em matéria de competência internacional para a anulação da decisão pode quando muito inferir-se da CNI que os Estados Contratantes têm o dever de facultar a tutela judicial relativamente às decisões proferidas, ou que se devam considerar proferidas, no seu território ou segundo a sua lei³⁹⁵. Por conseguinte, dentro de certos limites, os Estados são livres de fixarem os critérios de competência relevantes para a anulação de decisões

³⁸⁸ No que diz respeito à questão de saber o que significa uma decisão arbitral ter sido anulada “por uma autoridade competente do país em que, ou segundo a lei do qual, foi proferida”, colocada a propósito da redação, quer da CNI, quer da LAV, veja-se as considerações feitas no ponto 10, onde se teve a oportunidade de mencionar que o raciocínio a fazer para a suspensão e para a anulação é exatamente o mesmo. Assim sendo, damos por reproduzidas nesta sede as conclusões a que chegámos nesse ponto.

³⁸⁹ Apesar de esta questão ser, sobretudo, tratada a propósito da disposição da CNI, revela-se importante mencionar que todo o raciocínio se poderá aplicar à disposição homóloga da LAV, uma vez que as redações são, em tudo, idênticas e que nada indica que as interpretações devam ser diferentes. Vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 202.

³⁹⁰ Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 349 ss., “the Convention unequivocally lay down the principle that *the court in the country in which, or under the law of which, the award was made has the exclusive competence to decide on the action for setting aside the award*. This principle, which has been unanimously affirmed by the courts (...)” (p. 350).

³⁹¹ Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., pp. 60 e 61.

³⁹² Referindo-se a este princípio, vide Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 60.

³⁹³ Neste sentido, vide ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 106.

³⁹⁴ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 369.

³⁹⁵ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., p. 369.

arbitrais³⁹⁶. Salvo o devido respeito, não concordamos com este entendimento³⁹⁷. No nosso modo de ver, o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira apenas poderá ser recusado se a mesma tiver sido efetivamente anulada no país de origem, ainda para mais tendo em conta que a experiência revela que os pedidos de anulação da decisão são, na maior parte das vezes, expedientes dilatórios e, regra geral, não atendidos³⁹⁸. Assim, atente-se, não será suficiente o simples requerimento de anulação de uma decisão arbitral, mas sim que essa decisão tenha sido efetivamente anulada pelo tribunal judicial do país em que tenha sido proferida^{399/400}, relembrando MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA que, para que o tribunal a quem seja pedido o reconhecimento o recuse, a decisão judicial estrangeira tenha já que ser operativa, obrigatória, uma vez que se estiver sujeita a recurso com efeito devolutivo ou a correr prazo para a formação de caso julgado, o tribunal não a poderá tomar em consideração para obstar ao reconhecimento⁴⁰¹. Por outro lado, se apenas foi intentada uma ação de anulação, passarão a reger os artigos VI da CNI e 56.º, n.º 2, da LAV, dos quais nos ocuparemos no ponto 12 do presente trabalho.

11.2. A problemática dos efeitos a atribuir à decisão arbitral estrangeira anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de outro Estado

Imaginemos agora que uma parte intenta uma ação de anulação de uma dada decisão arbitral num tribunal do país em que a mesma tenha sido proferida e que essa ação foi bem sucedida. A decisão arbitral não só deixará de produzir efeitos jurídicos no país, como também poderá ser usada como defesa contra uma tentativa de reconhecimento num outro ordenamento jurídico.

Posto isto, atente-se que a problemática relativa aos efeitos a atribuir à decisão arbitral anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de outro Estado representa uma das mais controvertidas na doutrina e jurisprudência estrangeiras, e a nosso ver mais interessantes, uma vez que tem

³⁹⁶ Luís de Lima Pinheiro, *Arbitragem...*, cit., pp. 369 e 370.

³⁹⁷ Aprofundaremos esta questão nos pontos 11.2. ss. do presente trabalho.

³⁹⁸ Assim, Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61.

³⁹⁹ ICCA, *Guia do ICCA...*, cit., p. 106. Parece-nos ser a solução mais adequada, evitando-se assim aquelas situações em que a parte perdedora adia o reconhecimento da decisão arbitral pelo simples facto de ter intentado uma ação de anulação contra a decisão no país em que foi proferida.

⁴⁰⁰ Também Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 350.

⁴⁰¹ Mário Esteves de Oliveira..., *Lei da Arbitragem Voluntária*, cit., p. 665.

gerado profundas divisões não só entre os autores mais reputados, como também marcadas diferenças nas respostas dadas nas várias ordens jurídicas⁴⁰². É que, há que dizê-lo, tais divergências e modos de ver a questão não radicam apenas em diferentes ponderações de vantagens e inconvenientes das soluções em confronto. Vão mais longe: provêm de diferentes concepções jurídico-filosóficas sobre o fundamento da validade das arbitragens conectadas com diversos Estados e com o papel que cabe aos tribunais dos Estados com os quais tais arbitragens tenham contacto⁴⁰³.

Assim sendo, identificamos duas principais correntes doutrinárias sobre este assunto: a concepção maioritária sobre o controlo das decisões arbitrais internacionais, com proeminência da jurisdição da sede e a concepção da arbitragem internacional deslocalizada, às quais se poderá acrescentar uma terceira, a da deslocalização mitigada da arbitragem internacional⁴⁰⁴.

Por um lado, a concepção maioritária sobre o controlo das decisões arbitrais internacionais, teorizada sobretudo por MICHAEL REISMAN⁴⁰⁵ e tendo ganho o apoio de autores como ALBERT JAN VAN DEN BERG⁴⁰⁶ e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO⁴⁰⁷, retira do artigo V da CNI uma alocação de competências de controlo da validade e eficácia das decisões proferidas em arbitragens internacionais, a cargo das jurisdições dos Estados com os quais estas têm conexões⁴⁰⁸. Assim, segundo a mesma,

⁴⁰² António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 182.

⁴⁰³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 182; Emmanuel Gaillard, “The Present – Commercial Arbitration as a Transnational System of Justice: International Arbitration as a Transnational System of Justice”, *Arbitration: The Next Fifty Years*, ICCA Congress Series, vol. 16, 2012, pp. 66-73, p. 66, “this evolution, however, continues to generate robust controversies on the extent of autonomy of international arbitration from national legal systems and the role, if any, that the seat of the arbitration should have over the arbitral process.”

⁴⁰⁴ Falando nesta distinção, vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 69 ss. e 182 ss.; Donald Francis Donovan, “Chapter 14: Preclusion and the New York Convention: Article V(1)(e) and Converse-Article V(1)(e)”, *The Evolution and Future of International Arbitration*, Stavros L. Brekoulakis, Julian D. M. Lew, et al. (Eds.), International Arbitration Law Library, Vol. 37, Kluwer Law International, 2016, pp. 231-250, pp. 235 ss.; Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., pp. 13 ss.; Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., pp. 324 ss., distinguindo entre “the territorial approach” e “the delocalized approach”.

⁴⁰⁵ Nomeadamente em W. Michael Reisman / Brian Richardson, “The Present – Commercial Arbitration as a Transnational System of Justice: Tribunals and Courts: An Interpretation of the Architecture of International Commercial Arbitration”, *Arbitration: The Next Fifty Years*, ICCA Congress Series, Vol. 16, Kluwer Law International, 2012, pp. 17-65.

⁴⁰⁶ Vide Albert Jan Van Den Berg, “Should the Setting Aside of the Arbitral Award be Abolished?”, *ICSID Review Advance Access*, 2014, pp. 1-26, com destaque para “it was, and continues to be, a generally accepted principle that courts in the country of origin have exclusive competence to decide on the setting aside of an award. This principle has been confirmed in numerous court decisions. It is also the underlying premise of Article V(1)(e) of the New York Convention” (p. 4).

⁴⁰⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 182. Embora refira posteriormente que adere à primeira concepção, com a vertente da deferência seletiva (vide nota de rodapé n.º 433).

⁴⁰⁸ W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 64.

uma decisão proferida numa arbitragem internacional põe em jogo os poderes de supervisão ou controlo dos tribunais de, pelo menos, dois Estados. Em primeiro lugar, aciona a competência de supervisão dos tribunais do Estado em que essa arbitragem teve sede, constituindo os tribunais estaduais da sede da arbitragem a “jurisdição primária”, uma vez que só a eles cabe o poder de anular, com efeito universal, a decisão. Em segundo lugar, aciona a competência das “jurisdições secundárias” a partir do momento em que se apresenta a decisão arbitral a reconhecimento noutros Estados, para o efeito de vir a ser aí executada. “Secundárias”, porque não terão já competência anulatória, mas apenas competência para recusar o reconhecimento da decisão arbitral estrangeira no seu território (mero efeito territorial)⁴⁰⁹. O mesmo será dizer: uma vez anulada, a decisão arbitral não poderá já ser reconhecida em nenhum outro ordenamento, por razões de segurança jurídica^{410/411}.

Por outro lado, a conceção da arbitragem internacional deslocalizada entende que as arbitragens internacionais não se encontram ancoradas ou dependentes de nenhuma ordem jurídica, mas sim numa ordem jurídica arbitral, autónoma, distinta das ordens jurídicas nacionais⁴¹². Como consequência, segundo esta conceção, o tribunal de reconhecimento será livre de ignorar a decisão de anulação proferida pelo tribunal do estado de origem, o mesmo será dizer, será livre para a reconhecer no seu ordenamento jurídico^{413/414}. E isto porque, partindo da ideia de que existe, de facto, uma “ordem jurídica arbitral”, constituída por regras transnacionais desenvolvidas pelos árbitros (entendidos como não administrando a justiça em nome de um Estado, mas ainda assim desempenhando um papel judicial importante no que toca à comunidade internacional⁴¹⁵) chamados a dirimir arbitragens internacionais, chega-se à conclusão de que a decisão

⁴⁰⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 70 e 71; W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., pp. 25 ss.

⁴¹⁰ W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., pp. 25 ss., “in terms of the dynamic of the Convention, once an award has been set aside in a primary jurisdiction, it is not – as we understand the architecture of the Convention – supposed to be enforceable anywhere else” (p. 26).

⁴¹¹ Para que este sistema de controlo funcione é necessário que a referida repartição de competências estabelecida pela CNI seja considerada como imperativa. Os tribunais de reconhecimento terão, naturalmente, de acatar a decisão de anulação proferida pelo Estado em que a decisão arbitral tenha sido proferida (isto é, terão de recusar o seu reconhecimento) para que se possa falar numa alocação de competências de supervisão sobre as arbitragens internacionais, cf. W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 27.

⁴¹² Assim, Donald Francis Donovan, “Chapter 14: Preclusion...”, cit., p. 241, quando refere que “in contrast to the territorialist approach, the delocalized approach, exemplified by France, takes the view that an arbitral award is not tethered to a particular national jurisdiction, but rather exists as part of the “international legal order.””

⁴¹³ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 331.

⁴¹⁴ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 136.

⁴¹⁵ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 35.

arbitral internacional não se integra na ordem jurídica do país de origem, mas sim na mencionada ordem jurídica arbitral, autónoma relativamente àquela e a todas as demais ordens jurídicas estaduais⁴¹⁶. A decisão arbitral é, para os defensores desta tese, uma decisão de justiça internacional⁴¹⁷, rejeitando-se assim qualquer ideia tendente a atribuir ao Estado da sede da arbitragem competência privilegiada para o controlo da regularidade da decisão arbitral e de que os tribunais de reconhecimento terão de acatar uma decisão de anulação por parte do primeiro⁴¹⁸.

Se é verdade que a primeira conceção tem vindo a obter acolhimento maioritário, por parte de muitos autores e tribunais dos vários Estados Contratantes da CNI, também há que referir que a segunda tem sido sobretudo apoiada por tribunais e autores franceses, dos quais se destacam EMMANUEL GAILLARD^{419/420}. Mas quanto a esta, há uma particularidade: os seus defensores entendem que o regime de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras no Direito francês é mais favorável do que o da CNI, levando a que dispensem a aplicação do referido instrumento – em particular, o artigo V, n.º 1, alínea e), que não tem paralelo na lei francesa – por via do artigo VII, n.º 1⁴²¹ e fazendo com que o reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, em França, opere fora da CNI, baseando-se unicamente no Direito francês, no qual a suspensão e a anulação de uma decisão arbitral pelos tribunais do Estado em que foi proferida não figura entre os motivos da possível recusa de reconhecimento⁴²². Por tudo isto, neste país, a validade de

⁴¹⁶ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 76; Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 136.

⁴¹⁷ “An international arbitral award, which is not anchored in any national legal order, is a decision of international justice whose validity must be ascertained with regard to the rules applicable in the country where its recognition and enforcement are sought”, visto no Acórdão do *Cour de Cassation* Francês, *First Civil Law Chamber*, de 29/06/2007, publicado em “France No. 42, PT Putrabali Adyamulia (Indonesian) v. Rena Holding, et al., Cour de Cassation [Supreme Court], First Civil Chamber, Not Indicated, 29 June 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2007 – Vol. XXXII*, YCA, Vol. 32, Kluwer Law International, 2007, pp. 299-302, p. 302; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 76.

⁴¹⁸ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 76.

⁴¹⁹ Sobretudo em Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., pp. 13 ss.

⁴²⁰ Em defesa da segunda conceção, DONALD FRANCIS DONOVAN argumenta: “conversely, it is hard to see how enforcement of an annulled award in a given Contracting State would compromise the structure of the Convention. If Article V imposes no obligation to refuse recognition and enforcement even when one of its grounds is present, and if Article VII allows resort to more favorable national law in order to enforce, the delocalized approach equally comports with the obligations of Contracting States to the New York Convention”, Donald Francis Donovan, “Chapter 14: Preclusion...”, cit., p. 242, ponto 14.32.

⁴²¹ Sobre este artigo veja-se o que ficou dito no ponto 3 do presente trabalho.

⁴²² António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 77 e 197; Christopher Koch, “The Enforcement of Awards Annulled in their Place of Origin”, *Journal of International Arbitration*, Vol. 26, n.º 2, Kluwer Law International, 2009, pp. 267-292, p. 270, “since the annulment or suspension of an award in its place of origin is not listed among the grounds for appealing an enforcement order it is not a reason to refuse enforcement of foreign award which otherwise passes muster under Article 1502 NCCP [New Code of Civil Procedure].”; Dolores Bentolila, “Chapter 1: The Autonomy of International Commercial Arbitration”, *Arbitrators as Lawmakers*, International Law Library, Vol. 43, Kluwer Law International,

uma decisão arbitral internacional não será afetada por uma decisão anulatória dos tribunais estaduais da sede da arbitragem^{423/424}.

A este propósito, resta acrescentar que, apesar de as conceções expostas serem as principais no que toca à matéria em apreço, uma terceira foi desenhada por quem critica a orientação maioritária, mas também não consegue defender a todo o fôlego a conceção da arbitragem deslocalizada. Falamos, sobretudo, de JAN PAULSSON que, ao reconhecer que a conceção mencionada em segundo lugar vai demasiado longe ao negar efeito a toda e qualquer decisão anulatória proferida pelo Estado em que a decisão arbitral foi proferida, propõe um critério identificador de decisões de anulação de decisões arbitrais no país de origem que merecem acatamento pelos tribunais de reconhecimento de outros Estados e, por outro lado, das que não merecem. Assim, faz a distinção entre anulações de decisões arbitrais baseadas em fundamentos reconhecidos para este efeito pela generalidade das ordens jurídicas (as *ILA's, International Standard Annulments*) e anulações de decisões arbitrais baseadas em fundamentos radicados em particularismos de algumas legislações, isto é, não reconhecidos na grande maioria das demais ordens jurídicas (as *LSA's, Local Standard Annulments*) para estabelecer que as primeiras deverão ser seguidas pelos tribunais a quem seja pedido o reconhecimento da decisão arbitral (o mesmo será dizer, que deverão ver o seu reconhecimento recusado), o que não acontecerá já com as segundas⁴²⁵. Tendo em conta as críticas que lhe são apontadas⁴²⁶,

2017, pp. 7-50, p. 48, quando refere que “France takes a more radical stance. The NCCP does not include as a ground for refusing enforcement of arbitral awards that they were set aside in the country where they were made”, acrescentando que “according to French case law, Article VII of the New York Convention allows French courts to apply more generous rules.”

⁴²³ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 197; Donald Francis Donovan, “Chapter 14: Preclusion...”, cit., p. 241, “on this approach, an award cannot cease to exist simply because a court at the seat has annulled it”; Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 136.

⁴²⁴ “The only known exception in the area of domestic laws is France, where, indeed, awards annulled in the country of origin have been enforced. The French courts have developed a generous but somewhat curious theory. In their opinion, awards made abroad have no homeland. Where an award from abroad arrives in France, it is granted asylum by “being integrated into the French legal order.” In that process, French courts ignore an annulment of the award by a court at the place of arbitration”, Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, *The ICC International Court of Arbitration Bulletin*, Vol. 9, N.º 2, 1998, pp. 15-21, p. 16.

⁴²⁵ Cf. Jan Paulsson, “Enforcing Arbitral Awards Notwithstanding Local Standard Annulments”, *Asia Pacific Law Review*, Vol. 6, N.º 2, Kluwer Law International, 1998, pp. 1-28 e Jan Paulsson, “Arbitration in Three Dimensions”, *LSE Law, Society and Economy Working Papers 2/2010*, London School of Economics and Political Science – Law Department, 2010, pp. 1-34; vide António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 198 e 199 e Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 328.

⁴²⁶ Vide, nomeadamente, Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., quando refere (pp. 20-21) que a proposta de JAN PAULSSON não passa de “mais do mesmo” (“old wine, new wineskins”), ao tentar dar por escrito na CNI o sistema adotado pelo artigo IX da Convenção de Genebra de 1961, que estabelece que a anulação de uma decisão arbitral coberta por aquele instrumento só constituirá fundamento de recusa de reconhecimento noutro Estado Contratante se tiver tido lugar no país em que a decisão tenha sido proferida ou por qualquer um dos motivos mencionados nesse preceito, que

com as quais não podemos deixar de concordar, e por considerarmos que as conceções referidas em primeiro lugar são as que mais relevância assumem no contexto do presente trabalho, será sobre as mesmas que nos iremos debruçar nos pontos seguintes.

11.3. A problemática em análise na jurisprudência internacional

Como já tivemos a oportunidade de referir⁴²⁷, é a primeira conceção aquela que tem vindo a obter acolhimento maioritário, não só pela doutrina internacional, mas também pelos tribunais dos vários Estados Contratantes da CNI. Assim, a título de exemplo, os tribunais de países como a Suíça⁴²⁸ e Espanha⁴²⁹ têm vindo a adotar, em geral, o entendimento de que deve ser recusado o reconhecimento de uma decisão arbitral que tenha sido anulada no Estado em que foi proferida. Também a Alemanha se posicionou do mesmo lado⁴³⁰ e, por sinal, acabou por ir mais longe: a própria lei deste país, na secção 1061 do seu CPC, prevê que, caso a decisão arbitral venha a ser anulada no país de origem, se possa anular também o reconhecimento da mesma entretanto

no fundo correspondem às alíneas a) a d) do artigo V, n.º 1, da CNI (no n.º 1) e que em casos em que os Estados sejam parte simultaneamente da CNI e da Convenção de Genebra o reconhecimento poderá ser recusado nos casos em que a decisão tenha sido anulada no país em que foi proferida pelos motivos listados as já referidas alíneas a) a d) (n.º 2). Assim, ALBERT JAN VAN DEN BERG critica a referida posição. Primeiro, porque o artigo IX *supra* referido apenas teve aplicação prática uma vez e, a seu ver, não faz sentido sequer ressuscitar uma ideia que praticamente não chegou a ver a luz do dia. E segundo, por considerar que não passa de uma interpretação creativa da CNI e que os intérpretes deste instrumento não o poderão reescrever à medida das suas preferências (“I do not believe that a creative interpretation of the New York Convention can legally achieve such a far-reaching result”, p. 21); e Luís de Lima Pinheiro, *Direito...*, vol. III, cit., pp. 605 e 606, “mas este entendimento não resiste a uma análise mais atenta” (p. 606).

⁴²⁷ No ponto 11.2.

⁴²⁸ Acórdão do *Tribunal Fédéral Suíço, First Civil Law Chamber*, de 08/12/2003, publicado em “Switzerland No. 38, A AS (Switzerland) v. B Co Ltd (British Virgin Islands), C AS (Ecuador), Tribunal Fédéral [Federal Supreme Court], 8 December 2003”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2004 – Vol. XXIX*, YCA, Vol. 29, Kluwer Law International, 2004, pp. 834-842, “enforcement shall thus be refused (...) where the award has been annulled in the country of rendition” (p. 838).

⁴²⁹ Acórdão do *Court of First Instance and Examination of Rubí*, de 11/06/2007, publicado em “Spain No. 65/E23, Pavan s.r.l. (Italy) v. Leng D’Or, SA (Spain), Juzgado de Primera Instancia e Instrucción [Court of First Instance] no. 3, Exequatur No. 584/06, 11 June 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2010 – Vol. XXXV*, YCA, Vol. 35, Kluwer Law International, 2010, pp. 444-447, “the annulment of the award in its country of origin is a ground for refusing [enforcement of] the arbitral award under Art. V(1)(e)...” (p. 447).

⁴³⁰ Exemplos de decisões neste sentido: acórdão do *Higher Regional Court of Rostock*, de 28/10/1999, publicado em “Germany No. 51, Not Indicated v. Not Indicated, Oberlandesgericht [Court of Appeal], 28 October 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2000 – Vol. XXV*, YCA, Vol. 25, Kluwer Law International, 2000, pp. 641-1164; e acórdão do *Higher Regional Court of Munich*, de 30/07/2012, publicado em “Germany No. 150, Ukrainian dealer v. German manufacturer, Oberlandesgericht, Munich, 30 July 2012 and Bundesgerichtshof, 23 April 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2014 – Vol. XXXIX*, YCA, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 394-398.

concedido na Alemanha⁴³¹, o que parece, de resto, ir ao encontro do que ALBERT JAN VAN DEN BERG preconizou numa das suas obras ao afirmar que, na situação em que ocorra uma anulação subsequente da decisão arbitral, se afigura razoável cancelar a decisão de reconhecimento da mesma, utilizando-se para tal o artigo III da CNI, ou seja, resolvendo-se a questão de acordo com a lei do país em que o reconhecimento tenha sido concedido⁴³².

Não obstante o que ficou dito - há que atentar - tem vindo a consolidar-se o entendimento, inclusivamente por autores que aderem globalmente à conceção mencionada, de que, se é adequado que os tribunais do Estado no qual é pedido o reconhecimento de uma dada decisão arbitral estrangeira (“jurisdição secundária”) respeitem, em princípio, a decisão anulatória dos tribunais do país em que a decisão foi inicialmente proferida (“jurisdição primária”), na medida em que é conforme à alocação de competências de controlo sobre as decisões arbitrais internacionais instituída pela CNI, essa deferência deverá ser seletiva, ou seja, deverá ser afastada quando se demonstre que a decisão anulatória dos tribunais da sede não foi obtida mediante um processo equitativo ou resulte da violação da ordem pública (internacional) do Estado em que o reconhecimento é pedido⁴³³. Este “desvio” à conceção dita territorial em sentido estrito tem vindo a ser adotado nos últimos anos pelos tribunais de diversos Estados Contratantes da CNI. De entre eles, e pela discussão que têm vindo a gerar, vemos a necessidade de destacar o caso holandês. Quanto a ele, cremos que é seguro afirmar que a decisão mais marcante nesta temática é a *Yukos Capital s.a.r.l. v. OAO Rosneft*⁴³⁴. Tudo porque o *Court of Appeal* dos Países Baixos, enquanto “jurisdição secundária” no caso em apreço, entendeu que deveria reconhecer quatro decisões arbitrais proferidas na Rússia que

⁴³¹ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., pp. 329 e 330; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 196. *Vide*, ainda, Felix Weinacht, “Enforcement of Annulled Foreign Arbitral Awards in Germany”, *Journal of International Arbitration*, Vol. 19, n.º 4, Kluwer Law International, 2002, pp. 313-336.

⁴³² Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 351; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61.

⁴³³ Assim, António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 184, que acaba por ser um dos autores que aderem globalmente à conceção maioritária, com a vertente da deferência seletiva (p. 201).

⁴³⁴ Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 28/04/2009, publicado em “Netherlands No. 31, Yukos Capital s.a.r.l. (Luxembourg) v. OAO Rosneft (Russian Federation), Gerechtshof, Amsterdam, 200,005,269, 28 April 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2009 – Vol. XXXIV*, YCA, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 703-714. *Vide*, sobre este caso e em português, Rui Barroso de Moura, “Anotação ao acórdão *Yukos*”, *PLMJ 100 Anos de Arbitragem: os casos essenciais comentados*, 9, 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 385-411 e Tiago Duarte, “Lá vem o caso *Yukos*, que tem muito que contar”, *RIAC*, ano 9, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 323-336.

havia sido anuladas pelos tribunais estaduais desse mesmo país⁴³⁵ (*in casu*, a “jurisdição primária”). Ao não reconhecer o efeito anulatório das decisões, concluindo que as mesmas poderiam ser reconhecidas e executadas no seu território⁴³⁶, aquele tribunal utilizou, sobretudo, os argumentos de que o sistema judiciário russo se apresentava como sendo parcial e dependente e que, no caso concreto, os juízes não haviam primado, nem pela imparcialidade, nem pela independência, deixando-se guiar pelo interesse do Estado russo e recebendo ordens do poder executivo⁴³⁷. Mas mais importante: o referido tribunal manifestou o entendimento de que, nem a CNI, nem outra convenção internacional, o obrigava a acatar, sem mais, a decisão de anulação das referidas decisões arbitrais no país de origem. Para decidir sobre o seu reconhecimento, os tribunais holandeses dependiam, tão-só e a seu ver, das regras gerais de Direito Internacional Privado holandês e, mais precisamente, das atinentes ao reconhecimento de decisões judiciais estrangeiras⁴³⁸. Considerando, a final, que a decisão anulatória do tribunal russo se mostrava contrária à ordem pública holandesa e que a mesma não poderia ser acatada pelo ordenamento jurídico holandês, reconheceu as decisões arbitrais outrora anuladas na Rússia, no seu território⁴³⁹. Este entendimento de que a anulação de uma decisão arbitral no país em que foi proferida pode não ser acatada pelo tribunal ao qual é pedido o seu reconhecimento, “*under exceptional circumstances*”⁴⁴⁰ foi seguido, mais recentemente,

⁴³⁵ Anulação essa que tinha sido confirmada por um tribunal russo de segunda instância, com os seguintes argumentos: alegada violação do direito a um tratamento igual, violação das regras de processo acordadas para a arbitragem e aparente falta de imparcialidade e independência dos árbitros. Cf. Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Arbitral Awards Annulled in Russia – Case Comment on Dutch Supreme Court of 25 June 2010”, *Journal of International Arbitration*, vol. 28, n.º 6, 2011, pp. 617-641, p. 618; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 185.

⁴³⁶ Contrariando, portanto, a decisão do tribunal de primeira instância holandês, que havia considerado que as decisões arbitrais anuladas no Estado de origem não poderiam ser reconhecidas em território holandês, por aplicação do artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, a menos que existissem circunstâncias excepcionais que justificassem esse reconhecimento, o que (entendeu o tribunal) não se tinha vindo a verificar. Cf. Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement...”, cit., p. 619.

⁴³⁷ Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 28/04/2009, publicado em “Netherlands No. 31...”, cit., pp. 703-714, pp. 704-705; Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement...”, cit., pp. 619-620; António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., pp. 185-186.

⁴³⁸ Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 28/04/2009, publicado em “Netherlands No. 31...”, cit., “the Amsterdam Court of Appeal reversed the lower court’s decision and granted enforcement. The court reasoned that under the New York Convention a court requested to enforce a foreign award is not compelled to recognize a decision annulling that award in the country of origin without further ado, that is, without examining whether the annulment decision meets the private international law requirements for being recognized in the enforcement country” (p. 704); António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 186.

⁴³⁹ Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement...”, cit., pp. 619-620.

⁴⁴⁰ Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 27/09/2016, publicado em “Netherlands No. 59, Not indicated v. Not indicated, Gerechtshof, Amsterdam, 27 September 2016”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2017 – Vol. XLII*, YCA, Vol. 42, Kluwer Law International, 2017, pp. 461-468, p. 461.

pelo mesmo tribunal⁴⁴¹, noutro caso, e confirmado pelo Supremo Tribunal holandês⁴⁴², que passamos a citar:

“Since the object of the New York Convention is the recognition and enforcement of foreign arbitral awards, and its purpose is to facilitate such recognition and enforcement, by limiting the grounds on which recognition and enforcement may be refused (and providing for a more-favorable-right principle in Art. VII(1)), the interpretation best reconciling the diverging texts is that the courts have discretion to grant recognition and enforcement even where there is one of the Convention's grounds for refusal. Such interpretation agrees with the English text and is not excluded by the French text, whose focus is on the limitative nature of the refusal grounds. Such discretion is however an exception to the system of Art. V(1) and should be exercised only in exceptional circumstances. Relevantly to the ground in Art. V(1)(e), there are such exceptional circumstances when the award was annulled on grounds that do not correspond with the grounds for refusal in Art. V(1)(a)-(d) of the Convention or are not generally acceptable according to international standards, or when the annulment decision does not meet the requirements for being recognized in the Netherlands. Turning to the case at issue, the Supreme Court held that the court below did consider that it had such a residual discretion, as it examined whether the annulled award should be recognized and enforced. Its conclusion that it should not, was to be read as a conclusion that there was no exceptional circumstance justifying the exercise of that discretion.” (sublinhado nosso)

Uma outra referência quanto ao tema em apreço é devida: embora os tribunais norte-americanos tenham chegado a decidir, em 1996, no caso *Chromalloy Aeroservices Inc. v. The Arab Republic of Egypt*⁴⁴³, pelo reconhecimento de uma decisão arbitral

⁴⁴¹ Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 27/09/2016, publicado em “Netherlands ...”, cit., pp. 461-468.

⁴⁴² Acórdão do *Supreme Court of the Netherlands*, de 24/11/2017, publicado em “Netherlands No. 2018-2, Not indicated v. OJSC Novolipetsky Metallurgichesky Kombinat, Hoge Raad, Case No. 16/05686, 24 November 2017”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2018 – Vol. XLIII*, YCA, Vol. 43, Kluwer Law International, 2018, pp. 1-10. O excerto foi retirado da p. 1.

⁴⁴³ Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 31/07/1996, publicado em “US No. 230, *Chromalloy Aeroservices Inc. v. The Arab Republic of Egypt*, United States District Court, District

anulada no país em que havia sido proferida (Egito)⁴⁴⁴ - aproximando-se da conceção da arbitragem internacional deslocalizada - e também devido às críticas que se lhe seguiram quanto à argumentação utilizada⁴⁴⁵, a verdade é que tal entendimento acabou por não vingar naquele ordenamento jurídico, uma vez que na grande maioria dos casos que surgiram posteriormente se optou por seguir a primeira conceção aqui mencionada⁴⁴⁶. São exemplos do que se acabou de referir as decisões *Baker Marine (Nig.) Limited v. Chevron (Nig.) Limited, Chevron Corp., Inc. and others v. Danos and Curole Marine Contractors, Inc.*⁴⁴⁷, *Martin I. Spier v. Calzaturificio Tecnica SpA*⁴⁴⁸ e *TermoRio S.A. E.S.P. (Columbia), et al. and others v. Republic of Columbia, Electrificadora del Atlantico S.A. E.S.P. (Columbia) and others*⁴⁴⁹. Todas elas, no fundo, representam

of Columbia, Civil No. 94-2339 (JLG), 31 July 1996”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1997 – Vol. XXII*, YCA, Vol. 22, Kluwer Law International, 1997, pp. 1001-1012.

⁴⁴⁴ Fernando Mantilla-Serrano, “La Convención de Nueva York y los Derechos nacionales: a propósito de la ejecución de los laudos anulados en su país de origen”, *Arbitraje: Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones*, Vol. 2, n.º 2, Centro Internacional de Arbitraje, Mediación y Negociación (CIAMEN), IproLex, 2009, pp. 468-479, p. 474, “no son solo las jurisdicciones francesas quienes han reconocido la validez de un laudo anulado. Las cortes federales de EE UU también dieron ese paso con el caso *Chromalloy Aeroservices* contra la Fuerza Aérea de la República Árabe de Egipto, en el cual el laudo proferido em Egipto y anulado por las cortes egipcias, por no haber aplicado el derecho administrativo egipcio, fue reconocido como ejecutable bajo la legislación de EE UU por la Corte del Distrito de Columbia.”

⁴⁴⁵ De entre os principais críticos desta decisão destacamos Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., pp. 17 ss., “although the result will satisfy the feeling for justice of many, the reasoning is legally not convincing.” (p. 18) Mais do que a conclusão a que o tribunal chegou, criticou-se sobretudo a argumentação que foi utilizada para lá chegar: a de que o artigo VII, n.º 1, da CNI, podia ser utilizado para obter o reconhecimento da decisão arbitral anulada, aplicando, através dele, a lei dos EUA, que, no raciocínio do tribunal, fazia da decisão arbitral anulada uma decisão válida naquele ordenamento jurídico, permitindo-se assim o seu reconhecimento. *Vide* a argumentação do tribunal no Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 31/07/1996, publicado em “US No. 230...”, cit., pp. 1001-1012 e a crítica acima referida.

⁴⁴⁶ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 139, “after accepting the recognition of an award set aside in the country of the seat in *Chromalloy*, US case law is today inclined towards a more restrictive solution.”

⁴⁴⁷ Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 288, *Baker Marine (Nig.) Limited v. Chevron (Nig.) Limited, Chevron Corp., Inc. and others v. Danos and Curole Marine Contractors, Inc.*, United States Court of Appeals, Second Circuit, 97-9615, 12 August 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1999 – Vol. XXIVa*, YCA, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 909-914. *Vide* o que ficou dito sobre esta decisão em Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 339.

⁴⁴⁸ Acórdão do *United States District Court, Southern District of New York*, de 22/10/1999, publicado em “US No. 325, *Martin I. Spier v. Calzaturificio Tecnica SpA*, United States District Court, Southern District of New York, 22 October 1999 and 29 November 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2000 – Vol. XXV*, YCA, Vol. 25, Kluwer Law International, 2000, pp. 1042-1056.

⁴⁴⁹ Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 17/03/2006, publicado em “US No. 575, *TermoRio S.A. E.S.P. (Columbia), et. al. and others v. Republic of Columbia, Electrificadora del Atlantico S.A. E.S.P. (Columbia) and others*, United States District Court, District of Columbia, Not Indicated, 17 March 2006”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2006 – Vol. XXXI*, YCA, Vol. 31, Kluwer Law International, 2005, pp. 1457-1473. Confirmado pelo Acórdão do *United States Court of Appeals, District of Columbia Circuit*, de 25/05/2007, publicado em “US No. 621, *TermoRio S.A. E.S.P. (Columbia), LeaseCo Group and others v. Electranta S.P. (Colombia) et al.*, United States Court of Appeals, District of Columbia Circuit, 06-7058, 25 May 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2008 – Vol. XXXIII*, YCA, Vol. 33, Kluwer Law International, 2008, pp. 955-969, “the court concluded that because

situações em que foi pedido ao sistema judicial norte-americano para que fossem reconhecidas decisões arbitrais anuladas no país em que haviam sido proferidas, ao que os mesmos não acederam, numa clara manifestação de adesão à conceção que defende a deferência que deve ser concedida a uma decisão anulatória proferida pelos tribunais da sede da arbitragem, representantes da “jurisdição primária” no sistema de alocação de competências instituído pela CNI, no âmbito do qual constituem “jurisdições secundárias” os tribunais dos demais Estados Contratantes⁴⁵⁰. Curioso é o facto de, em todas elas, os tribunais dos EUA terem feito da decisão *Chromalloy* a sua bitola, tendo sempre em conta as circunstâncias específicas de cada caso, resultando num “*case-by-case approach*”⁴⁵¹. E, note-se, ainda que os mesmos tribunais tenham deixado em aberto a possibilidade de reconhecimento de decisões arbitrais anuladas no país de origem se se demonstrar que as decisões de anulação se mostram contrárias à ordem pública dos EUA (“*US public policy*”), a verdade é que não resta outra conclusão: naquela ordem jurídica, atualmente, é conferido pouco espaço ao reconhecimento de decisões anuladas no país de origem. Isto porque, nos EUA, as situações de anulações de decisões arbitrais contrárias à ordem pública raramente se verificam⁴⁵².

Sem prejuízo do que ficou dito nas páginas anteriores, e como já tínhamos tido a oportunidade de aflorar, importa destacar que os tribunais franceses têm, quase em exclusivo, seguido a via da conceção da arbitragem internacional deslocalizada, entendendo que uma decisão arbitral poderá obter reconhecimento no seu ordenamento jurídico, ainda que haja sido anulada no país em que foi proferida^{453/454}. Como exemplos

the award had been “lawfully nullified by the country in which the award was made”, there was no cause of action to seek enforcement in the United States under the Federal Arbitration Act or the New York Convention” (p. 957).

⁴⁵⁰ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 195.

⁴⁵¹ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 140.

⁴⁵² Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 141. A última afirmação é facilmente perceptível pela leitura do Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 17/03/2006, publicado em “US No. 575, TermoRio S.A. E.S.P. ...”, cit., pp. 1468 ss.; e do Acórdão do *United States District Court, Southern District of New York*, de 06/02/2014, publicado em “US No. 809, Thai-Lao Lignite (Thailand) Co., Ltd. et al. v. Government of the Lao People’s Democratic Republic, United States District Court, Southern District of New York, 10-CV-5256 (KMW) (DCF), 6 February 2014”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2014 – Vol. XXXIX*, YCA, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 592-596, “the use of permissive “may” in Art. (V)(1)(e) of the New York Convention gives this Court discretion to enforce a foreign arbitral award where the award has been nullified by a court in the state with primary jurisdiction over the award. That discretion, however, is narrowly confined” (p. 596).

⁴⁵³ Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 334, “France is the only jurisdiction so far that has clearly established that awards set aside in the country of origin may still be recognized and enforced by the French courts.”

⁴⁵⁴ Roy Goode, “The Role of the *Lex Loci Arbitri* in International Commercial Arbitration”, *Arbitration International*, Vol. 17, N.º 1, LCIA, 2001, pp. 19-39, “the fifth, and very intense, model is to be found in French legislation and in the jurisprudence of French courts, which have carried the delocalization principle

de decisões neste sentido, cumpre salientar algumas das mais marcantes: *Pabalk Ticaret Ltd. Sirketi (Turkey) v. Norsolor AS (France)*⁴⁵⁵, *Hilmarton Ltd. v. Omnium de traitement et de valorisation - OTV*⁴⁵⁶, *The Arab Republic of Egypt v. Chromalloy Aeroservices, Inc.*⁴⁵⁷ e *PT Putrabali Adyamulia (Indonesia) v. Rena Holding, et al.*⁴⁵⁸. Em todas elas, a decisão arbitral é encarada como estando desligada de qualquer sistema jurídico, não se integrando, como tal, na ordem jurídica do Estado em que ela teve sede e ancorando-se na já referida “ordem jurídica arbitral”, autónoma relativamente às ordens jurídicas estaduais (apenas se incorporam nestas quando são efetivamente reconhecidas, atente-se). Veja-se, por exemplo, o que diz o Supremo Tribunal francês numa das referidas decisões: “*the award rendered in Switzerland is an international award which is not integrated in the legal system of that State, so that it remains in existence even if set aside and its recognition in France is not contrary to international public policy.*”^{459/460} Fica, assim, claro que a validade de uma decisão arbitral internacional não é, para os defensores franceses, afetada por uma decisão anulatória dos tribunais estaduais da sede. Para que tal aconteça, os tribunais franceses aplicam unicamente a sua lei, ao abrigo da permissão contida no artigo VII, n.º 1, da CNI, e tendo em conta que, na lei francesa, a suspensão e anulação da decisão arbitral pelos tribunais do Estado em que foi proferida não figura entre os motivos de possível recusa do reconhecimento⁴⁶¹. Este raciocínio – que atua, no

to the point where an international award (by which is presumably meant an award in an international arbitration) is stateless and derives its force not from the *lex loci arbitri*, or indeed from any other national law, but solely from the will of the parties” (p. 25).

⁴⁵⁵ Acórdão do *Court of Cassation of France, First Civil Law Chamber* e do *Court of Appeal of Paris*, de 09/10/1984, publicado em “France No. 7 / E1, *Pabalk Ticaret Ltd. Sirketi (Turkey) v. Norsolor AS (France)*, Cour de Cassation, 9 October 1984 and Cour d’Appel, Paris, 19 November 1982”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1986 – Vol. XI*, YCA, Vol. 11, Kluwer Law International, 1986, pp. 484-491. EMMANUEL GAILLARD refere que foi esta a primeira grande decisão neste sentido, cf. Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 138.

⁴⁵⁶ Acórdão do *Court of Cassation of France, First Civil Law Chamber*, de 23/03/1994, publicado em “France No. 23, *Hilmarton Ltd. v. Omnium de traitement et de valorisation - OTV*, Cour de Cassation [Supreme Court], Not Indicated, 23 March 1994”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1995 – Vol. XX*, YCA, Vol. 20, Kluwer Law International, 1995, pp. 663-665.

⁴⁵⁷ Acórdão do *Cour d’Appel* Francês, de 14/01/1997, publicado em “France No. 26, *The Arab Republic of Egypt v. Chromalloy Aeroservices, Inc.*, Cour d’Appel [Court of Appeal], Paris, Not Indicated, 14 January 1997”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1997 – Vol. XXII*, YCA, Vol. 22, Kluwer Law International, 1997, pp. 691-695.

⁴⁵⁸ Acórdão do *Cour de Cassation* Francês, *First Civil Law Chamber*, de 29/06/2007, publicado em “France No. 42, *PT Putrabali...*”, cit., pp. 299-302.

⁴⁵⁹ Acórdão do *Court of Cassation of France, First Civil Law Chamber*, de 23/03/1994, publicado em “France No. 23...”, cit., p. 665. Passagem esta que foi criticada por ROY GOODE, cf. Roy Goode, “The Role...”, cit., “this has widely been seen as a regrettable and unnecessary (if surely unintended) affront to a foreign court of the highest standing” (p. 27).

⁴⁶⁰ NADIA DARWAZEH refere que foi com esta decisão que se estabeleceu de maneira clara e sem margem para dúvidas o princípio de que uma decisão arbitral anulada no seu país de origem pode, não obstante, ser reconhecida em França, cf. Nadia Darwazeh, “Article V(1)(e)”, cit., p. 336.

⁴⁶¹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 197.

fundo, à margem da CNI - permite-lhes, não sem apertadas críticas⁴⁶², chegar ao reconhecimento, na ordem jurídica francesa, de decisões arbitrais que haviam já sido anuladas noutros ordenamentos jurídicos⁴⁶³.

11.4. Apreciação crítica

Aqui chegados, cumpre inevitavelmente tomar uma posição, ainda que se tenha em conta que esta questão se apresenta como uma das mais controvertidas na doutrina e na jurisprudência da arbitragem internacional e, como refere EMMANUEL GAILLARD, as diferentes representações desta realidade não podem ser encaradas como estando certas ou erradas, mas sim como sendo mais ou menos coerentes, mais ou menos eficientes⁴⁶⁴.

Partindo destas premissas, há que dizer que desde cedo demos por nós a criticar a conceção da arbitragem internacional deslocalizada à maneira francesa. Senão vejamos: aceitá-la não quererá dizer que estaremos a colocar em causa a segurança e certeza das decisões judiciais de anulação proferidas pelos tribunais dos diversos Estados Contratantes? Com que autoridade pode um tribunal de um Estado concluir que uma decisão de um outro tribunal estadual pode não ser levada em conta, pelo menos sem mais? Não significará que estaremos a aceitar que decisões arbitrais que já não produzem mais efeitos no país em que foram proferidas sejam, ainda assim, reconhecidas noutro Estado? Muito provavelmente. Ainda para mais tendo em consideração que este ponto de vista encerra em si uma enorme contradição: se a decisão arbitral é encarada como sendo uma realidade autónoma, desligada de qualquer sistema jurídico, como é que os tribunais franceses – que a defendem de maneira tão acérrima – não se coíbem de as anular quando as mesmas são proferidas em arbitragens internacionais proferidas em França? Desta maneira, parece estar a admitir-se que as decisões se encontram integradas na sua ordem jurídica, o que não deixa de causar alguma estranheza⁴⁶⁵. Sem esquecer que, com este entendimento, se estará a transformar o artigo V da CNI em letra morta, uma vez que dificilmente se encontrará uma situação em que o mesmo se aplicará⁴⁶⁶. Assim, custa-nos

⁴⁶² Veja-se, por exemplo, as críticas feitas por Roy Goode, “The Role...”, cit., pp. 26 ss.

⁴⁶³ Roy Goode, “The Role...”, cit., “...is thus that French courts will enforce an award which is enforceable under French domestic law even if it has been set aside or suspended under the *lex loci arbitri*” (p. 27).

⁴⁶⁴ Emmanuel Gaillard, *Legal Theory...*, cit., p. 152.

⁴⁶⁵ Argumentos de António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 197; e Roy Goode, “The Role...”, cit., pp. 27 ss.

⁴⁶⁶ Roy Goode, “The Role...”, cit., p. 28.

encarar esta conceção ao perceber que ela própria está cheia de inconsistências inultrapassáveis e que se encontra, sobretudo, motivada por um desejo de promoção de um conceito de internacionalização em arbitragem, que dificilmente é compatível com a realidade, isto é, com as legislações em vigor nos diversos Estados Contratantes da CNI^{467/468}. É que, quer se queira aceitar, quer não, o instrumento em análise tem por base um modelo territorialista. Daí não considerarmos estranho o facto de França estar praticamente sozinha na defesa da “decisão arbitral sem Estado”, não esquecendo que muito provavelmente será a única ordem jurídica a não incluir a anulação de uma decisão arbitral no país de origem enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento⁴⁶⁹. Por tudo o que foi exposto, entendemos que não será esta a solução para encarar a arbitragem internacional, pelo menos da maneira como ela se encontra estruturada atualmente.

Assim, não nos queda outra hipótese senão adotar a primeira conceção sobre o controlo das decisões arbitrais internacionais enunciada, que retira do artigo V da CNI uma alocação de competências de controlo da validade e eficácia das decisões proferidas em arbitragens internacionais, a cargo das jurisdições dos Estados com os quais estas têm conexões, por ser aquela que mais coerência apresenta quando se analisa quer a própria CNI, quer o atual estado de coisas. Posicionamo-nos com MICHAEL REISMAN quando afirma que, no âmbito de aplicação deste instrumento, se nenhuma jurisdição (a “jurisdição primária”) tivesse o poder de anular uma decisão arbitral com efeito *erga omnes*, a parte que tivesse ficado vencedora poderia sucumbir em qualquer jurisdição em que pedisse o reconhecimento e, ainda assim, continuar a obter esse reconhecimento noutras jurisdições, atormentando a contraparte, de modo a forçá-la a uma transação por um preço ou custo equivalente ao incómodo e despesas inerentes a ter de se defender em tantas jurisdições quantas aquelas em que fosse perseguida, ou, em alternativa, ter de gastar tempo e dinheiro para repetidamente travar as tentativas de reconhecimento de tal decisão, sem nunca conseguir a sua anulação efetiva⁴⁷⁰. Como tal, parece desejável ter uma “jurisdição primária” com poder exclusivo para anular uma decisão arbitral com

⁴⁶⁷ Roy Goode, “The Role...”, cit., p. 28.

⁴⁶⁸ W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 30, “but this majoritarian move encounters problems: a great many countries have national laws that directly refute the transnational autonomy of international arbitration.”; Dolores Bentolila, “Chapter 1: The Autonomy of International Commercial Arbitration”, cit., p. 49, “the approach followed by French courts has been highly criticized since it results in wiping out the *erga omnes* effect of the decision that sets aside an arbitral award. This approach could lead to conflicting judgements and awards”.

⁴⁶⁹ Roy Goode, “The Role...”, cit., p. 39.

⁴⁷⁰ W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 29. Reproduzido por António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 183.

efeito *erga omnes*, tendo sobretudo em conta que a atratividade do regime da CNI tem inegavelmente provindo deste sistema de controlo⁴⁷¹. Com ele, importa não esquecer, estamos a proteger, acima de tudo, aquele que tem uma decisão arbitral a seu favor⁴⁷² e estamos a conferir uma maior harmonia internacional entre os vários Estados Contratantes ao obstar ao reconhecimento de decisões que não produzem efeitos no próprio Estado em que foram proferidas⁴⁷³.

Quando a questão é a de optar entre as duas principais concepções aqui em debate, temos a certeza, também pelas razões que temos vindo a enunciar, que optamos por encarar o sistema da CNI como consagrando um controlo territorial das decisões arbitrais internacionais. Mas já vimos que essa concepção encerra em si mesma duas possíveis divisões: a concepção territorial, digamos, pura – que dita que o tribunal de reconhecimento acate sempre a decisão anulatória por parte do tribunal do Estado em que a decisão arbitral foi proferida; e a concepção territorial com a vertente da deferência seletiva – que permite que o tribunal de reconhecimento acate, em princípio, a decisão anulatória por parte do tribunal do Estado em que a decisão arbitral foi proferida, exceto se isso resultar numa violação da ordem pública internacional do seu Estado. É nesta divisão que encontramos maiores dúvidas relativamente a qual delas adotar. É que, se por um lado, não podemos ignorar o facto de que a “jurisdição primária” pode atuar de modo manifestamente violador do papel que a CNI lhe atribuiu – recorde-se, a este propósito, a decisão *Yukos Capital s.a.r.l. v. OAO Rosneft* – temos, por outro lado, o argumento de que não cabe a um tribunal julgar se um outro tribunal de um outro país teve razões válidas para anular uma certa decisão arbitral, juntamente com o facto de que, nem o texto, nem a história legislativa da CNI, indicarem que se deva interpretar esse instrumento como permitindo que um tribunal reconheça uma decisão arbitral anulada no país em que haja sido proferida⁴⁷⁴. Como tal, e tendo em conta a afirmação de ALBERT JAN VAN DEN BERG de que “se contam pelos dedos das mãos” as situações em que uma decisão anulatória de uma decisão arbitral teve lugar por motivos objetivamente não reconduzíveis ao propósito de assegurar a integridade da arbitragem e que nem sequer

⁴⁷¹ W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 28, “the distinction between primary and secondary jurisdictions is, we submit, central to the control system of the New York Convention and has been an important reason for the attractiveness of the regime to its various consumers.”

⁴⁷² W. Michael Reisman..., “The Present...”, cit., p. 28.

⁴⁷³ Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 88.

⁴⁷⁴ Argumentos que nos são dados por Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., pp. 23 e 24. Indicando, também, que França não poderá ser vista como um exemplo do último argumento, uma vez que opera fora da CNI e que simplesmente ignora qualquer anulação de uma decisão arbitral estrangeira, ocorra ela onde ocorrer (p. 24).

são legitimados pela prossecução de princípios e valores afirmados no respetivo sistema jurídico⁴⁷⁵, somos levados a pensar, tal como o referido autor, que não se justifica a introdução, nos moldes atuais, de incerteza e confusão na interpretação da CNI⁴⁷⁶. Reforçamos, desta forma, que faz sentido que os tribunais da “jurisdição primária” tenham a última palavra, com efeito universal, acerca da validade, ou não, de uma decisão arbitral⁴⁷⁷. Já referia MICHAEL REISMAN: “*if the buck does not stop at the primary jurisdiction, it may not stop anywhere*”⁴⁷⁸. A nossa resposta à questão pendente do ponto 7 do presente trabalho – isto é, a questão da discricionariedade do tribunal estadual para, deparando-se com um fundamento de recusa, ainda assim conceder o reconhecimento – afigura-se, portanto, negativa.

Ainda assim, vemos com bons olhos a proposta de ALBERT JAN VAN DEN BERG que sugere que, se realmente quisermos melhorar o panorama atual, os Estados poderiam optar por passar o controlo das decisões arbitrais para uma instituição internacional independente e permanente que ficasse responsável por esse controlo e que tivesse jurisdição exclusiva no que diz respeito à anulação de decisões arbitrais, implicando que os Estados tivessem que acatar as suas decisões⁴⁷⁹. Tribunal esse que teria, obviamente, mecanismos para se recorrer das suas decisões. Não seria, de todo, fácil e isento de problemas (pense-se, por exemplo, nos custos que tal iria implicar), mas seria certamente proveitoso. Se não se quisesse ir tão longe, seria pelo menos positivo rever a CNI, como o mesmo autor propõe⁴⁸⁰, nomeadamente no que diz respeito ao termo “*may*” – na versão inglesa do instrumento – presente corpo do n.º 1, do artigo V⁴⁸¹, uma vez que subtraí-lo deixaria, de forma clara e expressa (para todos os Estados Contratantes), consignado que, uma vez verificado um qualquer fundamento de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras, o tribunal de reconhecimento ficaria, em princípio, vinculado ao não reconhecimento da decisão em causa, a menos que a parte interessada requeresse o seu reconhecimento com base noutra regime – convencional ou

⁴⁷⁵ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 183.

⁴⁷⁶ Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., p. 24.

⁴⁷⁷ Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., p. 24.

⁴⁷⁸ W. Michael Reisman, *Systems of Control in International Adjudication & Arbitration – Breakdown and Repair*, Duke University Press, Durham and London, 1992, p. 118.

⁴⁷⁹ Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., pp. 25 e 26.

⁴⁸⁰ Albert Jan Van Den Berg, “Hypothetical Draft Convention...”, cit., pp. 649-666.

⁴⁸¹ A este respeito, veja-se o que ficou dito no ponto 7 do presente trabalho.

interno –, que considerasse mais favorável⁴⁸². Isto porque também nós acreditamos que podemos viver num mundo de arbitragem melhor⁴⁸³.

12. A suspensão do processo de reconhecimento derivada do pedido de suspensão ou anulação da decisão arbitral

Para finalizar, importa ter em consideração que os artigos VI da CNI e 56.º, n.º 2, da LAV⁴⁸⁴, introduzem⁴⁸⁵ um mecanismo que permite que o tribunal que deva decidir sobre o reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira⁴⁸⁶ contra a qual haja sido apresentado, no país em que a mesma foi proferida, um pedido de suspensão ou anulação, se considerar apropriado, suspenda o processo de reconhecimento, podendo também, a pedido da parte requerente, ordenar que a outra parte preste uma caução adequada^{487/488}.

O que este mecanismo faz, no fundo, é contrabalançar duas preocupações igualmente dignas de apreço: se, por um lado, quis garantir que o simples facto de se intentar uma ação de suspensão ou anulação da decisão no país em que foi proferida travasse o processo de reconhecimento em países terceiros, por outro lado quis travar a ideia do rápido reconhecimento da decisão num outro Estado Contratante enquanto a mesma ainda estivesse a ser analisada no país em que tivesse sido proferida⁴⁸⁹. O mesmo será dizer que, por um lado, se encontra a intenção de favorecer o reconhecimento de

⁴⁸² Albert Jan Van Den Berg, “Hypothetical Draft Convention...”, cit., pp. 649-650 e 660 ss.

⁴⁸³ Aproveitando a frase que diz que “I do think that we can live in a better arbitration world”, Albert Jan Van Den Berg, “Enforcement of Annulled Awards?”, cit., p. 26.

⁴⁸⁴ Que correspondem, *grossa modo*, ao previsto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei Modelo da CNUDCI. Uma nota adicional para referir que os preceitos são praticamente iguais. Assim, o que se disser sobre um, será aplicável aos outros.

⁴⁸⁵ Na Convenção de Genebra de 1927, a mera proposição de uma ação de anulação de uma decisão arbitral no país em que tivesse sido proferida era normalmente interpretada como sendo suficiente para recusar o reconhecimento dessa mesma decisão noutros Estados Contratantes. Isto, como se deve calcular, facilitava demasiado a tarefa àqueles que, com má fé, pretendessem adiar um processo de reconhecimento num outro país. Faltava, assim, fazer o balanço entre estas situações e aquelas outras em que a parte vencedora que estivesse de boa fé quisesse contestar, de facto, a validade da decisão arbitral no país em que tivesse sido proferida. Assim, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 353.

⁴⁸⁶ V.g. Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral, no caso português, de acordo com o artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV.

⁴⁸⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 123.

⁴⁸⁸ Sobre este tema, *vide* igualmente Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., pp. 353 e 354; Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., pp. 87-89; Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., pp. 981-983; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61; Marike R. P. Paulsson, “Chapter 6: Resisting...”, cit., pp. 213-216; Nicola Christine Port / Jessica R. Simonoff / Scott Ethan Bowers, “Article VI”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 415-442.

⁴⁸⁹ Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., pp. 981 e 982.

decisões arbitrais estrangeiras, enquanto que por outro se encontra a necessidade de proteger a parte vencida que, de boa fé, haja apresentado, noutra jurisdição (e antes de se iniciar o processo de reconhecimento) uma ação de suspensão ou anulação da decisão arbitral a reconhecer⁴⁹⁰.

Antes de avançarmos, levanta-se a questão preliminar de saber quando tem lugar a aplicação dos preceitos em análise. NICOLA CHRISTINE PORT, JESSICA R. SIMONOFF e SCOTT ETHAN BOWERS esclarecem: assim que uma ação de suspensão ou anulação da decisão arbitral der entrada no tribunal competente referido, quer no artigo V, n.º 1, alínea e), da CNI, quer no artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), segunda parte, da LAV⁴⁹¹ (do país em que a decisão foi proferida, portanto). Se tal não acontecer, o tribunal de reconhecimento ver-se-á obrigado, desde logo, a recusar o pedido de suspensão do processo⁴⁹². Foi precisamente isso que sucedeu, a título de exemplo, no caso *The University of Notre Dame (USA) in England v. TJAC Waterloo, LLC et al.*, no qual o tribunal entendeu não ter sido feita nenhuma petição de suspensão ou anulação da decisão arbitral no país que tinha “jurisdição primária” sobre a mesma, o que inviabilizava a utilização do artigo VI da CNI^{493/494}.

Se a consagração deste mecanismo nos parece de aplaudir, na medida em que conduz a uma maior harmonia internacional entre os vários Estados Contratantes, uma vez que permite obstar ao reconhecimento de decisões que não produzem efeitos no

⁴⁹⁰ Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 416; seguidos por António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 124.

⁴⁹¹ Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 417, apelidando-o de “the threshold test for the applicability of Article VI”.

⁴⁹² Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 417.

⁴⁹³ Acórdão do *United States District Court, District of Massachusetts*, de 07/04/2016, publicado em “US No. 873, *The University of Notre Dame (USA) in England v. TJAC Waterloo, LLC et al.*, United States District Court, District of Massachusetts, 7 April 2016”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2016 – Vol. XLI*, YCA, Vol. 41, Kluwer Law International, 2016, pp. 691-694, p. 694, “(...) the Court explained that it could not be granted under Art. VI of the New York Convention. Art. VI only permits courts to stay proceedings and order security if an application for the setting aside or suspension of the award has been made in the country that has primary jurisdiction over the award. No such application had been made in the present case”.

⁴⁹⁴ Para além deste requisito, que ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO identifica como sendo “um pedido de anulação ou de suspensão da decisão a reconhecer, apresentado num tribunal do País da sua origem”, o referido autor soma outros três: o do pedido de reconhecimento pendente num tribunal (português, porque o afirma em comentário ao artigo 56.º, n.º 2, da LAV), ao qual acrescenta que tal pedido já podia ter surgido aquando da ação de reconhecimento ou ter sido intentado na pendência desta; o da solicitação nesse sentido, uma vez que entende que o tribunal não poderá atuar de ofício, tanto mais que ele nem terá conhecimento do que tenha sido interposto no País de origem; e, por último, o do juízo de oportunidade, cf. António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 547, ponto 17. Concordamos com o referido autor quanto ao terceiro requisito: embora a lei não o diga de forma expressa, afigura-se difícil que o tribunal de reconhecimento atue, aqui, de ofício e, como tal, o pedido de suspensão de reconhecimento terá de partir, a nosso ver, não dele, mas de uma das partes.

próprio Estado em que foram proferidas^{495/496}, há que ter em conta, ainda assim, que o mesmo não está isento de problemas e de discussão. É que, ao atribuir a capacidade de o tribunal de reconhecimento (no caso português, lembre-se, o Tribunal da Relação) suspender o respetivo processo e ordenar uma prestação de caução, não se indicou qualquer critério que possa orientar o exercício desta competência⁴⁹⁷. As expressões “se o considerar adequado” e “se o julgar apropriado” são indicativas disso mesmo: trata-se de um poder discricionário do juiz⁴⁹⁸. Assim, os tribunais dos diversos Estados Contratantes têm vindo a considerar os mais variados critérios como sendo relevantes para a decisão sobre a suspensão do processo de reconhecimento^{499/500}. De entre os mais comuns, destacamos o da previsível duração da ação de anulação no país onde a decisão arbitral foi proferida, o da probabilidade de essa ação vir a ser decretada ou até mesmo o da existência de circunstâncias que indiquem que a ação de anulação no Estado em que foi proferida teve motivações dilatórias. Ainda assim, aquele que provavelmente terá mais peso será o da probabilidade de sucesso apresentada pela ação de anulação a correr no

⁴⁹⁵ Argumento que nos é dado por Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 88 e com o qual não podemos deixar de concordar.

⁴⁹⁶ Sublinhe-se que, em relação a esta afirmação, nem todos os Estados Contratantes a encaram da mesma maneira. Na verdade, os tribunais franceses (veja-se, aliás, o que ficou dito no ponto 11 do presente trabalho) não atribuem relevância ao facto de uma decisão arbitral a reconhecer ter sido anulada no país onde foi proferida, nem reconhecem decisões arbitrais estrangeiras ao abrigo da CNI (mas sim de acordo com o Direito francês, que entendem ser mais favorável ao reconhecimento). Como tal, não só não dão importância, aquando do reconhecimento de uma decisão em território francês, ao facto de estar pendente uma ação de suspensão ou de anulação dessa mesma decisão no país em que foi proferida como, em coerência, não decretam a suspensão do processo de reconhecimento ao abrigo do artigo VI da CNI. A este propósito e com indicações jurisprudenciais veja-se Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 433, ponto C e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 125.

⁴⁹⁷ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 124.

⁴⁹⁸ A título de exemplo, Albert Jan Van Den Berg, *The New York...*, cit., p. 353, “the question whether a court should adjourn its decision on the enforcement in the case of an application for setting aside or suspension of the award in the country of origin and whether to order the respondent to give security in this case, is discretionary”; Emmanuel Gaillard / John Savage (ed.), “Part 6: Chapter II...”, cit., p. 982, “the courts of the host country have full discretion in deciding on this question”; Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.07, ponto 58, “courts have generally held that Article VI grants broad discretion to suspend a recognition or enforcement action”; Maria Cristina Pimenta Coelho, “A Convenção...”, cit., p. 61, nota de rodapé n.º 110; e Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 416, “it does so by granting the enforcing court discretionary authority to adjourn its enforcement decision”. E na jurisprudência: Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya)...”, cit., p. 241, “whether the adjournment will be granted is left to the court’s discretion according to what it considers proper”; e Acórdão do TRL de 30/06/2011 (processo 2004/08.6TVLSB-A-7), Relator: Abrantes Geraldês, “sendo conferida ao juiz nacional de cada Estado Contratante uma *larga margem de discricionariedade* na avaliação dos factores objectivos ou subjectivos que podem justificar a suspensão da instância”.

⁴⁹⁹ Gary B. Born, “Chapter 17: Recognition...”, cit., ponto §17.07, ponto 58, “a number of factors have been relied on in decisions considering whether to suspend recognition proceedings”; Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 421, “courts have considered a wide variety of factors when determining whether to Grant a stay, often though not always incorporating the probability of success in their analyses”.

⁵⁰⁰ Para uma análise mais detalhada do que os tribunais dos diversos Estados Contratantes têm vindo a concluir sobre o assunto, veja-se sobretudo Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., pp. 419 ss.

Estado em que a arbitragem teve sede⁵⁰¹. Curiosamente, a decisão mais importante nesta matéria, *Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc.*⁵⁰², proferida pelo *Second Circuit of Appeals*, dos EUA, responsável pelo desenho dos seis fatores não taxativos a verificar pelos tribunais aquando de uma decisão de suspensão do processo de reconhecimento⁵⁰³ (conhecidos, desde então, como o “*Europcar US Test*”, e reproduzidos em quase todas as decisões sobre o tema que se lhe seguiram⁵⁰⁴), não incluiu, pelo menos expressamente, o critério mencionado como sendo o que mais pesa na decisão dos tribunais dos Estados Contratantes⁵⁰⁵. Não obstante, e a título de exemplo, importa mencionar outros critérios que foram tidos em conta: os objetivos gerais da arbitragem, entendidos como a expedita resolução de litígios e o evitar de custos excessivos, por exemplo; a previsível duração da ação de anulação no país onde a decisão arbitral foi proferida; as características do procedimento no país de origem, como sejam o momento em que o pedido de suspensão ou anulação foi iniciado, isto é, se foi anterior ou posterior ao início do processo de reconhecimento da decisão num outro país, ou a existência de circunstâncias indiciantes de que a ação de anulação no Estado da sede teve motivações dilatórias; os custos potenciais que a decisão poderá causar a cada uma das partes envolvidas, ponderando-se, nomeadamente, a complexa litigância subsequente ao reconhecimento e execução da decisão arbitral que venha depois a ser anulada no país de origem; por fim, outras circunstâncias que possam influir na decisão a favor ou contra a suspensão do processo de reconhecimento⁵⁰⁶. Dos seis fatores, convém referir, o tribunal afirmou expressamente

⁵⁰¹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 125.

⁵⁰² Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 280, *Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc.*, United States Court of Appeals, Second Circuit, 97-7224, 2 September 1998”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1999 – Vol. XXIVa*, YCA, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 860-870, conhecido como “*Europcar US*”.

⁵⁰³ Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 280, *Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc.*, ...”, cit., p. 870, “while this is not an exhaustive list, we think it adequately represents the various concerns that come into play when a district court is asked to adjourn enforcement proceedings to await the outcome of parallel foreign proceedings”.

⁵⁰⁴ Como exemplos de decisões que se basearam no “*Europcar US Test*”, destacamos: Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 03/11/2015, publicado em “US No. 856, *Getma International v. The Republic of Guinea*, United States District Court, District of Columbia, Case No. Civil Action No. 14-1616 (RBW), 3 November 2015”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2016 – Vol. XLI*, YCA, Vol. 41, Kluwer Law International, 2016, pp. 630-633; e Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 31/05/2017, publicado em “US No. 2018-15, *Venco Imtiaz Construction Company v. Symbion Power LLC*, United States District Court, District of Columbia, Civil Action No. 16-1737 (JDB), 31 May 2017”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2018 – Vol. XLIII*, YCA, Vol. 43, Kluwer Law International, 2018, pp. 1-16, que concluiu que “on a balance of the *Europcar* factors, therefore, the District Court found that granting a stay would not be appropriate” (p.5).

⁵⁰⁵ Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., pp. 429 e 430.

⁵⁰⁶ Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 280, *Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc.*, ...”, cit., p. 869, “we think that a proper balancing of these concerns should lead a district court to consider several factors, including (1) the general objectives of

que o primeiro e o segundo devem pesar mais na decisão de suspensão de reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira⁵⁰⁷. Enfim, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO alerta para o facto de que o tribunal a quem caiba o reconhecimento “deve formular um juízo de adequação e de razoabilidade, em face das circunstâncias concretas. Não deve suspender a instância quando esteja perante manifestas manobras dilatórias ou quando a decisão arbitral questionada se afigure, com probabilidade razoável, ajustada”⁵⁰⁸. Revela-se, assim, crucial partir do caso concreto e das especificidades que ele apresentar.

Para além do que já foi dito, quer o artigo VI, *in fine*, da CNI, quer o artigo 56º, n.º 2, parte final, da LAV, estabelecem que o tribunal que se incline para suspender o processo de reconhecimento pode, a pedido do requerente do reconhecimento, subordinar essa suspensão à prestação da caução adequada pela parte requerida⁵⁰⁹. Pretende-se, desta forma, assegurar que a parte que pretende que a decisão arbitral seja reconhecida noutro ordenamento jurídico, não seja prejudicada por essa suspensão, tendo também em consideração que a prestação de uma caução poderá desincentivar a parte que pede a suspensão ou a anulação da decisão no tribunal do país onde foi proferida fazê-lo com um intuito meramente dilatório ou mesmo reconduzível a uma situação de litigância de má-fé, com o único objetivo de retardar a produção de efeitos daquela decisão⁵¹⁰.

Quanto a este assunto, cremos que será importante responder a duas questões introdutórias, tendo por base uma decisão do TRL de 30/06/2011⁵¹¹: por um lado, saber qual será o incidente adequado, no ordenamento jurídico português, para pedir a prestação de caução; por outro lado, saber qual será o momento processualmente adequado para suscitar esse mesmo incidente. Quanto à primeira questão formulada, o tribunal esclarece

arbitration – the expeditious resolution of disputes and the avoidance of protracted and expensive litigation; (2) the status of the foreign proceedings and the estimated time for those proceedings to be resolved; (3) whether the award sought to be enforced will receive greater scrutiny in the foreign proceedings under a less deferential standard of review; (4) the characteristics of the foreign proceedings including (i) whether they were brought to enforce an award (which would tend to weigh in favor of a stay) or to set the award aside (which would tend to weigh in favor of enforcement); (ii) whether they were initiated before the underlying enforcement proceedings so as to raise concerns of international comity; (iii) whether they were initiated by the party now seeking to enforce the award in federal court; and (iv) whether they were initiated under circumstances indicating an intent to hinder or delay resolution of the dispute; (5) a balance of the possible hardships to each of the parties, keeping in mind that if enforcement is postponed under Art. VI of the Convention, the party seeking enforcement may receive “suitable security” and that, under Art. V of the Convention, an award should not be enforced if it is set aside or suspended in the originating country (...); (6) any other circumstances that could tend to shift the balance in favor or against adjournment.”

⁵⁰⁷ Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 280, *Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc., ...*”, cit., p. 870, “(...) the first and second factors on the list should weigh more heavily in the district court’s determination”.

⁵⁰⁸ António Menezes Cordeiro, *Tratado...*, cit., p. 547.

⁵⁰⁹ António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 125.

⁵¹⁰ Assim, Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., p. 88.

⁵¹¹ Acórdão do TRL de 30/06/2011 (processo 2004/08.6TVLSB-A-7), Relator: Abrantes Geraldês.

que em face da lei portuguesa, se é verdade que o diferimento da decisão poderá ser obtido através da declaração de suspensão da instância, também não deixa de ser verdade que à prestação de garantias o que melhor se ajusta será o incidente de prestação de caução⁵¹². Quanto à segunda questão formulada, e mais complexa⁵¹³, o mesmo tribunal vem afirmar que nem a CNI, nem a lei portuguesa impõem que o incidente de prestação de caução seja suscitado com a apresentação da resposta ao pedido de suspensão da instância. Assim sendo, o problema poderá ser levantado, não só com a apresentação da resposta ao pedido de suspensão da instância, mas também durante todo o tempo em que a instância se mantiver suspensa. Isto porque há também que ter em conta aquelas situações em que a necessidade da prestação de caução decorre de circunstâncias posteriores, surgindo como reação do autor para atenuar os riscos decorrentes da suspensão da instância⁵¹⁴. E mais: não há uma vontade clara do legislador, internacional ou nacional, em estabelecer um qualquer limite processual para que a questão da suspensão da instância seja suscitada, o que, segundo o tribunal, torna natural (à semelhança do que acontece com a questão da suspensão da instância) a admissibilidade da exigência de prestação de caução até que se tome uma decisão a respeito da validade da decisão arbitral no país de origem⁵¹⁵. Numa lógica de evitar que se atribua excessivo relevo a aspetos de ordem meramente formal ou instrumental, sem clara tradução nos textos legais⁵¹⁶, também nós adotamos o

⁵¹² Citando o referido Acórdão: “A C. N. I. foi naturalmente parca na regulamentação de cada um dos referidos instrumentos jurídicos, tarefa cuja concretização foi deixada para cada um dos ordenamentos jurídicos nacionais. De modo que a transposição para o nosso ordenamento do diferimento da decisão de reconhecimento encontra eco na figura da *suspensão da instância* fundada na pendência de causa prejudicial (art. 279º do CPC), ao passo que a prestação de garantias deve ser tramitada no âmbito do incidente de *prestação de caução* regulado no art. 990º do CPC.” Estes artigos correspondem aos artigos 272.º e 915.º, respetivamente, do CPC de 2013.

⁵¹³ E que, no fundo, consistia o objeto do recurso em causa, “neste contexto, o objecto do recurso reconduz-se essencialmente à seguinte questão: Declarada a suspensão da instância na acção com processo especial de reconhecimento de sentença arbitral estrangeira com fundamento na pendência de acção de anulação, ao abrigo do artigo VI da C. N. I., deve considerar-se precludida a possibilidade de o Autor exigir do Réu a prestação de caução incidental ou, ao invés, esta pode ser requerida enquanto a instância se mantiver suspensa?”

⁵¹⁴ Refere o tribunal que “aliás, as circunstâncias que, em tese, poderão justificar a imposição ao requerido da prestação de garantias poderão ser *supervenientes* à dedução da oposição ao pedido de reconhecimento, decorrendo da excessiva demora no julgamento definitivo da acção de anulação ou de actuações de pendor dilatatório que só então se tornem perceptíveis.”

⁵¹⁵ O tribunal chega mesmo a concluir que “assim, não encontra sustentação a solução defendida na decisão recorrida que, através da invocação de um pretense factor preclusivo, recusou a apreciação do mérito do incidente de prestação de caução, solução que não prescindiria da descoberta de uma *vontade clara* do legislador (internacional ou nacional) nesse sentido, não se concebendo a rejeição do incidente por motivos formais que não encontram apoio nem na C. N. I., nem na lei interna, à luz da doutrina ou jurisprudência conhecidas.”

⁵¹⁶ Afirma o tribunal que “importa que se evite a atribuição de excessivo relevo a aspectos de ordem meramente formal ou instrumental sem clara tradução nos textos legais, acompanhando os esforços do legislador nacional de valorizar os direitos materiais em detrimento de aspectos de natureza eminentemente formal.”

entendimento propugnado pelo TRL no presente acórdão⁵¹⁷. Parece-nos coerente que assim seja.

Relativamente aos critérios que possam orientar o exercício da competência em causa por parte dos tribunais de reconhecimento, mais uma vez nada se disse⁵¹⁸. Assim, repete-se, os tribunais dos diversos Estados Contratantes têm vindo a considerar os mais variados critérios como sendo relevantes para esta tomada de decisão. De entre os mais comuns, destacamos o da probabilidade de sucesso do pedido de suspensão ou anulação da decisão arbitral no país em que foi proferida, o da probabilidade de subsistirem ativos suficientes para a execução da decisão, caso esta seja suspensa, e os custos e benefícios resultantes da prestação da caução para cada uma das partes^{519/520}. É que se, por exemplo, na decisão *IPCO (Nigeria) Limited v. Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC)*⁵²¹, o *Court of Appeal* inglês se socorreu do critério da probabilidade de subsistência de ativos suficientes para a execução da decisão em Inglaterra⁵²², já numa

⁵¹⁷ Sem prejuízo de uma análise mais detalhada do acórdão em apreço, que apresenta mais argumentos a favor desta posição.

⁵¹⁸ Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 434, quando referem que “the Convention gives little guidance to courts on how to apply the security provision, leaving courts to determine for themselves when to require security and in what amount”.

⁵¹⁹ Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 434, quando referem que “courts have taken various approaches when addressing these issues, focusing on the likelihood of success of the petition to set aside or suspend the award, the likelihood that the assets will still be available if enforcement is delayed, and the relative hardship to the parties”; e António Sampaio Caramelo, *O Reconhecimento...*, cit., p. 125.

⁵²⁰ Uma das decisões mais marcantes nesta matéria é a *Soleh Boneh Ltd. V. Water Resources Development (International) Ltd.* que, embora tenha sido proferida em 1993, continua a ser seguida por muitos tribunais, uma vez que estabeleceu um teste de dois fatores para se saber em que casos se deve prestar a caução do artigo VI da CNI, a saber: a análise preliminar do tribunal sobre a probabilidade de a decisão arbitral vir a ser anulada noutro país (quando essa ação esteja pendente noutro tribunal), o que determinará que, se a decisão for manifestamente inválida, o processo de reconhecimento fique suspenso, sem prestação de caução (e que, no fundo, corresponde ao critério por nós mencionado da probabilidade de sucesso do pedido de suspensão ou anulação da decisão arbitral no país em que foi proferida); e a avaliação da facilidade ou dificuldade do reconhecimento da decisão e se, por exemplo, o movimento de ativos poderia dificultar a situação, o que levaria à necessidade de prestação de caução para que tal não acontecesse; ao aplicar o teste ao caso em apreço, o tribunal entendeu que não conseguiria responder ao segundo fator, já que não tinha conhecimento dos ativos que a parte que tinha pedido a anulação da decisão noutro país tinha em Inglaterra e duvidava que o argumento por ela invocado na outra jurisdição fosse procedente. Com mais detalhes, cf. Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 12/03/1993, publicado em “UK No. 38, *Soleh Boneh International Ltd. v. Water Resources Development (International) Ltd., Government of the Republic of Uganda and National Housing Corporation, Court of Appeal, Not Indicated, 12 March 1993*”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 1994 – Vol. XIX*, YCA, Vol. 19, Kluwer Law International, 1994, pp. 748-754, pp. 752 e 753.

⁵²¹ Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 10/11/2015 (caso n.º A3/2014/1282), publicado em “UK No. 102, *IPCO (Nigeria) Limited v. Nigerian National Petroleum Corporation, Court of Appeal, Civil Division, 10 November 2015*”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA*, Vol. XLI, Kluwer Law International, 2016, pp. 590-595.

⁵²² “So far as the ability of IPCO to enforce any judgment is concerned, much will depend on whether NNPC has sufficient assets in this country [England], or any other country in which an English judgment may be enforced, to ensure that it can swiftly receive the fruits of any judgment in its favour. Although NNPC is a large business we have no details of its assets within such countries (...)”, cf. Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 10/11/2015 (caso n.º A3/2014/1282), publicado em

outra decisão, ainda mais recente – *Science Applications International Corp. v. The Hellenic Republic*⁵²³ – o *US District Court*, servindo-se do já referido “*Europcar US Test*”⁵²⁴, utilizou o critério por nós referido em último lugar (o dos custos e benefícios resultantes da prestação da caução para cada uma das partes) para defender que, se por um lado uma das partes (a Grécia, “*Hellenic Republic*”) não teria de suportar custos visíveis, por ser, obviamente um país com recursos financeiros, por outro lado, a outra parte não passava de uma mera empresa privada, que provavelmente iria ter de suportar avultadas despesas se não conseguisse ver a decisão a seu favor reconhecida⁵²⁵. Assim, e ponderando igualmente todos os outros fatores, o tribunal em apreço decidiu reconhecer a decisão a favor da empresa *Science Applications International Corp*⁵²⁶.

Sem prejuízo do exposto, não podemos deixar de apoiar ELSA DIAS OLIVEIRA quando afirma que, atenta a diversidade de contornos que estas situações podem assumir, na medida em que colocam frequentemente em causa interesses económicos significativos, se revela importante conferir ao julgador uma ampla margem de atuação que lhe permita, de facto, adotar a solução que considere mais adequada^{527/528}.

“UK No. 102, IPCO (Nigeria) Limited v. Nigerian National Petroleum Corporation...”, cit., pontos 218 e 219.

⁵²³ Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 05/01/2017, publicado em “US No. 911, *Science Applications International Corp. v. The Hellenic Republic*, United States District Court, District of Columbia, Civil Action No. 13-cv-1070 (GK), 5 January 2017”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *YCA 2017 – Vol. XLII*, YCA, Vol. 42, Kluwer Law International, 2017, pp. 678-680.

⁵²⁴ Na parte III do referido acórdão, o tribunal faz uma análise fator a fator. Relembre-se a nota de rodapé n.º 506 do presente trabalho.

⁵²⁵ Refere o tribunal que “while there is little information given by the Parties about Factor Five, it is certainly clear that the Respondent, the Hellenic Republic, will not have to endure possible hardship given the fact that it is a country with a treasury and all the resources that a government has, whereas, the Petitioner is a private firm that may well suffer hardship for not gaining access to the substantial amount of money awarded by the Hellenic Supreme Court”, Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 05/01/2017, publicado em “US No. 911, *Science Applications International Corp. v. The Hellenic Republic*...”, cit., p. 680.

⁵²⁶ “All the issues covered by the Factors laid out in *Europcar* are overwhelmingly in favor of the Petitioner [*Science Applications International Corp*]” e “for all the reasons given, the Court concludes that the Petitioner’s Petition to Enforce the Award of the Hellenic Republic should be granted”, Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 05/01/2017, publicado em “US No. 911, *Science Applications International Corp. v. The Hellenic Republic*...”, cit., p. 680.

⁵²⁷ Elsa Dias Oliveira, “Reconhecimento...”, cit., pp. 88 e 89.

⁵²⁸ Sobre a determinação do montante da caução a prestar, com indicações jurisprudenciais, vide sobretudo Nicola Christine Port..., “Article VI”, cit., p. 435.

CONCLUSÕES

Aqui chegados, cumpre apresentar as conclusões alcançadas com o desenvolvimento da presente dissertação. Isto, obviamente, sem prejuízo de afirmar que, dada a variedade de aspetos abordados – sem nunca, cremos nós, perder de vista a temática do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras – e dado o facto de termos fundamentado e concluído diversas ideias ao longo do estudo em apreço, não é nossa intenção atribuir um carácter exaustivo a este separador. Assim sendo, discorreremos apenas sobre as conclusões finais relativas aos aspetos centrais da presente dissertação.

O instituto do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras permite que os tribunais de um Estado atribuam todos, ou pelo menos alguns, dos efeitos que lhe foram conferidos no Estado no qual essa decisão foi proferida, nomeadamente o efeito de caso julgado e a atribuição de força executiva.

No ordenamento jurídico português, para que uma dessas decisões arbitrais produza os efeitos próprios dos atos jurisdicionais, terá obrigatoriamente de ser sujeita a um ato formal de reconhecimento emitido por um tribunal estadual português. O mesmo será dizer: a eficácia das decisões arbitrais estrangeiras depende do seu reconhecimento na ordem interna. Na verdade, este foi sempre o entendimento jurisprudencial e doutrinário maioritário, quer na vigência da antiga LAV, quer na vigência da atual. O que não significa, contudo, que o STJ português não tenha chegado a concluir pela desnecessidade de revisão e confirmação das decisões arbitrais estrangeiras que tivessem como origem os tribunais arbitrais de Estados signatários da CNI de 10 de Junho de 1958. No entanto, entendemos e deixámos claro que não nos posicionamos do lado deste tribunal no que toca a esta questão.

De entre os fundamentos comumente apontados para este reconhecimento destacam-se a tutela da confiança depositada na definição da relação controvertida por via arbitral, o desenvolvimento do comércio internacional, aliado à eficácia prática das decisões jurisdicionais e o respeito da autodeterminação das partes.

Outro ponto importante prende-se com o facto de o instituto em apreço se encontrar regulamentado quer em fontes internacionais, quer em fontes estaduais. De entre elas, optámos por centrar a presente dissertação nos dois mais relevantes: a CNI de 1958 sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, por representar o instrumento multilateral fundamental no campo do Direito do Comércio Internacional – com um âmbito de aplicação quase universal –, e a LAV portuguesa, por

ser, no nosso ordenamento jurídico, o instrumento que se aplica em termos residuais, isto é, quando nenhuma outra convenção ou tratado que discipline o reconhecimento de decisões arbitrais se aplique, por força do artigo 8.º, n.º 2, da CRP. Não obstante a sua importância, uma vez que será o instrumento aplicável na esmagadora maioria dos casos, a CNI deixou um certo espaço aos Direitos nacionais, ao prever, no artigo VII, n.º 1, segunda parte, o princípio do tratamento mais favorável, que significa que as suas disposições não prejudicam o direito que a parte interessada possa ter de invocar a decisão arbitral ao abrigo da lei do país onde essa invocação for feita, quando as regras locais se mostrem favoráveis ao reconhecimento.

Relevante, neste âmbito, é o facto de o Estado português ter formulado a reserva de reciprocidade prevista no artigo I, n.º 3, primeira parte, da CNI, através da qual declarou que só se aplicará o referido instrumento ao reconhecimento de decisões proferidas no território de um outro Estado Contratante. Foram inclusivamente, na presente dissertação, identificados autores que advogam a retirada da referida reserva por a mesma, do seu ponto de vista, não fazer mais sentido – sendo uma das razões o facto de o regime interno português estar de tal forma em conformidade com o regime da CNI, que o resultado prático de a mesma existir ou não é exatamente o mesmo.

Aquando da análise dos âmbitos de aplicação do instrumento multilateral em apreço, optámos, para determinar se certa decisão arbitral se encontra abrangida pelo escopo da CNI, por qualificar como “sentença arbitral” “uma decisão que põe fim à arbitragem em sua totalidade ou em parte, ou uma decisão acerca de questão preliminar cuja resolução é necessária para a obtenção de uma decisão final. Uma sentença resolve *por definitivo* as questões que visa resolver. Mesmo se o tribunal arbitral desejar adotar uma conclusão diferente posteriormente, a questão não pode ser reaberta ou revisitada” tendo, sobretudo, em consideração, o critério da interpretação autónoma e específica da Convenção, uma vez que o que se pretende é a uniformização de soluções nos Estados que dela fazem parte integrante e tendo em conta a prevalência das suas normas face ao Direito interno. Delimitação esta que nos deixou aptos a identificar quais as decisões arbitrais passíveis – e não passíveis – de reconhecimento ao abrigo da CNI.

A propósito do artigo III da Convenção e da margem de liberdade atribuída aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento, adotámos o entendimento de que, no que diz respeito aos tribunais nos quais se deverá intentar a ação de reconhecimento, entendemos ser apropriado que tal missão caiba aos tribunais superiores não só por se presumir que os respetivos juízes têm a disponibilidade,

experiência e conhecimento necessários para as poderem decidir de modo célere, esclarecido e eficiente, mas também porque, em Portugal, cabe igualmente a um tribunal superior o reconhecimento de sentenças judiciais estrangeiras, de acordo com o artigo 979.º do CPC. Já quanto à parte do artigo que proíbe a imposição de condições sensivelmente mais rigorosas e de custas sensivelmente mais elevadas do que as exigidas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais entendemos, na esteira de outros autores, que o facto de se proibir a imposição de condições sensivelmente mais rigorosas leva a que seja possível aos Estados partes da Convenção estabelecerem, no que toca ao reconhecimento de uma decisão arbitral estrangeira, um processo mais exigente do que o previsto para as decisões arbitrais nacionais, sendo que o que não poderá haver é uma diferença flagrante entre um processo e outro, de modo a dificultar o reconhecimento das primeiras. O mesmo raciocínio poderá também ser aplicado no que diga respeito a custas. De todo o modo, deixámos em aberto a hipótese de uma uniformização dos aspetos processuais ligados ao reconhecimento de decisões arbitrais, atento o objetivo comum e internacional de facilitar e encorajar o instituto em apreço. Objetivo esse que fez igualmente com que optássemos, no que diz respeito às questões relacionadas com a tramitação da ação de reconhecimento, sempre por soluções que mais se aproximassem, a nosso ver, do mesmo. É o caso, por exemplo, da resposta à oposição à petição de reconhecimento que, apesar de não expressamente prevista na LAV, faz sentido que tenha lugar, uma vez que poderá ser indispensável para concretizar o princípio do contraditório. O mesmo se diga também quanto à questão dos prazos para alegações das partes e do Ministério Público – finda a fase dos articulados e da realização das diligências que se considerem indispensáveis – que entendemos serem sucessivos, nem que seja pelo simples facto de que a atribuição de 15 dias a todos os intervenientes, e não a cada um, com vista à análise do processo, se mostraria manifestamente insuficiente e poderia inclusivamente atentar contra o princípio do contraditório.

Sem prejuízo do que ficou dito, foi a matéria dos fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras a que teve um maior desenvolvimento na presente dissertação. Tal deve-se ao facto de, quer a CNI, quer a LAV, adotarem aquilo que se entende como uma predisposição favorável ao reconhecimento, que faz precisamente com que os Estados Contratantes – Portugal incluído – apenas possam recusar o reconhecimento de uma dada decisão arbitral no caso de se encontrarem perante um dos fundamentos de recusa previstos numa lista considerada taxativa. Mas atente-se: em nenhum momento poderá haver lugar à revisão do mérito da decisão arbitral por parte

do tribunal competente para o reconhecimento – no caso português, por parte do Tribunal da Relação em cujo distrito se situe o domicílio da pessoa contra quem se pretende fazer valer a decisão arbitral, de acordo com o artigo 59.º, n.º 1, alínea h), da LAV. Por outro lado, manifestámos o entendimento de que o facto de não se ter invocado determinado fundamento em sede de anulação da decisão arbitral, em nada impede que se venha a fazê-lo posteriormente, isto é, em sede de oposição ao reconhecimento.

Das considerações introdutórias, passámos para uma análise mais atenta daquele fundamento que mais debate tem suscitado ao longo dos anos, tanto na doutrina, como nos tribunais dos diversos Estados Contratantes da CNI e que se encontra previsto, quer na alínea e), do n.º 1, do artigo V, da CNI, quer na subalínea v), alínea a), do n.º 1, do artigo 56.º, da LAV: o fundamento da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação da decisão arbitral no Estado de origem.

Se é verdade que no que diz respeito ao momento em que uma decisão arbitral se torna obrigatória para as partes, e na falta de esclarecimento por parte da CNI e da LAV quanto a este assunto, considerámos que o melhor entendimento será aquele em que se procede a uma interpretação autónoma do conceito, defendendo que uma decisão arbitral será considerada obrigatória desde que não seja possível dela recorrer para um tribunal de segunda instância que aprecie o mérito da decisão – por tribunal de segunda instância, entenda-se: outra instância arbitral ou um tribunal judicial –, também não deixa de ser verdade que, relativamente à questão de saber o que poderão querer os dois instrumentos normativos em apreço dizer quando se referem ao facto de a decisão arbitral ter sido suspensa, manifestámos a convicção de que o critério a utilizar deverá ser, sem a menor margem para dúvidas, o da suspensão da exequibilidade da mesma por um órgão judicial do país de origem. Significa isto, tão-só, que apenas se poderá falar numa decisão arbitral suspensa quando tal efeito resulte de uma decisão de um tribunal nesse sentido, ainda que com carácter meramente provisório, uma vez que apenas assim se garante, inequivocamente, que a decisão em causa foi analisada pelos tribunais do país de origem e que houve dúvidas quanto à mesma. Uma suspensão automática não poderá, em nosso entender, ser tida como suficiente. Basta pensar que, se admitíssemos esta hipótese, poderíamos estar a subverter todo o sistema instituído pela CNI, uma vez que a simples instauração de um processo de anulação no país de origem – e pense-se, sobretudo, naqueles casos em que tal acontece com um carácter meramente dilatatório – faria com que todos os Estados Contratantes do instrumento onde se tivesse pedido o reconhecimento

de uma dada decisão arbitral tivessem que o recusar. Isto, claro, sem prejuízo dos demais argumentos que foram referidos aquando da discussão da presente questão.

Por último, mas não menos importante, não esqueçamos a problemática relativa aos efeitos a atribuir à decisão arbitral anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de outro Estado, na medida em que tem gerado profundas divisões não só entre os autores mais reputados, como também marcadas diferenças nas respostas dadas nas várias ordens jurídicas. Depois de identificadas as correntes doutrinárias sobre o assunto em apreço e vistas as decisões e sentidos jurisprudenciais que têm vindo a ser adotados pelos tribunais dos diferentes Estados Contratantes optámos, justificadamente, por encarar o sistema da CNI como efetuando, no seu artigo V, uma alocação de competências de controlo da validade e eficácia das decisões proferidas em arbitragens internacionais, a cargo das jurisdições dos Estados com os quais estas têm conexões –, na vertente que dita que o tribunal de reconhecimento acate sempre a decisão anulatória por parte do tribunal do Estado em que a decisão arbitral foi proferida, uma vez que “se contam pelos dedos das mãos” as situações em que uma decisão anulatória de uma decisão arbitral teve lugar por motivos objetivamente não reconduzíveis ao propósito de assegurar a integridade da arbitragem e que nem sequer são legitimados pela prossecução de princípios e valores afirmados no respetivo sistema jurídico. Assim sendo, não se justifica a introdução, nos moldes atuais, de incerteza e confusão na interpretação do instrumento em causa.

Não obstante, deixámos claro que vemos com bons olhos a proposta de ALBERT JAN VAN DEN BERG que sugere que, se realmente quisermos melhorar o panorama atual, os Estados poderiam optar por passar o controlo das decisões arbitrais para uma instituição internacional independente e permanente que ficasse responsável por esse controlo e que tivesse jurisdição exclusiva no que diz respeito à anulação de decisões arbitrais, implicando que os Estados tivessem que acatar as suas decisões. Não seria, de todo, fácil e isento de problemas – pense-se, por exemplo, nos custos que tal iria implicar –, mas seria certamente proveitoso. Se não se quisesse ir tão longe, admitimos contudo que uma revisão da CNI poderia solucionar alguns problemas e equilibrar o sistema de reconhecimento.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS

AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
AR	Assembleia da República
CCIP	Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa
cf.	Confronte
cit.	Citada
CJ	Coletânea de Jurisprudência
CNI	Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958 relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras
CNUDCI	Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional
CPC	Código de Processo Civil (Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, atualizada)
CRP	Constituição da República Portuguesa
DR	Diário da República
Ed.	Editora, editores, editado, edição
<i>et al.</i>	E outros
EUA	Estados Unidos da América
ICCA	<i>International Council for Commercial Arbitration</i>
LAV	Lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro)
n.º	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
p./pp.	Página/Páginas
PR	Presidente da República
Ref.	Referência
RIAC	Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação
ss.	Seguinte(s)
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
v.g.	<i>Verbi Gratia</i>
Vol./Vols.	Volume/Volumes
YCA	<i>Yearbook Commercial Arbitration</i>

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

BENTOLILA, Dolores, “Chapter 1: The Autonomy of International Commercial Arbitration”, *Arbitrators as Lawmakers*, International Law Library, Volume 43, Kluwer Law International, 2017, pp. 7-50 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BERG, Albert Jan Van Den, *The New York Arbitration Convention of 1958*, T.M.C. Asser Institute – The Hague, Kluwer Law and Taxation Publishers, Netherlands, 1981 (disponível em <http://www.newyorkconvention.org/>, consultado em Abril de 2018)

BERG, Albert Jan Van Den, “Enforcement of Annulled Awards?”, *The ICC International Court of Arbitration Bulletin*, Volume 9, N.º 2, 1998, pp. 15-21 (disponível em <http://www.hvdb.com/wp-content/uploads/1998-AJvdB-Enforcement-of-Annulled-Awards.pdf>, consultado em Junho de 2018)

BERG, Albert Jan Van Den, “Hypothetical Draft Convention on the International Enforcement of Arbitration Agreements and Awards: Explanatory Note”, *50 Years of the New York Convention: ICCA International Arbitration Conference*, ICCA Congress Series, Volume 14, Kluwer Law International, 2009, pp. 649-666 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

BERG, Albert Jan Van Den, “Enforcement of Arbitral Awards Annulled in Russia”, *Journal of International Arbitration*, volume 27, n.º 2, 2010, pp. 179-198 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

BERG, Albert Jan Van Den, “Enforcement of Arbitral Awards Annulled in Russia – Case Comment on Dutch Supreme Court of 25 June 2010”, *Journal of International Arbitration*, volume 28, n.º 6, 2011, pp. 617-641 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

BERG, Albert Jan Van Den, “Should the Setting Aside of the Arbitral Award be Abolished?”, *ICSID Review Advance Access*, 2014, pp. 1-26 (disponível em <http://www.arbitration->

icca.org/media/4/92247683911386/media213982548067270van_den_berg_setting_asid
e_icsid_review_2014.pdf, consultado em Junho de 2018)

BLACKABY, Nigel / PARTASIDES, Constantine, et. al., “Chapter 11. Recognition and Enforcement of Arbitral Awards”, *Redfern and Hunter on International Arbitration (Sixth Edition)*, 6th edition, Oxford University Press, Oxford, 2015, pp. 605-662 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BORN, Gary B., *International Commercial Arbitration in the United States*, Kluwer Law and Taxation Publishers, Deventer, The Netherlands, 1994

BORN, Gary B., “Chapter 25: Annulment of International Arbitral Awards”, *International Commercial Arbitration (Second Edition)*, 2.^a edição, Kluwer Law International, 2014, pp. 3163-3393 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BORN, Gary B., “Chapter 26: Recognition and Enforcement of International Arbitral Awards”, *International Commercial Arbitration (Second Edition)*, 2.^a edição, Kluwer Law International, 2014, pp. 3394-3731 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BORN, Gary B., “Chapter 16: Annulment of International Arbitral Awards”, *International Arbitration: Law and Practice (Second Edition)*, 2.^a edição, Kluwer Law International, 2015, pp. 311-374 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BORN, Gary B., “Chapter 17: Recognition and Enforcement of International Arbitral Awards”, *International Arbitration: Law and Practice (Second Edition)*, 2.^a edição, Kluwer Law International, 2015, pp. 375-416 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

BÖRNER, Andreas, “Article III”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 115-142 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

CARAMELO, António Sampaio, *O Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras: perante a Convenção de Nova Iorque e a Lei de Arbitragem Voluntária*, Almedina, Coimbra, 2016

COELHO, Maria Cristina Pimenta, *A Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958 relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras*, Relatório do Curso de Mestrado na Menção de Ciências Jurídicas, Direito Processual Civil, Lisboa, 1987

COELHO, Maria Cristina Pimenta, “A Convenção de Nova Iorque de 10 de Junho de 1958 relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras”, *Revista Jurídica*, n.º 20, AAFDL, Lisboa, 1996, pp. 37-69

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado da Arbitragem*, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2016

CORREIA, A. Ferrer, *Lições de Direito Internacional Privado I*, 9.ª reimpressão da edição de Outubro de 2000, Almedina, Coimbra, 2016

CORREIA, Sérvulo, “A resolução dos litígios sobre investimento estrangeiro em direito arbitral comparado”, *Separata de Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2010, pp. 821-841

COSSÍO, Francisco González de, *Arbitraje*, Editorial Porrúa, México, 2011

DARWAZEH, Nadia, “Article V(1)(e)”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 301-344 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

DONOVAN, Donald Francis, “Chapter 14: Preclusion and the New York Convention: Article V(1)(e) and Converse-Article V(1)(e)”, *The Evolution and Future of International Arbitration*, Stavros L. Brekoulakis, Julian D. M. Lew, et al. (Eds.), International

Arbitration Law Library, Volume 37, Kluwer Law International, 2016, pp. 231-250 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

DUARTE, Tiago, “Lá vem o caso *Yukos*, que tem muito que contar”, *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, ano 9, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 323-336

GAILLARD, Emmanuel / SAVAGE, John (ed.), “Part 6: Chapter II – International Conventions”, *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, *Kluwer Law International*, 1999, pp. 963-1002 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

GAILLARD, Emmanuel, “The Urgency of Not Revising the New York Convention”, *50 Years of the New York Convention: ICCA International Arbitration Conference*, ICCA Congress Series, Volume 14, Kluwer Law International, 2009, pp. 689-696 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

GAILLARD, Emmanuel, *Legal Theory of International Arbitration*, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, Boston, 2010

GAILLARD, Emmanuel, “The Present – Commercial Arbitration as a Transnational System of Justice: International Arbitration as a Transnational System of Justice”, *Arbitration: The Next Fifty Years*, ICCA Congress Series, volume 16, 2012, pp. 66-73 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

GAILLARD, Emmanuel / BERMANN, George A., *Guide on the Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: New York, 1958*, Brill Nijhoff, Leiden/Boston, 2017

GARNETT / Richard, GABRIEL / Henry, WAINCYMER / Jeff, EPSTEIN / Judd, *A Practical Guide to International Commercial Arbitration*, Oceania Publications, Inc., New York, 2000

GOODE, Roy, “The Role of the *Lex Loci Arbitri* in International Commercial Arbitration”, *Arbitration International*, Volume 17, N.º 1, LCIA, 2001, pp. 19-39

GOUVEIA, Mariana França, “O reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras nos países lusófonos”, *III Congresso da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 95-119

INTERNATIONAL COUNCIL FOR COMMERCIAL ARBITRATION, *Guia do ICCA sobre a Interpretação da Convenção de Nova Iorque de 1958: um texto de referência para juízes*, International Council for Commercial Arbitration, 2012 (acessível em várias línguas, incluindo o português do Brasil, em http://www.arbitration-icca.org/media/1/13365477391560/portuguese_guide_composite_for_website_final_revised_may_2012.pdf, consultado em Dezembro de 2017) (Nota: todas as páginas referentes a esta obra citadas na presente dissertação de Mestrado dizem respeito à versão em português do Brasil)

JÚDICE, José Miguel / MONTEIRO, António Pedro Pinto, “Do reconhecimento e execução de decisões arbitrais estrangeiras ao abrigo da Convenção de Nova Iorque – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 19/03/2009”, *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, ano 3, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 145-165

KOCH, Christopher, “The Enforcement of Awards Annulled in their Place of Origin”, *Journal of International Arbitration*, Volume 26, n.º 2, Kluwer Law International, 2009, pp. 267-292 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

KRONKE, Herbert, “Introduction: The New York Convention Fifty Years on: Overview and Assessment”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 1-18 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

MANTILLA-SERRANO, Fernando, “La Convención de Nueva York y los Derechos nacionales: a propósito de la ejecución de los laudos anulados en su país de origen”,

Arbitraje: Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones, Volume 2, n.º 2, Centro Internacional de Arbitraje, Mediación y Negociación (CIAMEN), IproLex, 2009, pp. 468-479 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

MANUEL, Oliver Cojo, “El reconocimiento y ejecución en EE UU de laudos arbitrales anulados por tribunales extranjeros: el cambio de tendencia impulsado por Commisa”, *Arbitraje: Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones*, volume 7, n.º 1, Centro Internacional de Arbitraje, Mediación y Negociación (CIAMEN), IproLex, 2014, pp. 284-295 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

MOURA, Rui Barroso de, “Anotação ao acórdão *Yukos*”, *PLMJ 100 Anos de Arbitragem: os casos essenciais comentados*, 9, 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 385-411

NACIMIENTO, Patricia, “Article V(1)(a)”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 205-230 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

OLIVEIRA, Elsa Dias, “Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras”, *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, ano 5, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 73-97

OLIVEIRA, Mário Esteves de / PEREIRA, Frederico Gonçalves / OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de / PROENÇA, André / FRANCO, João Soares / NEVES, Joana / CARDOSO, António de Magalhães / PINHEIRO, Paulo / BRANCO, Sofia Ribeiro / SILVA, Ana Lickfold Novaes e / LUCAS, José Miguel / SOUSA, Piedade Castro e, *Lei da Arbitragem Voluntária*, Almedina, Coimbra, 2014

OTTO, Dirk, “Article IV”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 143-204 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

OTTO, Dirk, “Article VII”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, 2010, pp. 443-474 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Dezembro de 2017)

PAULSSON, Jan, “Enforcing Arbitral Awards Notwithstanding Local Standard Annulments”, *Asia Pacific Law Review*, Volume 6, N.º 2, Kluwer Law International, 1998, pp. 1-28

PAULSSON, Jan, “Arbitration in Three Dimensions”, *LSE Law, Society and Economy Working Papers 2/2010*, London School of Economics and Political Science – Law Department, 2010, pp. 1-34 (disponível em http://eprints.lse.ac.uk/32907/1/WPS2010-02_Paulsson.pdf, consultado em Junho de 2018)

PAULSSON, Marike R. P., “Chapter 5: Article IV: Requesting Enforcement of Awards”, *The 1958 New York Convention in Action*, Kluwer Law International, 2016, pp. 137-156 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

PAULSSON, Marike R. P., “Chapter 6: Resisting Enforcement of Awards”, *The 1958 New York Convention in Action*, Kluwer Law International, 2016, pp. 157-216 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

PINHEIRO, Luís de Lima, *Arbitragem Transnacional. A determinação do Estatuto da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2005

PINHEIRO, Luís de Lima, *Direito Internacional Privado*, volume III – Competência internacional e reconhecimento de decisões estrangeiras, 2.ª edição refundida, Almedina, Coimbra, 2012

PORT, Nicola Christine / SIMONOFF, Jessica R. / BOWERS, Scott Ethan, “Article VI”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards: A Global Commentary on the New York Convention*, Kluwer Law International, 2010, pp. 415-442 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Março de 2018)

REDFERN, Alan / HUNTER, Martin, *Droit et Pratique de L'Arbitrage Commercial International*, 2nd ed., com assistência de Murray Smith, e tradução para o francês de Eric Robine, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1994

REDFERN, Alan / HUNTER, Martin, *Law and Practice of International Commercial Arbitration*, 4th ed., Sweet & Maxwell, London, 2004

REISMAN, W. Michael, *Systems of Control in International Adjudication & Arbitration – Breakdown and Repair*, Duke University Press, Durham and London, 1992 (disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015022253077;view=1up;seq=5>, consultado em Junho de 2018)

REISMAN, W. Michael / RICHARDSON, Brian, “The Present – Commercial Arbitration as a Transnational System of Justice: Tribunals and Courts: An Interpretation of the Architecture of International Commercial Arbitration”, *Arbitration: The Next Fifty Years*, ICCA Congress Series, Volume 16, Kluwer Law International, 2012, pp. 17-65 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

SANDERS, Pieter, “The History of the New York Convention”, *Improving the Efficiency of Arbitration Agreements and Awards: 40 Years of Application of the New York Convention: ICCA International Arbitration Congress*, ICCA Congress Series, n.º 9, Kluwer Law International, The Hague/London/Boston, 1999, pp. 11-14

SILVA, Paula Costa e, “A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras”, *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 131-180

SUTTON, David St. John / GILL, Judith, *Russell On Arbitration*, 22nd ed., Sweet & Maxwell Limited, London, 2003

VICENTE, Dário Moura, “International arbitration and the recognition of foreign arbitral awards in Portugal”, *separata de The Arbitration and Dispute Resolution Law Journal*, LLP Professional Publishing, 2000, pp. 270-277

VICENTE, Dário Moura, “Portugal e a arbitragem internacional”, *Janus Online*, 2004, pp. 1-7 (disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/2004/2004_3_2_5.html, consultado em Janeiro de 2018)

VICENTE, Dário Moura, “Portugal e as convenções internacionais em matéria de arbitragem”, *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 71-80

VICENTE, Dário Moura, “Arbitragem de Investimento: a Convenção ICSID e os Tratados Bilaterais”, *V Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 79-96

VICENTE, Dário Moura / MENDES, Armindo Ribeiro / JÚDICE, José Miguel / ANDRADE, José Robin de / LOUSA, Nuno Ferreira / NÁPOLES, Pedro Metello / VIEIRA, Pedro Siza / MARTINS, Sofia, *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, 3.^a edição revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2017

VICENTE, Dário Moura, “Interpretation and application of the New York Convention in Portugal”, *Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards – The Interpretation and Application of the New York Convention by National Courts*, George A. Bermann (Ed.), *Ius Comparatum – Global Studies in Comparative Law*, n.º 23, Springer International Publishing, 2017, pp. 765-780 (disponível em <http://www.arbitragem.pt/estudos/recognition-enforcement-foreign-arbitral-awards--dario-moura-vicente.pdf>, consultado em Janeiro de 2018)

WEINACHT, Felix, “Enforcement of Annulled Foreign Arbitral Awards in Germany”, *Journal of International Arbitration*, Volume 19, n.º 4, Kluwer Law International, 2002, pp. 313-336 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

ÍNDICE JURISPRUDENCIAL

JURISPRUDÊNCIA ESTADUAL

A) TRIBUNAIS PORTUGUESES

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdão do STJ de 19/03/2009, Relator: Manuel José da Silva Salazar, Processo: 299/09, Jurisdição: Cível, Ref. 5014/2009, disponível na *Colectânea de Jurisprudência*, n.º 214, tomo I, 2009, em <http://www.colectaneadejurisprudencia.com/> (consultado em Janeiro de 2018)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 08/06/2010 (processo 243/ /10.9YRLSB-7), Relator: Dina Monteiro, disponível em <http://www.dgsi.pt/> (consultado em Janeiro de 2018)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 30/06/2011 (processo 2004/08.6TVLSB-A-7), Relator: Abrantes Geraldês, disponível em <http://www.dgsi.pt/> (consultado em Maio de 2018)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 19/01/2010 (processo 70/09.6TBCEBR.C1), Relator: Artur Dias, disponível em <http://www.dgsi.pt/> (consultado em Janeiro de 2018)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 30/06/2014 (processo 56/14.9YRPRT), Relator: Caimoto Jácome, disponível em <http://www.dgsi.pt/> (consultado em Maio de 2018)

B) TRIBUNAIAS ALEMÃES

Acórdão do *Higher Regional Court of Rostock*, de 28/10/1999, publicado em “Germany No. 51, Not Indicated v. Not Indicated, Oberlandesgericht [Court of Appeal], 28 October 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2000 – Volume XXV*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 25, Kluwer Law International, 2000, pp. 641-1164 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Higher Court of Appeal of Bavaria*, de 22/11/2002, publicado em “Germany No. 68, Film distributor v. Film producer, Bayerisches Oberstes Landesgericht [Higher Court of Bavaria], 4 Z Sch 13/02, 22 November 2002”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2004 – Volume XXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 29, Kluwer Law International, 2004, pp. 754-760 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

Acórdão do *Higher Regional Court of Munich*, de 30/07/2012, publicado em “Germany No. 150, Ukrainian dealer v. German manufacturer, Oberlandesgericht, Munich, 30 July 2012 and Bundesgerichtshof, 23 April 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2014 – Volume XXXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 394-398 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Higher Regional Court of Cologne*, de 26/09/2013, publicado em “Germany No. 151, Parties not indicated, Oberlandesgericht, Cologne, 19 Sch 15/11, 26 September 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2014 – Volume XXXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 399-400 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

C) TRIBUNAIAS AUSTRIÁCOS

Acórdão do *Supreme Court of Justice of Austria*, de 16/04/2013, publicado em “Austria No. 26, Diag Human SE v. The Czech Republic, Oberster Gerichtshof, 3Ob39/13a, 16 April 2013”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2014 – Volume XXXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 347-351 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

D) TRIBUNAIS BELGAS

Acórdão do *Cour de Cassation* Belga, de 05/06/1998, publicado em “Belgium No. 11, Inter-Arab Investment Guarantee Corporation v. Banque Arabe et Internationale d’Investissements, Cour de Cassation [Supreme Court], 5 June 1998”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1999 – Volume XXIVa*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 603-614 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

E) TRIBUNAIS CHINESES

Acórdão do *High Court of Hong Kong*, de 22/01/2014, publicado em YOUNG, Briana, “Guo Shun Kai v. Wing Shing Chemical Co Ltd., High Court of Hong Kong, Court of First Instance, Case Date 22 January 2014”, A contribution by the ITA Board of Reporters, Kluwer Law International (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018), pp. 1-29

F) TRIBUNAIS ESPANHÓIS

Acórdão do *Court of First Instance and Examination of Rubí*, de 11/06/2007, publicado em “Spain No. 65/E23, Pavan s.r.l. (Italy) v. Leng D’Or, SA (Spain), Juzgado de Primera Instancia e Instrucción [Court of First Instance] no. 3, Exequatur No. 584/06, 11 June 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2010 – Volume XXXV*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 35, Kluwer Law International, 2010, pp. 444-447 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

G) TRIBUNAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 22/03/1995, publicado em “US No. 197, Creighton Limited v. The Government of the State of Qatar (Ministry of Public Works), United States District Court, District of Columbia, 94-1035 RMU, 22 March 1995”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1996 – Volume XXI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 21, Kluwer Law International, 1996, pp. 751-758 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 31/07/1996, publicado em “US No. 230, Chromalloy Aeroservices Inc. v. The Arab Republic of Egypt, United States District Court, District of Columbia, Civil No. 94-2339 (JLG), 31 July 1996”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1997 – Volume XXII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 22, Kluwer Law International, 1997, pp. 1001-1012 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 02/09/1998, publicado em “US No. 280, Europcar Italia, S.p.A. v. Maiellano Tours, Inc., United States Court of Appeals, Second Circuit, 97-7224, 2 September 1998”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1999 – Volume XXIVa*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 860-870 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States Court of Appeals, Second Circuit*, de 12/08/1999, publicado em “US No. 288, Baker Marine (Nig.) Limited v. Chevron (Nig.) Limited, Chevron Corp., Inc. and others v. Danos and Curole Marine Contractors, Inc., United States Court of Appeals, Second Circuit, 97-9615, 12 August 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1999 – Volume XXIVa*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 24, Kluwer Law International, 1999, pp. 909-914 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States District Court, Southern District of New York*, de 22/10/1999, publicado em “US No. 325, Martin I. Spier v. Calzaturificio Tecnica SpA, United States

District Court, Southern District of New York, 22 October 1999 and 29 November 1999”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2000 – Volume XXV*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 25, Kluwer Law International, 2000, pp. 1042-1056 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States District Court, Northern District of Illinois*, de 12/04/2005, publicado em “US No. 522, Alto Mar Girassol (France) v. Lumbermens Mutual Casualty Company, United States District Court, Northern District of Illinois, Eastern Division, 04 C 7731, 12 April 2005”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2005 – Volume XXX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 30, Kluwer Law International, 2005, pp. 1152-1157 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 17/03/2006, publicado em “US No. 575, TermoRio S.A. E.S.P. (Columbia), et. al. and others v. Republic of Columbia, Electrificadora del Atlantico S.A. E.S.P. (Columbia) and others, United States District Court, District of Columbia, Not Indicated, 17 March 2006”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2006 – Volume XXXI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 31, Kluwer Law International, 2005, pp. 1457-1473 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States Court of Appeals, District of Columbia Circuit*, de 25/05/2007, publicado em “US No. 621, TermoRio S.A. E.S.P. (Colombia), LeaseCo Group and others v. Electranta S.P. (Colombia) et al., United States Court of Appeals, District of Columbia Circuit, 06-7058, 25 May 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2008 – Volume XXXIII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 33, Kluwer Law International, 2008, pp. 955-969 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Delaware*, de 20/11/2008, publicado em “US No. 658, EDF International S.A. v. YPF S.A., United States District Court, District of Delaware, 20 November 2008 and 13 August 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2009 – Volume XXXIV*, Yearbook Commercial

Arbitration, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 1000-1008 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, Southern District of New York*, de 06/02/2014, publicado em “US No. 809, Thai-Lao Lignite (Thailand) Co., Ltd. et al. v. Government of the Lao People’s Democratic Republic, United States District Court, Southern District of New York, 10-CV-5256 (KMW) (DCF), 6 February 2014”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2014 – Volume XXXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 39, Kluwer Law International, 2014, pp. 592-596 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 03/11/2015, publicado em “US No. 856, Getma International v. The Republic of Guinea, United States District Court, District of Columbia, Case No. Civil Action No. 14-1616 (RBW), 3 November 2015”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2016 – Volume XLI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 41, Kluwer Law International, 2016, pp. 630-633 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Massachusetts*, de 07/04/2016, publicado em “US No. 873, The University of Notre Dame (USA) in England v. TJAC Waterloo, LLC et al., United States District Court, District of Massachusetts, 7 April 2016”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2016 – Volume XLI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 41, Kluwer Law International, 2016, pp. 691-694 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 05/01/2017, publicado em “US No. 911, Science Applications International Corp. v. The Hellenic Republic, United States District Court, District of Columbia, Civil Action No. 13-cv-1070 (GK), 5 January 2017”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2017 – Volume XLII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 42, Kluwer Law International, 2017, pp. 678-680 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *United States District Court, District of Columbia*, de 31/05/2017, publicado em “US No. 2018-15, Venco Imtiaz Construction Company v. Symbion Power LLC, United States District Court, District of Columbia, Civil Action No. 16-1737 (JDB), 31 May 2017”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2018 – Volume XLIII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 43, Kluwer Law International, 2018, pp. 1-16 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

H) TRIBUNAIS FRANCESES

Acórdão do *Court of Cassation of France, First Civil Law Chamber* e do *Court of Appeal of Paris*, de 09/10/1984, publicado em “France No. 7 / E1, Pabalk Ticaret Ltd. Sirketi (Turkey) v. Norsolor AS (France), Cour de Cassation, 9 October 1984 and Cour d’Appel, Paris, 19 November 1982”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1986 – Volume XI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 11, Kluwer Law International, 1986, pp. 484-491 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Court of Cassation of France, First Civil Law Chamber*, de 23/03/1994, publicado em “France No. 23, Hilmarton Ltd. v. Omnium de traitement et de valorisation - OTV, Cour de Cassation [Supreme Court], Not Indicated, 23 March 1994”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1995 – Volume XX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 20, Kluwer Law International, 1995, pp. 663-665 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Cour d’Appel Francês*, de 14/01/1997, publicado em “France No. 26, The Arab Republic of Egypt v. Chromalloy Aeroservices, Inc., Cour d’Appel [Court of Appeal], Paris, Not Indicated, 14 January 1997”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1997 – Volume XXII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 22, Kluwer Law International, 1997, pp. 691-695 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Cour d'Appel* Francês, de 23/10/1997, publicado em “France No. 28, IAIGC-Inter-Arab Investment Guarantee Corporation v. BAIL – Banque Arabe et Internationale d’Investissements AS, Cour d’Appel [Court of Appeal], Paris, Not Indicated, 23 October 1997”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1998 – Volume XXIII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 23, Kluwer Law International, 1998, pp. 644-653 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

Acórdão do *Cour de Cassation* Francês, First Civil Law Chamber, de 29/06/2007, publicado em “France No. 42, PT Putrabali Adyamulia (Indonesia) v. Rena Holding, *et. al.*, Cour de Cassation [Supreme Court], First Civil Chamber, Not Indicated, 29 June 2007”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2007 – Volume XXXII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 32, Kluwer Law International, 2007, pp. 299-302 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

I) TRIBUNAIS HOLANDESES

Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 28/04/2009, publicado em “Netherlands No. 31, Yukos Capital s.a.r.l. (Luxembourg) v. OAO Rosneft (Russian Federation), Gerechtshof, Amsterdam, 200,005,269, 28 April 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2009 – Volume XXXIV*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 703-714 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Court of Appeal of Amsterdam*, de 27/09/2016, publicado em “Netherlands No. 59, Not indicated v. Not indicated, Gerechtshof, Amsterdam, 27 September 2016”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2017 – Volume XLII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 42, Kluwer Law International, 2017, pp. 461-468 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Supreme Court of the Netherlands*, de 24/11/2017, publicado em “Netherlands No. 2018-2, Not indicated v. OJSC Novolipetsky Metallurgicheskoy Kombinat, Hoge Raad, Case No. 16/05686, 24 November 2017”, Albert Jan Van Den

Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2018 – Volume XLIII*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 43, Kluwer Law International, 2018, pp. 1-10 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

J) TRIBUNAI INGLESES

Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 12/03/1993, publicado em “UK No. 38, Soleh Boneh International Ltd. v. Water Resources Development (International) Ltd., Government of the Republic of Uganda and National Housing Corporation, Court of Appeal, Not Indicated, 12 March 1993”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1994 - Volume XIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 19, Kluwer Law International, 1994, pp. 748-754 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 20/07/2009 (processo 2008/2613), publicado em “UK No. 87, Dallah Real Estate and Tourism Holding Company (Saudi Arabia) v. The Ministry of Religious Affairs, Government of Pakistan, Court of Appeal, Civil Division, 2008/2613, 20 July 2009”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration*, Volume XXXIV, Kluwer Law International, 2009, pp. 887-925 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

Acórdão do *Court of Appeal of England and Wales, Civil Division*, de 10/11/2015 (caso n.º A3/2014/1282), publicado em “UK No. 102, IPCO (Nigeria) Limited v. Nigerian National Petroleum Corporation, Court of Appeal, Civil Division, 10 November 2015”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration*, Volume XLI, Kluwer Law International, 2016, pp. 590-595 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

K) TRIBUNAI ITALIANOS

Acórdão da *Corte Di Appello Di Napoli*, de 20/02/1975, publicado em “Italy No. 21, Carters (Merchants) Ltd. v. Francesco Ferraro, Corte di Appello Di Napoli, 20 February 1975”, Pieter Sanders (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1979 – Volume IV*,

Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 4, Kluwer Law International, 1979, pp. 275-276 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

L) TRIBUNAIS SUECOS

Acórdão do *Supreme Court of Sweden*, de 13/12/1978, publicado em “Sweden No. 1, AB Götaverken (Sweden) v. General National Maritime Transport Company (Libya), Supreme Court, 13 August 1979, No. SO 1462 and Svea Court of Appeal (5yh. Dept.), Stockholm, 13 December 1978”, Pieter Sanders (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 1981 – Volume VI*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 6, Kluwer Law International, 1981, pp. 237-242 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Maio de 2018)

M) TRIBUNAIS SUÍÇOS

Acórdão do *Tribunal Fédéral Suíço, First Civil Law Chamber*, de 08/12/2003, publicado em “Switzerland No. 38, A AS (switzerland) v. B Co Ltd (British Virgin Islands), C AS (Ecuador), Tribunal Fédéral [Federal Supreme Court], 8 December 2003”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2004 – Volume XXIX*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 29, Kluwer Law International, 2004, pp. 834-842 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Junho de 2018)

Acórdão do *Tribunal Fédéral Suíço, First Civil Chamber*, de 09/12/2008, publicado em “Switzerland No. 40, Compagnie X SA v. Federation Y, Tribunal Fédéral [Federal Supreme Court], First Civil Chamber, 4A_403/2008/ech, 9 December 2008”, Albert Jan Van Den Berg (Ed.), *Yearbook Commercial Arbitration 2009 – Volume XXXIV*, Yearbook Commercial Arbitration, Vol. 34, Kluwer Law International, 2009, pp. 810-816 (disponível em <http://www.kluwerarbitration.com>, consultado em Abril de 2018)

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
PLANO DE INVESTIGAÇÃO	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	8

PARTE I – DO RECONHECIMENTO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS

1. Razão de ordem.....	12
2. Fundamentos do reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras	15
3. Panorâmica das fontes.....	17
4. Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.....	21
4.1. Génese, objetivos e objeto da Convenção de Nova Iorque.....	21
4.2. Aplicação quase universal da Convenção de Nova Iorque e campo de aplicação subsidiária da LAV no ordenamento jurídico português. A reserva de reciprocidade formulada pelo Estado português.....	25
4.3. Âmbito de aplicação da Convenção de Nova Iorque e reservas admitidas	27
4.3.1. Âmbito de aplicação material	27
4.3.2. Âmbito de aplicação territorial	29
4.3.3. Possibilidade de restringir o âmbito de aplicação da Convenção: as reservas de aplicação admitidas	30
5. O artigo III da Convenção de Nova Iorque.....	32
5.1. Margem de liberdade atribuída aos Estados Contratantes na regulação do processo de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras.....	32
5.2. Proibição de imposição de condições sensivelmente mais rigorosas e de custas sensivelmente mais elevadas do que as exigidas para o reconhecimento de decisões arbitrais nacionais	36

6. Requisitos do pedido e tramitação da ação de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras	38
6.1. Requisitos formais do pedido.....	38
6.2. Requisitos formais implícitos da decisão arbitral	43
6.3. Tramitação da ação de reconhecimento	44
7. Fundamentos de recusa de reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras: considerações gerais.....	47

PARTE II – DA FALTA DE OBRIGATORIEDADE, SUSPENSÃO OU ANULAÇÃO DE UMA DECISÃO ARBITRAL NO ESTADO EM QUE FOI PROFERIDA ENQUANTO FUNDAMENTO DE RECUSA DE RECONHECIMENTO

8. Razão de ordem.....	57
9. A falta de obrigatoriedade da decisão arbitral enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento	58
9.1. Ambiguidade da redação do artigo V, n.º 1, alínea e), da Convenção de Nova Iorque, e do artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea v), da LAV, e o significado e interpretação do termo <i>obligatório</i>	58
9.2. Apreciação crítica	63
10. A suspensão da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento.....	66
11. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do seu reconhecimento.....	73
11.1. A anulação da decisão arbitral no Estado em que foi proferida	74
11.2. A problemática dos efeitos a atribuir à decisão arbitral estrangeira anulada pelos tribunais do Estado em que foi proferida e apresentada para reconhecimento nos tribunais de outro Estado	75
11.3. A problemática em análise na jurisprudência internacional	80
11.4. Apreciação crítica	87
12. A suspensão do processo de reconhecimento derivada do pedido de suspensão ou anulação da decisão arbitral	91

CONCLUSÕES	99
PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS	104
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	105
ÍNDICE JURISPRUDENCIAL	114
ÍNDICE GERAL	124